



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
NÚCLEO DE CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS

WEVERTON ELIAS SANTOS RODRIGUES

A MEMÓRIA CAMPONESAS EM DISPUTA: UMA PERSPECTIVA DOS DIREITOS
HUMANOS NA EXPERIÊNCIA DO MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS
CAMPONESAS

JOÃO PESSOA/PB

2024

WEVERTON ELIAS SANTOS RODRIGUES

**A MEMÓRIA CAMPONESAS EM DISPUTA: UMA PERSPECTIVA DOS DIREITOS
HUMANOS NA EXPERIÊNCIA DO MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS
CAMPONESAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, Letras e Artes, no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ruth Henrique.

JOÃO PESSOA/PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R696m Rodrigues, Weverton Elias Santos.

A memória camponesas em disputa : uma perspectiva dos direitos humanos na experiência do memorial das ligas e lutas camponesas / Weverton Elias Santos Rodrigues. - João Pessoa, 2024.
100 f. : il.

Orientação: Ruth Henrique.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Direitos humanos. 2. Ligas camponesas - História.
3. Luta camponesa. 4. Patrimônio histórico cultural. I.
Henrique, Ruth. II. Título.

UFPB/BC

CDU 342.7(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E
ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E



**ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO(A) MESTRANDO(A)
WEVERTON ELIAS SANTOS RODRIGUES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS/CCHLA/UFPB**

Aos trinta do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, realizou-se a sessão de defesa de Dissertação do(a) mestrando(a) **Weverton Elias Santos Rodrigues**, matrícula 20221017464, intitulada: **A MEMÓRIA CAMPONESAS EM DISPUTA: uma perspectiva dos Direitos Humanos na experiência do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas**. Estavam presentes os professores doutores: Ruth Henrique Da Silva (Orientador(a), Alexandre Magno Tavares Da Silva (Examinador(a) interno(a), Iranice Goncalves Muniz (Examinador(a) interno(a) e Mariana Balen Fernandes (Examinador(a) externo(a). O(A) Professor(a) Ruth Henrique Da Silva, na qualidade de Orientador(a), declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente, em seguida passou a palavra a(o) mestrando(a) Weverton Elias Santos Rodrigues, para que no prazo de trinta (30) minutos apresentasse a sua Dissertação. Após exposição oral apresentada pelo(a) mestrando(a), o(a) professor(a) Ruth Henrique Da Silva concedeu a palavra aos membros da Banca Examinadora para que procedessem à arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o(a) mestrando(a) Weverton Elias Santos Rodrigues respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. Prosseguindo, a sessão foi suspensa pelo(a) Orientador(a), que se reuniu secretamente, apenas com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer: A Banca Examinadora considerou a DISSERTAÇÃO: **APROVADA**. A seguir, o(a) Orientador(a) apresentou o parecer da Banca Examinadora ao(a) mestrando(a) Weverton Elias Santos Rodrigues, bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora, e deu por encerrada a sessão. E, para constar eu, Herbert Henrique Barros Ribeiro, assistente em administração do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, lavrei a presente Ata. João Pessoa, 30 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente



RUTH HENRIQUE DA SILVA
Data: 06/11/2024 17:55:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ruth Henrique Da Silva
Orientadora

Documento assinado digitalmente



IRANICE GONCALVES MUNIZ
Data: 11/11/2024 10:11:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Iranice Goncalves Muniz
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente



MARIANA BALEN FERNANDES
Data: 07/11/2024 13:52:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Mariana Balen Fernandes
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente



ALEXANDRE MAGNO TAVARES DA SILVA
Data: 07/11/2024 07:54:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre M. T. da Silva
Examinador Externo

Dedico esta dissertação a minha mãe Estefania, ao meu pai Elias, minhas irmãs Stefani e Yanca, a meu irmão Igor, minha filha Dandara, meu filho Cauê e minha companheira Alane pelo amor, confiança e apoio que me proporcionaram ao longo de todos os momentos da minha vida. Assim como, aos Movimentos Sociais do Campo que me proporcionaram as condições de chegar a academia e o desenvolvimento do pertencimento de classe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente as Lutas históricas do campesinato brasileiro, aos povos das águas e das terras, indígenas, negros, ribeirinhos, pescadores, sem-terra, ciganos e todos/as aqueles/las que de alguma forma contribuíram nas Lutas do passado para que hoje tenhamos referências e experiências que nos valha afirmar o porque lutamos.

Agradeço as lutas travadas pelos movimentos sociais do campo e da cidade em que seus ideais me forjaram e me forjam no dia a dia.

Agradeço ao Programa de Educação Nacional na Reforma Agrária (PRONERA), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), CCHLA, CE, e ao PPGDH.

Agradeço ao Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC) pelas experiências que me proporcionaram.

Agradeço a Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ/PB).

Agradeço aos professores/as que durante as disciplinas me ajudaram nas reflexões desta pesquisa.

Agradeço a profa. Dra. Ruth Henrique, profa. Dra. Iranice Muniz, prof. Dr. Alexandre Magno, prof. Dr. Hugo Berlamino, Profa. Dra. Mariana Balen.

Agradeço aos companheiros e companheiras de sala que compartilhamos muitas experiências valorosas, Talita, Vanessa Oliveira, João Vitor, Paulo Vitor, Luis Eduardo, Glabele Maria e todos/as que compuseram a turma do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB.

Agradeço aos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais camponesas. Em especial ao território camponês onde esta localizado o MLLC, nas margens do rio Gurinhém e composto pelas Comunidades Tradicionais de Barra de Antas, Beira Rio, Chã de Barra, Sítio Bonito, Beira Rio, Antas do Sono e a todas as comunidades que de alguma forma contribuíram nas lutas pela melhoria da qualidade de vida dos povos do campo.

RESUMO

Esta pesquisa visa analisar as contribuições da ONG Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), trazendo à luz uma reflexão sobre o patrimônio histórico da classe camponesa e seus desafios. No campesinato brasileiro há espaços em que os direitos humanos, a memória, a identidade e o estudo historiográfico é necessário. O objeto da presente pesquisa se encontra no território camponês em que a ONG Memorial das Ligas e Lutas Camponesas esta situada, na comunidade tradicional e ribeirinha de Barra de Antas, no município de Sapé, Paraíba, Brasil. Para compreender a importância desta entidade não governamental partimos do processo de construção do pensar camponês; passamos pelo contexto de elaboração do projeto e implementação do Memorial (MLLC), como sítio de memória dos povos do campo e seus desafios históricos de produção desta memória coletiva, em um território em disputa, que nos leva a refletir sobre as contribuições da atuação do MLLC na região. Diante da complexidade de disputas de narrativas que caracterizam a historiografia e a memória, buscou-se referências em instituições e patrimônios culturais do campesinato, sítio de memória, memória e história do campo. Quanto método, optou-se por estratégias qualitativas na Pesquisa ação buscando resultados que visa oferecer uma análise que reflita objetividade histórica – destacando a importância histórica *das Ligas Camponesas* - em que o papel da memória política e social de camponeses e camponesas reencontre-se com sua identidade de classe como cidadãos e cidadãs, sujeitos de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Palavras-chave: Direitos humanos; Luta camponesa; Memória; Identidade; Patrimônio histórico cultural.

ABSTRACT

This research aims to analyze the contributions of the NGO Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), bringing to light a reflection on the historical heritage of the peasant class and its challenges. In the Brazilian peasantry there are spaces in which human rights, memory, identity and historiographic study are necessary. The object of this research is in the peasant territory where the NGO Memorial das Ligas e Lutas Camponesas is located, in the traditional riverside community of Barra de Antas, in the municipality of Sapé, Paraíba, Brazil. To understand the importance of this non-governmental entity, we start from the process of building peasant thinking; We go through the context of drafting the project and implementing the Memorial (MLLC), as a site of memory for rural people and their historical challenges in producing this collective memory, in a disputed territory, which leads us to reflect on the contributions of the actions of the MLLC in the region. Given the complexity of narrative disputes that characterize historiography and memory, references were sought in institutions and cultural heritage of the peasantry, sites of memory, memory and history of the countryside. As for method, we opted for qualitative strategies in action research, seeking results that aim to offer an analysis that reflects historical objectivity - highlighting the historical importance of the Peasant Leagues - in which the role of the political and social memory of peasants is reunited with their class identity as citizens, subjects of civil, political, economic, social and cultural rights.

Keywords: Human rights; Peasant struggle; Memory; Identity; Cultural historical heritage.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BF/PB	Brasil de Fato Paraíba
CCP	Comissão Camponesa da Verdade
CEVPM/PB	Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória na Paraíba
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CP	Consulta Popular
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Eco Várzea Paraibana	Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Icom	Conselho Internacional de Museus
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCP	Movimento Camponês Popular
MinC	Ministério da Cultura
MJPT	Memorial João Pedro Teixeira
MLC	Memorial das Ligas Camponesas
MLLC	Memorial das Ligas e Lutas Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PISF	Projeto de Integração da Transposição das Águas do Rio São Francisco
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNM	Política Nacional de Museus
PPGDH/UFPB	Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
RECID	Rede de Educadores Cidadã

REM/PB	Rede de Educadores em Museus da Paraíba
RESLAC	Rede Latino-americana e do Caribe de Sítios de Memória
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
SERTA	Serviço de Tecnologias Alternativas
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	21
1.1 Pedagogia das Memórias Camponesas	21
1.2 Patrimônio Histórico e Cultural da Reforma Agrária	25
1.3 Memória e Ligas Camponesas	32
CAPÍTULO 2	40
2.1 Território em disputa e o berço das Ligas Camponesas na Paraíba	40
2.2 O memorial como patrimônio cultural e sítio de memória e consciência	47
2.3 A resistência da memória histórica camponesa no território	52
CAPÍTULO 3	57
3.1 Do Memorial João Pedro Teixeira (MJPT) à ONG Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC): derrubando as cercas do latifúndio e suas memórias na Paraíba .	57
3.2 Memória institucional do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	97
Anexo I – Parecer Técnico Nº 04/2017 – SEAP/CRP5/ISF	97
Anexo II – Decreto 38.899 de 19 de dezembro 2018 que homologa o tombamento ..	98
Anexo III – Plano Museológico do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas	99
Anexo IV – Volume I do Processo de Tombamento do MLLC sobre tutela do IPHAEP	100

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, me proponho a buscar compreender o papel do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas da Paraíba para ativação das memórias coletivas do campesinato local. Pierre Nora (1993), em sua obra “Entre Memória e História: a problemática dos lugares” foi fundamental para o trânsito da proposta, numa provocação de “*memória sem passado* e o *arrancar da memória sob o impulso dos conquistadores*” (Nora, 1993, p. 8).

Ruas, escolas, praças e espaços públicos levam os nomes da elite política, agrária e de seus familiares, impondo, assim, suas histórias e memórias sobre a classe trabalhadora, especialmente os camponeses e as camponesas. Diante desse contexto local, a disputa pela memória se manifesta nesse espaço, pois, pelas vias institucionais, é negada a participação e/ou a inclusão de outras referências históricas na formação da identidade coletiva.

Sempre conectados aos fatos históricos regionais que impactam os dias atuais, buscamos trazer análises sobre o contexto e os acontecimentos que nos levaram a elaborar cruzamentos de memórias históricas, fundamentais para a concepção e implementação do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC). Iniciamos com a contextualização histórica das Ligas Camponesas (1954-1964), passando pelas entrevistas realizadas por Irmã Tonny (1983), pela ocupação de luta pela e na terra na Fazenda Antas (1997), pela aquisição do salão comunitário (2002) e pela inauguração do primeiro Memorial João Pedro Teixeira (2003). Avançamos até o início da institucionalização do Memorial das Ligas Camponesas (MLC) em 2006, culminando no atual Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), situado na comunidade tradicional e ribeirinha de Barra de Antas, no município de Sapé/PB.

Nesse caminhar coletivo, em sendo eu, um camponês, é importante problematizar os desafios históricos da produção de uma memória do campesinato local, partindo, também, de um território que tem dificuldades de organizar suas histórias e memórias de formação social, pois foram e são submetidos e submetidas diariamente, por diversas formas de violações e negação. Por isso, trilhar a partir das relações de confiança e suas contribuições na atuação do MLLC, pode nos ajudar a compreender a provocação de Paul Ricouer sobre *memória clandestinas*.

É no ambiente de dominação hegemônica do latifúndio em todas as esferas da memória da região que o MLLC *res-surge* como um espaço de memória das Ligas Camponesas, 40 anos depois do pacto entre latifundiários, empresários e militares resultantes da Ditadura Militar em 1964. O MLLC tornou-se um patrimônio histórico cultural dos povos do campo, desde sua fundação em 2003, evidenciando uma série de desafios, o primeiro deles é o território em que

se localiza, considerado o berço das Ligas Camponesas na Paraíba (1954-1964), na comunidade tradicional e ribeirinha de Barra Antas¹.

Para que continuemos a pensar o processo de construção do MLLC, devemos levar em consideração a tarefa histórica dos movimentos sociais do campo e o envolvimento das famílias camponesas nesses processos de lutas, escuta e compartilhamento das memórias e histórias. Em especial, destacam-se as histórias das famílias vítimas das milícias dos latifundiários e da ditadura civil-militar, como as famílias de Alfredo Nascimento e Cecília Nascimento. Alfredo Nascimento, morador do Engenho Miriri, foi um dos articuladores da Liga Camponesa e um dos primeiros camponeses assassinados no confronto com os latifundiários da várzea, no Engenho Miriri, em 1961.

Outros nomes importantes são Elizabeth Teixeira e João Pedro Teixeira. João Pedro Teixeira, vice-presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé e fundador da Liga Camponesa de Sapé, foi assassinado em 1962; sua esposa, Elizabeth Teixeira, liderança camponesa, presidiu a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba em 1962. Também destacamos João Alfredo Dias, conhecido como Nego Fuba, orador da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé e primeiro vereador eleito pela Liga Camponesa em Sapé. Seu mandato, um dos mais curtos na história do município, foi cassado em 4 de abril de 1964. Ele integra a lista de mortos e desaparecidos políticos do período da ditadura.

Outras figuras marcantes incluem Maria de Júlia de Araújo e Pedro Inácio Araújo, conhecido como Pedro Fazendeiro, tesoureiro da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, também listado entre os mortos e desaparecidos políticos da ditadura. Helena Malheiros e Severino Alves Barbosa, conhecido como Biu Pacatuba, foram outros nomes relevantes; este último foi o primeiro presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé. Além deles, Ivan Figueiredo, Genival Fortunato Felix, José Barbosa Nascimento, Pedro Cardoso da Silva e Antonio Galdino da Silva, conhecido como Carioca, articulador da Liga Camponesa na cidade de Mari/PB, também figuram entre as vítimas, com destaque para sua morte na “tragédia de Mari”, em 15 de janeiro de 1964.

¹ A comunidade de Barra de Antas, foi reconhecida em 2017 sua tradicionalidade, através do PARECER TÉCNICO Nº 04/2017 – SEAP/CRP5/ISF elaborado pelo antopólogo Ivan Soares Farias do Sistema Pericial do Ministério Público Federal da Paraíba. Em 2018, a casa onde viveu a família Teixeira teve seu tombamento sancionado pelo Governador Ricardo Coutinho/PSB/PB e publicado no Diário Oficial da União – DOU/PB. Em 2023 teve a Lei nº 1481/2023 que reconhece os povos e comunidades tradicionais do município de Sapé publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba.

Ainda é necessário lembrar a advogada da Liga Camponesa, Ophelia Amorim, e outras figuras como Deuzuite Costa, Adauto Freire, Pedro Eugênio, Basto Bitá e tantas outras pessoas que foram e continuam invisibilizadas na memória social e política do campesinato paraibano.

Todos esses movimentos ocorreram e ainda ocorrem em uma região sob dominação política, econômica, social e institucional de uma burguesia agrária. Nesse contexto, é importante destacar os desafios enfrentados pelo MLLC em sua missão de promover a memória histórica das Ligas e das Lutas Camponesas. Essa promoção não representa uma simples repetição da memória das Ligas Camponesas, já que o contexto atual é distinto, mas sim uma continuidade e/ou extensão da luta política, econômica, social e memorialística. Hoje, essa luta ocorre também pelas vias institucionais, buscando proteger, fomentar e dar visibilidade a uma memória histórica que conecta as lutas do passado com as do presente.

O curso da história permanece violento para os camponeses e camponesas, moradores e moradoras deste território, ou seja, com a memória do campesinato. É percebendo este descompasso, produzido pela estrutura do poder público sempre atrelado às famílias ditas tradicionais — ou seja, ao latifúndio —, que devemos estimular o debate sobre a formação social da identidade camponesa. Isso inclui a preservação dos espaços camponeses, o fortalecimento das culturas camponesas e a conexão das teias da memória histórica da classe camponesa, considerando os impactos que os patrimônios culturais do campesinato podem produzir como ferramentas de emancipação social. Dessa forma, cultivamos sempre a crítica construtiva, fazendo deste trabalho um terreno fértil para a produção de conhecimento, o fortalecimento institucional e a valorização dos patrimônios históricos e culturais dos povos do campo.

O Memorial, desde os primeiros trabalhos memorialísticos até os dias atuais, vivencia as lutas cotidianas do campesinato local, muitas vezes confundindo-se com movimentos sociais devido à sua atuação comunitária em diversas pautas. Observamos uma instituição que, desde sua fundação, vem derrubando as cercas do latifúndio da memória histórica do campesinato local. Ao dar visibilidade à classe camponesa, retira do silenciamento os movimentos das Ligas Camponesas e das Lutas Camponesas atuais.

Michael Pollak, em sua obra *Memória, Esquecimento, Silêncio*, ajuda-nos a entender que “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações dos diferentes” (POLLAK, 1988, p. 3). Pollak também reflete que é a partir do cenário onde os discursos oficiais são criados — mas que levam em

consideração as relações sociais intrínsecas à realidade vivida — que ocorre o compartilhamento e a transmissão das memórias nas redes de convívio.

O contexto onde o MLLC está localizado é o mesmo onde residiram os mais poderosos latifundiários da Paraíba, como Aguinaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Renato Ribeiro Coutinho. Na região da Várzea, destacam-se propriedades influentes como as usinas Santa Helena, São João e Miriri, além de engenhos como Maravalha e Corredor, todos situados na Zona da Mata Paraibana.

É essencial refletir sobre alguns termos que configuram o MLLC, incluindo o *Estatuto de Museus*, que regula as instituições responsáveis por preservar e salvaguardar a memória. A nova definição de museu do *International Council of Museums* (ICOM, 2023) é igualmente relevante. Segundo o ICOM, “um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial”. Dessa forma, a museologia social e o planejamento estratégico foram fundamentais para reorganizar os trabalhos da instituição.

É importante destacar que este trabalho, elaborado para o Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na linha de pesquisa "Territórios, Direitos Humanos e Diversidade", aborda questões relacionadas às áreas da Memória, História, Identidade e Território, com o objetivo de compreender a constituição da memória e da identidade camponesa, bem como suas reflexões nas lutas sociais dos povos camponeses, inseridas no campo multidisciplinar dos Direitos Humanos.

Pesquisadores como José Reginaldo Santos Gonçalves (2015), Pierre Nora (1993) e Mário Chagas (2009), em suas reflexões sobre Cultura, Patrimônio e Identidade, tratam de uma abordagem multidisciplinar sobre o fazer e o pensar esses campos do conhecimento. Esses elementos são entendidos como recursos essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, fundamentada na importância da inclusão social, da diversidade cultural e na problemática dos lugares de memória, que atravessam diferentes áreas do conhecimento como pilares para o fortalecimento de uma democracia efetiva.

Nessa perspectiva, parto da discussão sobre a relevância da memória e do patrimônio camponês para a ativação da identidade como mecanismo de fortalecimento da democracia, da justiça e para a reparação histórica do campesinato brasileiro, com foco especial no território que foi berço das Ligas Camponesas, na comunidade tradicional de Barra de Antas, em Sapé/PB.

Essa reflexão demonstra como a identidade camponesa foi imposta e/ou submetida a tentativas de apagamento. Mesmo assim, inseriu-se nas redes familiares e, a partir de uma memória inicialmente silenciada, emergiu com os trabalhos de memorialização desenvolvidos na região por agentes pastorais, camponeses e militantes sociais. O Memorial surge, portanto, como um espaço que valoriza as lutas populares e os mecanismos de participação política da classe camponesa, buscando transformar a realidade local. Durante décadas, as narrativas dessa realidade estiveram associadas ao poder e à dominação, mas, ao mesmo tempo, foram integradas a projetos de emancipação social. Esse processo destaca laços de solidariedade, sem cair no assistencialismo, e recupera possíveis lutas políticas que se integram a segmentos da população antes e atualmente excluídos.

No contexto local, encontra-se uma disputa de narrativas em que a memória coletiva é central na luta das forças sociais pelo poder, ou seja, na disputa por projetos de sociedade (Le Goff, 1994). Por essa razão, torna-se necessário analisar as potencialidades do sítio de memória e consciência da classe camponesa, seus testemunhos, significados e capacidade pedagógica. Se, como aponta Nora (1993), “a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, bloquear o esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial” (Nora, 1993, p. 23), é necessário acrescentar que esse espaço também deve ser um ambiente de formação de consciência e um potencial indutor da memória coletiva, em contraponto às narrativas dos “vencedores”.

O sítio de memória e consciência é, assim, um espaço pedagógico que “administra a presença do passado no presente” (Nora, 1993, p. 24). Ele orienta para a não repetição da história e, mesmo “na ausência de vontade de memória”, promove o entendimento de que “é a memória que dita e a história que escreve”. Nesse sentido, o sítio tem o dever de combater as narrativas dos vencedores, permitindo o resgate das vozes do povo camponês, objeto de estudo deste projeto.

As famílias camponesas da Zona da Mata paraibana, região onde surgiu a primeira Liga Camponesa do Estado², em sua longa jornada de sobrevivência no campo, tiveram suas vidas reguladas e ofuscadas por determinação particular dos donos das casas grandes. Esse fato teve

² A década de 50/60, que marca o período em que as Ligas Camponesas empreenderam uma série de lutas, especialmente aquelas ocorridas em Sapé, Paraíba, é caracterizada como uma época em que os “*silenciosos nordestinos*” adquirem destaque nacional, e mesmo internacional, porque começaram a se mostrar “*reivindicativos*” (AUED, 1982, p.3)

o poder de mudar a projeção das memórias do povo camponês, assim desenvolvendo uma “ruptura de um elo de identidade muito antigo” (Nora, 1993).

A consequência dessa atitude é "o arrancar das memórias sob os impulsos dos conquistadores" (Nora, 1993). Desse modo, atualmente, na região, vivencia-se a hegemonia ideológica da burguesia agrária no modo de vida camponês, agravada pelo reflexo de 21 anos de ditadura civil-militar, período em que a burguesia agrária teve envolvimento direto com o regime. Assim, o medo de expor os acontecimentos passados, na atual conjuntura de dominação, mantém a memória e a história do campesinato sob uma narrativa moldada pelas elites dominantes. Essa dominação se manifesta com mais clareza quando as elites agrárias continuamente impõem aos povos camponeses a “adequação da história e da memória” (Nora, 1993). Esse processo se intensifica com o avanço do desenvolvimento capitalista na agricultura, ditando o que deve ou não ser lembrado na memória política da região.

Contudo, Caldart (2004, p. 375) ressalta que “a memória é uma experiência coletiva: ninguém ou nada é lembrado em si mesmo, deslocado das relações, sociais ou interpessoais, que constituem sua história”. Dessa forma, a memória de um povo é constituída e transmitida por gerações, podendo, no entanto, ser apagada, deformada ou reconstruída em novas narrativas.

Vinte e um anos após a instalação do regime democrático em 1988, durante a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada entre 15 e 18 de dezembro de 2008, foi dado um passo significativo na direção democrática com a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Esse programa, após tensões e pressões políticas, foi alterado e substituído pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010. O PNDH-3 diagnosticou as dificuldades da nação em lidar com o legado histórico de violações de direitos humanos.

O texto do PNDH-3 enfatiza que, para evitar que o Brasil continue ignorando a história do autoritarismo, setores organizados da sociedade brasileira, por meio de conferências públicas, propuseram teses sobre o direito à memória e à verdade como um eixo central da política de direitos humanos na consolidação do regime democrático. Entre as diretrizes estabelecidas pelo programa, destacam-se: o "Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado", a "Preservação da memória histórica e construção pública da verdade" e a "Modernização da legislação relacionada à promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia" (BRASIL, 2009, p. 173, 175 e 176).

Para entender o fenômeno da memória na região das Ligas Camponesas hoje, faz-se necessário observar e escavar as diversas camadas de experiências históricas silenciadas, identificando vestígios e pistas da memória coletiva e individual junto às famílias traumatizadas,

sindicatos, comunidades, assentamentos, sítios, movimentos sociais, escolas e o contexto do memorial, instrumento que destaca sua tarefa histórica como agente da democratização, analisado neste trabalho. Nas cidades e nos campos nesse extenso território é possível identificar rastros de apagamentos da violência que atravessam os longos períodos autoritários (Ricoeur, 2007).

No campo brasileiro, várias pistas e rastros de memórias têm sido apagados e ou manipulados, quando não, colocados nas camadas subterrâneas do esquecimento, a exemplo, de estradas da morte, das cruzes de morte nas beiras de estradas representando o lugar onde lideranças camponesas foram assassinadas, dos corpos desaparecidos de João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo ao saírem da prisão política em João Pessoa-PB em 09 de setembro de 1964, da ausência das lapides dos enterros dos camponeses após a resistência de Mari-PB³ dentre outros.

Na formação dos homens e mulheres do campo, observa-se ainda a desconstrução das lutadoras e lutadores da terra. Essa dinâmica é marcada pelos processos e movimentos de substituição das memórias, como ocorre com as histórias dos camponeses e camponesas da região da Zona da Mata paraibana. Essa desconstrução está presente na negação da identidade camponesa e na construção de “páginas em branco”, que resultam na descaracterização dos homens e mulheres do campo como sujeitos políticos. Foi ensinado a essas populações que elas não possuem um passado do qual pudessem se orgulhar.

Essa realidade reflete a dualidade de nosso povo, onde se impõe um projeto de desconstrução histórica que busca impor outras narrativas às memórias e histórias dos povos do campo. Esse movimento fragiliza os processos de cidadania e fortalece tendências negacionistas e revisionistas, amplamente disseminadas nas sociedades contemporâneas. Essas tendências idealizam a educação a partir de uma perspectiva meritocrática, presentista e anti-histórica. Diante desse cenário, torna-se urgente fecundar a memória e compreender a história dos homens e mulheres camponeses para avançarmos no caminho da emancipação humana.

O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC) constitui um sítio de memória e consciência, não por possuir maior legitimidade, mas por desempenhar o exercício da memória, colocando em disputa as narrativas do passado (Nora, 1993, p. 25). Esse espaço tem se “transformado num centro de expressão da dinâmica social dos grupos que trabalham a partir

³ SANTOS, 2017, p. 96 registra que em 15/01/1964, camponeses encontravam-se trabalhando quando foram surpreendidos com a chegada de um grupo, formado por funcionários dos Usineiros e dois policiais de arma em punho, resultando em 11 mortos, quatro camponeses e outras sete pessoas ligadas aos Usineiros e a polícia, e ainda 4 feridos.

da memória e das referências do passado para a construção de sua identidade” (Primo, 2013, p. 22). Nesse sentido, é fundamental pensar o conceito de campesinato atrelado ao potencial dos patrimônios históricos e seus desdobramentos nos últimos 60 anos. Como aponta Mauro William Barbosa de Almeida (1998), em *Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato*, é necessário refletir sobre o culturalismo agrário e a força de uma cultura que conecta as pessoas à terra.

Compreender as memórias e narrativas, tanto coletivas quanto individuais, como áreas em disputa é essencial. Essas memórias acionam movimentos que estimulam o “aquecimento das lembranças”, valorizando as representações do passado em relação ao presente (Nora, 1993). Assim, o MLLC, ao atuar na tarefa histórica de mobilizar memórias e problematizar narrativas, articula as contradições entre a consciência do passado e a atualidade, contribuindo para despertar os sentimentos e os significados que essas memórias manifestam.

A metodologia adotada para este trabalho foi a *pesquisa-ação*. Essa abordagem, enquanto estratégia, associa diferentes contornos de ação coletiva que buscam a resolução de problemas e/ou objetivos voltados à transformação da realidade (Thiollent, 1947). Essa metodologia foi a mais adequada para orientar esta pesquisa, de caráter institucional, uma vez que “se configura como um instrumento de trabalho e investigação com grupos, instituições e coletividades de pequeno ou médio porte” (Thiollent, 1947, p. 08-09). A base empírica deste estudo envolve relações de estreita associação com a resolução de problemas coletivos, no qual os pesquisadores participam de forma ativa e integrada (Thiollent, 1947).

Essa estrutura metodológica proporcionou um contexto promissor, evitando que a investigação se restringisse a aspectos meramente acadêmicos ou burocráticos, como ocorre em muitas pesquisas convencionais. Desse modo, a pesquisa-ação ofereceu um amplo horizonte para diversas propostas em diferentes campos de atuação social. Afinal, “a pesquisa-ação é vista como uma forma de engajamento sociopolítico a serviço das classes populares” (Thiollent, 1947, p. 14), estabelecendo um elo crucial para o desenvolvimento deste trabalho.

A pesquisa-ação pode combinar diversos métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos, destacando-se pela ênfase na resolução de problemas, na tomada de consciência e na produção de conhecimento. Nesse contexto, “com maior conhecimento, a ação será melhor conduzida” (Thiollent, 1947, p. 18). Além disso, permite a utilização de diferentes métodos de análise dos dados, como análise de conteúdo, análise de discurso, métodos e técnicas estatísticas descritivas e/ou inferenciais, entre outros (Azevedo et al., 2013).

Os seguintes procedimentos foram adotados ao longo da pesquisa: realização de uma etapa bibliográfica sobre as categorias teóricas e metodológicas definidas; compreensão da

conjuntura e das manifestações do campesinato, envolvendo a luta pela terra, a museologia social e o patrimônio histórico-cultural; análise da terra como um direito humano; reflexão sobre a reforma agrária e as organizações sociais camponesas contemporâneas; levantamento de dados no acervo e análise do desenvolvimento institucional do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC); e, por fim, interpretação dos resultados com base na literatura científica.

A fase da pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento de livros, periódicos, sites, teses e dissertações, com o objetivo de fundamentar os estudos sobre os lugares de memória, especialmente no contexto institucional. Também abordou conceitos como museologia social e patrimônio histórico, cultural, material e imaterial. Essa etapa proporcionou uma base teórica sólida para as discussões desenvolvidas ao longo da investigação, possibilitando um melhor delineamento do estudo e promovendo o diálogo com diversos autores sobre os conceitos-chave da pesquisa.

Dessa forma, foi possível revelar aspectos estruturais que não devem permanecer desconhecidos. Sob a perspectiva deste trabalho, alguns campos de ação precisam evidenciar suas relações sociais, bem como suas objetividades e subjetividades no contexto do campesinato paraibano. Além disso, destacam-se as potencialidades para a ressignificação da identidade camponesa e suas representações, sempre atentos às exigências teóricas e práticas necessárias para abordar os problemas relevantes no cenário investigado (Thiollent, 1947).

O MLLC dispõe de um acervo com o objetivo de reunir documentos relacionados às Ligas Camponesas e às organizações do campo. Esse material aborda temas como a luta pela terra, a permanência no território, a reforma agrária, a questão agrária e o campesinato paraibano. Sendo esta pesquisa um estudo que implica manifestações de classe, diversas variáveis foram consideradas, pois a pesquisa-ação se apresenta como um método capaz de investigar situações e problemas em contextos em constante movimento (Thiollent, 1947).

O acervo do MLLC possui um grande potencial heurístico. Além de uma biblioteca contendo livros, dissertações, teses e artigos, o memorial mantém uma coleção de documentos diversos, cobrindo o período de 1959 até os dias atuais. Esses documentos incluem carteirinhas de associados das Ligas Camponesas, recortes de jornais que noticiavam os movimentos camponeses, depoimentos de personagens das Ligas Camponesas paraibanas, filmes e fotografias de eventos marcantes, como comícios, ações e encontros na região. O acervo também contém atas e relatórios desde a criação da instituição em 2003.

A fase de pesquisa envolvendo outras experiências de lugares de memória foi realizada por meio da coleta de dados, contemplando:

1. Observação sistemática das ações realizadas até o momento pelo MLLC na região;

2. Análise documental e de conteúdo dos materiais relacionados à salvaguarda do MLLC.

Foram incluídos na pesquisa indivíduos moradores da comunidade tradicional de Barra de Antas e da cidade de Sapé que participaram ou ainda participam do MLLC. Entre os participantes, destacam-se camponeses e camponesas de áreas de assentamento, agentes pastorais, professores e professoras, além de trabalhadores e trabalhadoras. A técnica escolhida para o tratamento, análise e interpretação dos dados foi a análise de conteúdo.

Na etapa de tratamento dos resultados, realização de inferências e interpretação, destacaram-se duas dimensões que possibilitam e facilitam as análises: a codificação e a categorização. Segundo Bardin (1994), a codificação consiste em uma transformação dos dados brutos do texto por meio de recorte, agregação e enumeração, com o objetivo de representar o conteúdo e sua expressão. Essa transformação permite ao analista identificar características do texto que podem servir como indicadores para interpretações.

Após a definição das unidades de registro e análise por meio da codificação, o passo seguinte é a categorização. Sobre esse processo, Franco (2012, p. 63) define categorização como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”. Essa definição está alinhada com o delineamento de categorização proposto por Bardin (1994).

A pesquisa iniciou-se com a inquietação de buscar reunir documentos e buscar entender o processo histórico do Memorial, pois em 2018, quando, voluntariamente, comecei a contribuir no MLLC, participei da oficina que gerou o *Relatório dos Desafios Atuais do memorial das Ligas e Lutas Camponesas*⁴ com a Diretoria da Instituição. Em 2019 cheguei para contribuir mais diretamente na instituição, recém formado em licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba, no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, percebemos uma problemática no que tange a institucionalidade, por isso, ainda no mesmo ano elaboramos o primeiro *Diagnóstico Participativo do MLLC*⁵.

A partir da pesquisa acadêmica e de uma análise detalhada no Memorial, realizamos um levantamento bibliográfico de publicações periódicas e uma pesquisa documental que abordam

⁴ Em reunião da equipe do Memorial das Ligas Camponesas, realizada em novembro de 2017, foi identificada a demanda de estruturar melhor a atividade de mobilização de recursos da instituição. A partir dessa demanda, em março de 2018, foi realizada uma oficina com o objetivo de pensar os eixos estratégicos para a atividade de elaboração de projetos, bem como para as outras ações que compõem um plano de mobilização de recursos. Nessa ocasião, Frederic Barbotin e Angeluce Soares, voluntários do Memorial, se comprometeram com a facilitação dessa oficina.

⁵ Em dezembro de 2019, foi finalizado o Diagnóstico Participativo do MLLC, esta ação foi produzida numa parceria com a Rede de Educadores Cidadã – RECID, com intuito de ampliar o olhar institucional da entidade. Nesse trabalho foi construído a Missão, Visão, Eixos Estratégicos e Valores, além de Monitoramento Institucional e Raio X financeiro.

os passos do Memorial, trazendo à tona a memória social, o patrimônio histórico e, mais especificamente, as ligas e as lutas camponesas. Na pesquisa bibliográfica, tivemos o cuidado de buscar pesquisadores/as que estabelecessem uma melhor relação com a América Latina e a África, com o objetivo de ampliar o olhar para além do ocidente e valorizar a produção de pesquisadoras/es com experiências relacionadas ao campesinato. Também consideramos a produção local, paraibana e nordestina, seguindo uma geopolítica do conhecimento que não reproduza a colonialidade do saber e levando em conta a própria geopolítica do saber construída no Brasil.

Para aprofundar os estudos sobre as ligas camponesas, bem como a história, as lutas e as formas de ver dos homens e mulheres do campo, foi realizada uma pesquisa documental no arquivo do Memorial, além de uma análise dos elementos expostos em sua exposição de longa duração, com foco inicial em recortes de jornais que oferecem interpretações sobre as Ligas Camponesas.

Também foram consultados e analisados documentos primários, como atas de reuniões, estatutos, decretos e projetos de lei. Esses documentos tratam tanto da questão fundiária na região ao longo de diferentes contextos históricos quanto de processos públicos relacionados ao trabalho conjunto entre o Memorial e a comunidade tradicional de Barra de Antas, incluindo o processo de tombamento do Memorial, o litígio sobre a desapropriação da Fazenda Antas e o reconhecimento da comunidade de Barra de Antas como tradicional pelo Ministério Público Federal.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro sintetiza uma visão potencial do MLLC, enraizada nas memórias do campesinato, no lugar de memória e nas lições pedagógicas da classe camponesa e suas diversas formas de organização. O segundo capítulo analisa as potencialidades e os desafios do território, berço das ligas camponesas paraibanas, bem como os impactos causados por uma história e memória violentadas pela narrativa oficial. No terceiro capítulo, apresentamos o processo histórico do desenvolvimento do MLLC e a importância de alinhar o espaço de memória à realidade do território. Também discutimos as conquistas e os desafios para a manutenção de uma instituição que oferece à sociedade uma reflexão sobre como as memórias sociais, muitas vezes excluídas da história oficial brasileira, são tratadas.

CAPÍTULO 1

1.1 Pedagogia das Memórias Camponesas

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memórias (Nora, 1993, p. 7).

O campesinato brasileiro sempre foi uma cultura que gerou “implicações” políticas e sociais, revelando especificidades regionais intensas, dado que a história dos povos do campo no Brasil foi marcada pela violência colonial. Diante do momento atual, em que a problemática da memória ganha destaque, Pierre Nora (1993), ao abordar os “Lugares de Memória”, examina como essas memórias fragmentadas podem fecundar e fertilizar o sentimento de pertencimento, localizado em espaços que tecem a própria memória.

É notável que os lugares de memória relacionados ao campesinato brasileiro, historicamente, têm sido relegados às margens da história nacional, estadual e municipal. Grande parte da literatura brasileira reflete essa exclusão, assim como a ausência de interesse estatal em dar visibilidade a esses locais onde as memórias e as histórias camponesas se cristalizam. Nesse contexto, não seria diferente com o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), que preserva a memória de um dos maiores movimentos agrários do século XX na América Latina: as Ligas Camponesas.

Considerando o contexto do campesinato brasileiro, tema que já fazia parte da minha trajetória nos movimentos sociais do campo, uma questão passou a me provocar intensamente. Em 2019, enquanto cursava a Especialização em Educação do Campo na Universidade Federal da Paraíba (Campus I, João Pessoa/PB), tive contato com o livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, de Roseli Caldart, uma referência nos movimentos sociais do campo e na Educação do/no Campo.

As reflexões de Caldart permitiram-me observar o movimento histórico do campesinato por outra perspectiva, destacando os rastros pedagógicos que os movimentos oferecem. Desde então, ao chegar no MLLC, também em 2019, busquei realizar leituras que me ajudassem a compreender melhor aquele espaço. Nesse percurso, as obras de Roseli Caldart, Pierre Nora e Paulo Freire foram fundamentais para entender o potencial das memórias camponesas e dos lugares de memória do campesinato em oferecer contribuições significativas à sociedade.

A partir desse momento, ao observar o movimento histórico do campesinato e a formação dos movimentos sociais do campo, que representam uma continuidade das lutas camponesas, passei a enxergar o MLLC como um lugar de memória carregado de uma pedagogia voltada à classe camponesa. Essa perspectiva levou-me a refletir sobre como os lugares de memória, especialmente o Memorial, consciente ou inconscientemente, incorporam uma pedagogia. Nesse sentido, segundo Paulo Freire, eles possuem a “legitimidade da história”.

O MLLC, com sua forma de ser enquanto instituição, seus princípios e valores a serem defendidos, e sua memória histórica que lhe confere um lugar no mundo, gerido por camponeses e camponesas, levou-nos a refletir sobre como esse lugar de memória do campesinato fertiliza o que chamamos de *Pedagogia das Memórias Camponesas*.

As Ligas Camponesas em Sapé/PB representaram um movimento de organização do campesinato paraibano, surgindo no contexto da ascensão do modelo de desenvolvimento do capitalismo agroexportador na agricultura, com resquícios de uma economia escravocrata e colonialista. Essa contextualização histórico-social ofereceu condições objetivas e subjetivas que contribuíram para a criação das Ligas (AUED, 1981). As Ligas conseguiram promover uma reordenação das condições de trabalho e de vida das/os camponesas/es dentro da estrutura do latifúndio, expondo à sociedade as contradições inerentes à estrutura desigual do capitalismo no mundo agrário.

No decorrer dos anos sessenta, constavam-se mudanças profundas nas relações de produção no interior do sistema latifundiário paraibano culminando com expropriação definitiva do camponês e sua consequente expulsão da terra. Esse processo adquiriu feições próprias na resistência esboçada pelo campesinato através da criação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais (Benevides, 1985, p. 72).

Como o processo de expulsão do camponês paraibano foi predominantemente político, e não motivado por razões econômicas (Benevides, 1985), as Ligas Camponesas tornaram-se a força organizativa das/os camponesas/es na luta política e social contra os métodos de expropriação utilizados pelo latifúndio. Esses métodos, herdados do período colonial, do escravismo brasileiro e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, perpetuaram-se ao longo do tempo.

Essa luta, embora desigual em termos de poder econômico, era justa na reivindicação de direitos básicos à vida. As/os camponesas/es exigiam a Reforma Agrária e, simultaneamente, o fim da exploração das mulheres e homens do campo. Essa exploração estava enraizada em práticas como o cambão, o barracão, o foro e outros métodos de expropriação da força de trabalho e das famílias camponesas, perpetuados e adaptados pelo capitalismo no campo.

O século XX foi marcado pela implementação do modelo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, concomitantemente a uma profunda e desigual crise na distribuição de renda. Esse contexto ressoa na análise de Cezar Benevides (1985, p. 72): “na medida em que o objetivo estratégico das Ligas Camponesas centralizou na reforma agrária, a organização do campesinato quebrou a lógica da propriedade privada, limpou a área para luta de classes e conquistou posição de movimento político”. Assim, as Ligas Camponesas conseguiram evidenciar as contradições estruturais do sistema, acumulando força política e liderança nas organizações camponesas da época.

Paralelamente a cada momento de efervescência no campo e à repercussão social resultante, que contribuíram para o fortalecimento da mobilização política junto ao campesinato (Aued, 1981), os grandes proprietários de terra intensificaram a violência como estratégia para reprimir a organização camponesa. Essa violência tinha como objetivo disseminar o medo entre aqueles que ousavam desafiar a estrutura agrária dos latifundiários.

Na Paraíba, a questão agrária partia para a dianteira da competição que se desdobrou em frequentes banhos de sangue envolvendo, de um lado, o campesinato e, do outro as milícias particulares dos grandes proprietários rurais. Rompeu-se a “paz agrária” mantida até então pela violência dissimulada dos senhores de terra e pela exclusão política e social dos camponeses (Benevides, 1985, p.94).

A ascensão ideológica, política e social entre os camponeses foi o produto crucial que gerou, entre os grandes proprietários, o ódio às Ligas Camponesas. Esse ódio resultou na aliança entre o latifúndio e o setor industrial, apoiados pelas forças de coerção do Estado (polícia e exército), utilizando a violência como política paralela para conter o movimento camponês. A resposta ao campesinato foi a intensificação da crueldade contra todas/os que se opunham. Assim, ampliaram-se as técnicas de repressão e violação da vida de homens e mulheres do campo, cujo fruto foi a deformação da memória organizativa, reivindicativa e de luta do mundo camponês. Além disso, ocorreu uma mudança de narrativa que contou a história a partir da perspectiva da burguesia agrária.

Nesse confronto, “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder” (Le Goff, 1924, np). Ou seja, a disputa de projetos de sociedade incluiu também a memória como campo de batalha. Por essa razão, a agressividade comandada na luta política e social, liderada pelos grandes proprietários de terra, forjou o apagamento da memória política dos camponeses. Isso significou, em última análise, “manipular a memória coletiva” do campesinato.

As famílias camponesas da região da Zona da Mata paraibana, ao longo de sua longa jornada de sobrevivência no campo, tiveram suas vidas reguladas e ofuscadas pela dominação particular dos donos das casas grandes. Esse processo foi capaz de alterar a projeção das memórias do povo camponês, resultando no desenvolvimento de uma “ruptura de um elo de identidade muito antigo” (Nora, 1993, p. 8). Uma vez aberta essa ruptura, torna-se essencial compreender como a classe camponesa adquiriu e continua adquirindo forças para preservar as chamas que mantêm viva a cultura e a identidade dos homens e mulheres do campo.

Atualmente, na região, vivenciamos concretamente a imposição de narrativas em que as burguesias agrárias, para consolidar sua dominação, sobrepõem-se aos povos deste território. Esse processo se intensifica à medida que a história e a memória da classe camponesa são negadas, enquanto os nomes das famílias tradicionais são inseridos na história oficial dos municípios, batizando prédios, escolas, ruas e outros espaços públicos. O efeito dessa ação pode ser descrito como “o arrancar das memórias sob os impulsos dos conquistadores”, resultando no que Nora (1993, p. 8) descreve como uma “adequação da história e da memória”. De acordo com este autor:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos de manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

Nos movimentos em disputa pelas memórias, como é o caso das memórias dos/as camponeses/as da região da Zona da Mata paraibana, é presente a negação do sujeito camponês, de modo que se veem expressos os impulsos dos colonizadores, de uma burguesia agrária na “deformação” que se apresenta nas memórias coletivas e individuais dos/as camponeses/as.

[...] a construção de culturas camponesas dotadas de peculiaridades lingüísticas, religiosas, tecnológicas e sociais – que vão de modos de falar a regras de propriedade – pode funcionar como arma política para a reivindicação de direitos fundiários, jurídicos, educacionais e de outros dos quais muitos são desprovidos. A cultura liga por assim dizer as pessoas a terra; (Almeida, 1998, p. 159).

Compreender a preservação das memórias coletivas e individuais do campesinato em Sapé como um campo em disputa, bem como um movimento necessário para o “aquecimento das lembranças” que estimula e provoca as memórias dos/as camponeses/as, revela sua importância nas “representações do passado” para o “presente atual”. Esse processo é extremamente urgente e essencial para o futuro. Nesse sentido, o MLLC (Memorial das Ligas e Lutas Camponesas) desempenha a tarefa histórica de atizar as memórias, articular as consciências sobre o passado e contribuir para o despertar dos sentimentos que essas memórias manifestam.

O MLLC é um espaço voltado à organização e representação das memórias, histórias e lutas dos homens e mulheres do campo, à preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural do campesinato, bem como a um lugar de “vivências educativas concretas” (Caldart, 2004). Contudo, não é um lugar estático, onde as memórias são confinadas às paredes ou aos instrumentos de comunicação museológica. O MLLC é uma ferramenta camponesa de linguagem crítica sobre a realidade, moldada no dia a dia do contexto em que está inserido, pois, como afirma Krenak (2023), a memória não cabe em um museu. Ainda que negada, a “vocação” do campesinato é também afirmada na própria negação: negada na injustiça, exploração, opressão e violência dos opressores, mas afirmada no anseio de liberdade, justiça e luta dos oprimidos pela recuperação de sua humanidade (Freire, 1970, p. 16).

Com base na afirmação das lutas no território, no anseio pelo reconhecimento da cidadania dos homens e mulheres do campo e, sobretudo, em uma instituição gerida por nós, camponeses e camponesas, temos construído, ao longo da história, um espaço que transborda uma pedagogia camponesa. Este espaço unifica, ao lugar de memória, bandeiras de luta que traduzem criticamente o contexto dos povos campesinos, tais como: Reforma Agrária, Questão Agrária, Museologia Social, Educação do e no Campo, Gênero, Agroecologia, Tecnologias Sociais, Povos e Comunidades Tradicionais, Direitos Humanos, Justiça de Transição e a continuidade da luta pela terra e na terra. Assim, impulsiona o que Nora (1993, p. 27) denomina de “aproximações históricas e científicas da memória”.

As aproximações com os passados das/os camponesas/es constituem uma tarefa institucional do MLLC, que também busca a profissionalização de sua equipe de trabalho. Dessa forma, a memória histórica camponesa, entrelaçada com suas bandeiras de luta, fomenta o fortalecimento do campesinato e articula a criação e a defesa de políticas públicas de qualidade. Além disso, forma seres humanos a partir de suas bases e constrói, junto à classe camponesa, as condições necessárias para as lutas no contexto em que estão inseridos.

O MLLC, enquanto patrimônio cultural dos povos do campo, em conjunto com o território camponês onde está localizado, produz um olhar crítico sobre as realidades impostas e problematiza os desafios enfrentados nessas situações. Ao mesmo tempo, possibilita a criação de condições para a superação dessas adversidades, a partir da herança do patrimônio cultural do campesinato.

1.2 Patrimônio Histórico e Cultural da Reforma Agrária

Embora existam aspectos simbólicos, históricos, memorialísticos e culturais que definem o campo brasileiro e a Reforma Agrária, não se observa, nas interpretações contemporâneas, um debate que inclua o patrimônio histórico-cultural da Reforma Agrária nas reflexões sobre o patrimônio. Da mesma forma, são escassos estudos que realizem esse recorte específico, ainda que seja compreendido que tudo o que foi produzido, material e imaterialmente, no campesinato pelos grupos sociais que integram essa realidade compõe a formação cultural e as identidades no Brasil.

Sabe-se que a identidade de uma nação é constituída, em grande parte, por meio das referências que o Estado Nacional define como patrimônio histórico-cultural, com a “intenção” de proteger e preservar uma perspectiva da história oficial. Por essa razão, a Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Mesmo observando a abrangência que a CF de 1988 impõe sobre os patrimônios culturais, na prática, identificamos, mesmo muito frágil, diante do volume que são os patrimônios brasileiros, a dedicação às representações da cidade e das famílias tradicionais. Uma vez que “a noção de patrimônio se confunde com a de propriedade (privada)” (Gonçalves, 2003, p.27). Nos leva a interpretar os traços históricos que são considerados e valorados aos patrimônios que representam uma burguesia agrária e empresarial, membros de uma classe política dominante que historicamente é privilegiada, é conservadora e que suas famílias foram inseridas como pilares da “*história oficial*”.

Por outro lado, nos arriscamos a considerar que através da interpretação da CF 1988, também podemos olhar, especialmente, para o campesinato brasileiro e a reforma agrária como um espaço de *bens de natureza material e imaterial*, portador de uma *referência identitária*, formado por *memórias de diferentes grupos* que culturalmente produzem e reproduzem *formas de expressões, modos de viver, fazer e criar*, com produções *científicas, artísticas e tecnológicas*, assim como fornecem para nossa sociedade *obras, objetos, documentos, edificações* além de *espaços destinados às manifestações artístico-culturais* (Art. 2016,

C.F.1988), pois, em cada momento histórico no campo brasileiro frutificou lugares de muito *valor histórico* para formar e/ou interpretar identidade da sociedade brasileira.

Da mesma forma, enquanto país membro que se comprometeu e assinou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em ato constitutivo que prevê o auxílio e o cuidado com os patrimônios, o Brasil, como integrante da UNESCO, definiu, em seu Art. 1º, o conceito de patrimônio cultural:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

O patrimônio histórico-cultural do campesinato e da reforma agrária apresenta uma imensa riqueza no que diz respeito à sua memória social para a constituição da identidade nacional. Entretanto, na prática, não percebemos o devido cuidado em relação aos compromissos firmados na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada em Paris, entre os dias 17 de outubro e 21 de novembro de 1972, durante sua décima sétima sessão.

A conferência, preocupada com as ameaças de destruição, degradação e desaparecimento enfrentadas pelos patrimônios culturais, estabeleceu acordos para que os países membros evitassem o empobrecimento de seus patrimônios nacionais e mundiais. Esses acordos, por outro lado, buscavam também apoiar os países na conservação, preservação, progresso e disseminação do saber, promovendo a proteção do patrimônio universal e das populações interessadas, conforme registrado em 1972.

Dessa forma, pensar o patrimônio histórico-cultural pela ótica dos povos do campo nos coloca "diante de uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana" (Gonçalves, 2009, p. 26). Seja qual for a perspectiva, o que o campesinato brasileiro e a reforma agrária produzem é fundamental para a formação da identidade nacional. Além disso, o Brasil assumiu, no artigo 4 da convenção, o compromisso de "reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural referido nos artigos 1 e 2 e situado no seu território constitui obrigação primordial".

No entanto, ao observar a realidade, especialmente em relação ao patrimônio que reflete uma classe social e seu projeto de vida, verifica-se que ele é definido de maneira ampla, com fronteiras imprecisas, mas com um poder particular de se expandir e se propagar continuamente (Gonçalves, 2003, p. 27). Nesse sentido, situamo-nos diante de um contexto social e cultural que marca uma posição política, histórica e ideológica, contribuindo para a preparação do terreno para a construção de políticas públicas voltadas a essa categoria.

Contudo, Gonçalves (2003) ainda nos alerta para o "terreno pantanoso" que constitui a noção de patrimônio quando ela reflete uma memória social e política no Brasil:

A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas, nas quais os bens materiais não são classificados como objetos separados dos seus proprietários. Esses bens, por sua vez, nem sempre têm atributos estritamente utilitários. Em muitos casos, servem a propósitos práticos, mas carregam, ao mesmo tempo, significados mágicos religiosos e sociais. Configuram aquilo que Marcel Mauss (1974) denominou “fatos sociais totais”. Tais bens são, simultaneamente, de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica. Constituem, de certo modo, extensões morais de seus proprietários, e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem suas condições de indivíduos (Gonçalves, 2003, p.27).

No que se refere à realidade brasileira, não temos dúvida de que a propriedade privada configura a produção do patrimônio. Quando observamos o campesinato brasileiro como classe social, o que percebemos é o distanciamento do Estado em relação a essa realidade. Como resultado, o campesinato teve e tem seus patrimônios histórico-culturais omitidos, especialmente no que diz respeito às identidades que impulsionam e inspiram as lutas dos movimentos sociais do campo. Esses grupos sociais são capazes de mobilizar as memórias coletivas do campesinato. Por meio desses movimentos, é necessário evitar a naturalização dos significados e incluir nas reflexões tudo aquilo que é desconhecido ou ignorado pela classe camponesa (Gonçalves, 2009).

A classe camponesa vem, de forma reiterada, sendo privada de sua vocação. Isso se deve ao fato de que a proteção aos patrimônios que transbordam história, memória e cultura dos camponeses no Brasil apresenta relatos que não são motivo de orgulho no que diz respeito à sua segurança. Exemplos disso incluem Palmares, Balaia, Canudos, Contestado, Caldeirão, as Ligas Camponesas, a Guerrilha do Araguaia e o monumento em memória ao trabalhador rural Antonio Tavares, projetado por Oscar Niemeyer, localizado às margens da BR-227, no km 108, em Campos Largos/PR. Muitos são os patrimônios dos homens e mulheres do campo que o Estado brasileiro não assegura.

Dessa forma, o patrimônio histórico-cultural não deve ser apenas utilizado para simbolizar, representar ou comunicar. Ele possui importância fundamental para a ação social, pois cria intersecções entre classes sociais. Não se trata apenas de transmitir ideias e valores. O patrimônio camponês forma e transforma pessoas, ou seja, o processo de formação humana é também moldado pelas coleções dos patrimônios do campesinato (Gonçalves, 2009).

Diante disso, podemos afirmar que o patrimônio possui um efeito que demarca o domínio da subjetividade em relação ao outro (Gonçalves, 2009). Por esse motivo, é fundamental reafirmar seu potencial como ferramenta de expressão e representação.

[...] não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplados. O patrimônio de certo modo, constrói, forma pessoas (Gonçalves, 2009, p. 31).

Sendo o patrimônio um espaço também de formação das pessoas, como afirma Gonçalves (2009), seu horizonte vai além de constituir uma referência para a construção de uma identidade comum a um povo que compartilha o mesmo território nacional. O patrimônio também está relacionado ao que de melhor a humanidade produziu (Abreu, 2009). É por esse trajeto refletido por Abreu (2009) e Gonçalves (2009) que observamos as condições estruturais enfrentadas pelos patrimônios camponeses, uma vez que a nação reproduz as violências, especialmente nas políticas públicas destinadas à salvaguarda dos patrimônios e da cultura popular. Isso ocorre particularmente nos poucos lugares de memória que traduzem a história do campesinato e suas lutas, mesmo compreendendo que “o campo do patrimônio se apresenta como um espaço de conflitos e interesses contraditórios” (Abreu, 2009, p. 45).

Esses jogos de interesses, no contexto das realidades em que os patrimônios estão inseridos, moldam as agendas políticas locais, e essas circunstâncias condicionam os horizontes almejados. Portanto, é importante salientar a complexidade cultural em que vivemos na realidade do campesinato. Por isso, não devemos naturalizar a exclusão dos patrimônios dos povos do campo dos livros didáticos ou da história oficial da formação nacional. Isso nos coloca em um debate necessário para desmistificar o fato de que, no Brasil, especialmente no contexto do latifúndio e do agronegócio, o desenvolvimento do campo brasileiro foi moldado por essa interpretação. Tal narrativa reforça o poder que os grandes proprietários ainda possuem.

Para contrabalançar esse tipo de narrativa, é necessário criar as condições em que o território integre o conjunto de representações e significados que os patrimônios exalam,

estabelecendo relações que conectem a luta dos povos historicamente violados às suas realidades vividas. Essa conexão é fundamental para o avanço de uma consciência democrática.

Para isso, “é necessário comparar os diversos contornos semânticos que” [...] o patrimônio histórico-cultural camponês pôde e poderá ainda assumir no tempo e no espaço (Gonçalves, 2009, p. 32). Sendo assim, o patrimônio, mais do que um sinal distintivo entre nações, grupos étnicos e outras coletividades, confunde-se com as diversas formas de autoconsciência cultural (Gonçalves, 2009, p. 32) e busca uma nova cultura política.

É importante, no entanto, entender que o Brasil apresenta uma dinâmica que, na maioria das vezes, tende a negar a existência do patrimônio histórico-cultural que não está associado à burguesia com linhagem estrangeira. Sendo assim, os patrimônios que surgem foram dessa dinâmica só ganham visibilidade quando são apresentados pelos intelectuais privilegiados dessa burguesia em eventos internacionais. Esse cenário é refletido quando Maria Cecília Londres Fonseca (2009) afirma que:

Imagem que a expressão “Patrimônio Histórico e Artístico” evoca entre as pessoas é de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de artes excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores (Fonseca, 2009, p. 59).

Refletindo sobre a trajetória do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas na região em que se encontra, é importante destacar que o patrimônio histórico camponês “em suma, vincula-se a um saber e a uma sensibilidade que se enraíza no presente e olham para o passado” (Santa’Anna, 2009, p. 49-50). Foi nessa perspectiva que o MLLC teve seu valor histórico reconhecido pelo Governo do Estado da Paraíba, por meio do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais (CONPEC). Esse processo, que durou mais de cinco anos, culminou com a publicação do Decreto nº 38.899, de 18 de dezembro de 2018, no Diário Oficial do Estado da Paraíba (DOE/PB).

Com o reconhecimento pelo Estado da Paraíba, por meio do tombamento da casa em que viveram as lideranças camponesas João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira, ampliou-se o escopo dos patrimônios histórico-culturais. Esse tombamento não apenas resgata a memória política do campesinato paraibano e brasileiro, mas também reafirma que “o patrimônio cultural não diz respeito apenas à diversidade de objetos ou novos objetos e temas, mas sim que estamos diante de uma dimensão maior, da dimensão humana de fazer sociais, isto é, das práticas cotidianas” (Alencar, 2004, p. 113).

Entre os fazeres e as práticas do cotidiano camponês, entre o acesso e a negação de acesso à terra, entre a reforma agrária e a subserviência aos latifundiários, entre a memória social e a memória política, entre o passado e o presente, a opção é seguir lutando, pois:

Se outrora o campo do patrimônio firmou-se com base num Estado nacional, comprometido com a ideia de que a nação tinha um passado e o que era preciso para salvá-lo do esquecimento, hoje, a área do patrimônio estrutura-se de maneira prospectiva em direção ao futuro. A palavra de ordem é “diversidade”: cultural, mas também natural e biológica. Todavia, mais do que salvá-la ou guardar seus fragmentos, trata-se de criar condições para que ela se promova no porvir. Só que essa promoção das diversidades culturais ou naturais e biológicas não pode correr o risco de ficar aprisionada em retóricas particularistas. O reconhecimento dos chamados conhecimentos tradicionais não pode ser um ensejo à guerra entre cultura ou ao obscurantismo (Fonseca, 2009, p.45).

O caminho para o reconhecimento é um processo que deve ser também institucional e político, no qual o horizonte da instituição busca abranger a evolução do campesinato e de suas lutas. Nesse sentido, a atuação do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), corroborada pelo seu plano museológico, “é constituída por diferentes programas, de caráter interdisciplinar, abarcando as diversas áreas de atuação e funcionamento do patrimônio histórico-cultural, como exposição, ação educativa e cultural, pesquisa, arquitetura, segurança, gestão de acervos, comunicação, entre outros” (Plano Museológico, 2023, p. 7).

Dessa forma, buscamos, por meio do patrimônio erguido em um contexto de opressão e negação, estabelecer causas e objetos de reflexão para a classe camponesa, promovendo um engajamento essencial na luta cotidiana por um projeto de vida no campo. Esse patrimônio se constrói e se reconstrói dentro de sua realidade (Freire, 1970), sem renunciar às suas utopias. Ainda que, eventualmente, o MLLC traga consigo um ponto de vista que transcenda as disputas de interesses específicos (Fonseca, 2009), é fundamental considerar que “é preciso ficar atento, embora nem sempre explicitada no campo do patrimônio, à dimensão de humanidade” e “abranger todas as situações em que é possível reconhecer um valor cultural e preservá-lo” (Santa’Anna, 2009, p. 52).

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores dessa realidade e se esta, na “invasão das práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (Freire, 1970, p.21).

A reflexão de Paulo Freire (1970) é essencial para o desenvolvimento e o fortalecimento das instituições que atuam na preservação do patrimônio, uma vez que são as pessoas que

constroem suas instituições, conferindo sentido e relevância ao patrimônio. Nesse contexto, "a razão de ser da noção do patrimônio, como herança e legado que se transmite às novas gerações: a dimensão da vida" (Fonseca, 2009, p. 48) se torna evidente. A transformação da realidade está intrinsecamente ligada à concepção de liberdade de um povo, sendo sua memória histórica um elemento central nesse processo. Contudo, é importante reconhecer que frequentemente há uma memória em disputa, que insere no cerne das discussões as diferentes representações e significados atribuídos ao patrimônio.

1.3 Memória e Ligas Camponesas

Refletir sobre as memórias das Ligas Camponesas, na região da várzea Paraibana, é enfrentar as contradições históricas entre opressores e oprimidos (Freire, 1970), camponeses e latifundiários. O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC) está inserido em um contexto de negação das lutas e das conquistas políticas de homens e mulheres do campo. Nesse sentido, sua tarefa histórica consiste em resgatar e problematizar a história, permitindo que “a problematização da história ajuda-nos a lançar novos olhares sobre o passado, de forma que a compreensão não somente do passado, mas também do presente seja afetada” (Neto, 2009, p. 1121).

Atualmente, a memória das Ligas Camponesas está em disputa, o que evidencia que “o processo de luta pela memória dos oprimidos não se faz apenas nos setores acadêmicos, justamente por estarem relacionados com diversos setores da sociedade” (Neto, 2009, p. 1102). O grande desafio é fazer com que os impactados pela negação dessas memórias, especialmente os camponeses, compartilhem seus testemunhos com a sociedade, rompendo o silêncio e fortalecendo a narrativa coletiva.

O resgate das memórias camponesas exige uma superação que vai além do reconhecimento passivo, demandando a inserção crítica e a ação concreta daqueles diretamente envolvidos. Como destaca Freire (1970, p. 21): “Por isso também é que o mero reconhecimento de uma realidade que não leve à inserção crítica (ação já) não conduz a nenhuma transformação da realidade objetiva, precisamente porque não é reconhecimento verdadeiro.”

Nesse processo, as testemunhas oculares desempenham um papel central ao reconhecerem a importância de seus relatos para a construção de uma memória coletiva. Neto (2009, p. 4) aponta que essas testemunhas, ao compreenderem que “tais testemunhos, caso guardados em sua intimidade, iriam desaparecer em questão de tempo,” passam a contribuir

ativamente para fortalecer a ideia de que “a memória é utilizada tanto como força motriz quanto como elemento aglutinador e de assimilação” (Neto, 2009, p. 2).

Entretanto, um dos dilemas contemporâneos é o modo como as questões relacionadas à memória são tratadas, especialmente no que diz respeito às feridas abertas pelas disputas históricas. Ricoeur (2003, p. 1) observa que “as questões em jogo que dizem respeito à memória já não são simples matrizes da história, mas reapropriações do passado histórico por uma memória que a história instruiu e muitas vezes feriu.” Essas feridas permanecem evidentes no caso das memórias camponesas, que desafiam a narrativa oficial dos “vencedores” e revelam as violências e violações do passado e do presente.

Compreender o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas como um instrumento para potencializar as memórias camponesas é essencial para colocar em xeque a relação entre memória e história oficial. Tal abordagem também abre espaço para refletir sobre os silenciamentos impostos às memórias camponesas e as disputas pela memória. Neto (2009, p. 4) destaca que “um dos principais fatores causadores deste silêncio, sobretudo por parte das vítimas, foi o receio de que a memória dos oprimidos fosse de encontro com a memória da classe dominante.”

Nesse sentido, Paul Ricoeur (2003) contribui para o debate ao sugerir que o processo da memória pode lançar luz sobre o passado e suas implicações no presente:

[...] o enigma que a memória deixa como herança à história: o passado está, por assim dizer, presente na imagem como signo da sua ausência, mas trata-se de uma ausência que, não estando mais, é tida como tendo estado. Esse “tendo estado” é o que a memória se esforça por reencontrar. Ela reivindica a sua fidelidade a esse “tendo estado” (Ricoeur, 2003, p. 2).

O tempo histórico, desde as Ligas Camponesas, além de ser muito recente, ainda é muito reprimido, sobretudo, quando observamos os recursos que a memória tem nos oferecido para questionar a realidade imposta de cima para baixo. Isso posto, “não temos nada melhor do que a memória para nos assegurar de que alguma coisa se passou realmente antes que declarássemos lembrar-nos dela (Ricoeur, 2003, p. 2-3).

Refletindo sobre o processo da memória, a partir dos pensadores que estamos dialogando, é que me vem um questionamento fundamental nessa dialética, qual o impacto dos trabalhos desenvolvidos pelo MLLC para ativação das memórias da Ligas e das Lutas Camponesas? Buscando um entendimento Freire (1970) considera que:

[...] não haveria ação humana se não houvesse uma realidade objetiva, um modo como “não eu” do homem, capaz de desafia-lo; como também não haveria ação humana se

o homem não fosse um “projeto”, um mais além de si, capaz de captar a sua realidade, de conhecê-la para transformá-la” (Freire, 1970, p. 22).

Essa trajetória em que Freire (1970) nos provoca é primordial para pensarmos, também, as instituições que trabalham com a memória dos povos, uma vez que, podemos observar a diversidade cultural existente e suas identidades.

Assim, é comum que se assuma como um dado que os patrimônios materiais ou imateriais expressam ou representam a “identidade” de grupos e segmentos sociais. Um tipo de arquitetura, assim como uma culinária, uma atividade festiva, uma forma de artesanato ou um tipo de música, pode ser identificado como “patrimônio cultural” na medida em que é reconhecido por um grupo (e eventualmente pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua “identidade”. Defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo. (GONÇALVES, 2015, p. 213).

O diâmetro da luta pelo reconhecimento público do patrimônio histórico-cultural das Ligas e Lutas Camponesas transcende sua própria existência. Como alerta Gonçalves (2015), trata-se de uma questão de identidade, território e de um modo de vida que deu origem aos movimentos sociais do campo e a diversas lutas do campesinato brasileiro.

O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC) realiza visitas guiadas que narram as memórias e histórias dos homens e mulheres do campo que lutaram por justiça social. As visitas são planejadas e conduzidas por camponeses e apresentam um roteiro cronológico, com exposição de artefatos, fotografias, matérias jornalísticas da época e relatos sobre a organização política, as violências sofridas pela estrutura agrária e as lutas sociais ocorridas na região. A partir de pesquisas, estudos e entrevistas, a história das violações sofridas pelas famílias camponesas é compartilhada em diálogo com os visitantes. Além disso, o MLLC desenvolve iniciativas relacionadas à agroecologia e tecnologias sociais.

Foi com base no histórico de luta camponesa que o MLLC, enquanto espaço de memória, percebeu a importância de ir além dos temas de educação, história e direitos sociais, incorporando a agroecologia e as tecnologias sociais como ferramentas para fortalecer a permanência digna no campo. Esses elementos fomentam a multiplicação de experiências entre as famílias camponesas, incentivando a qualidade de vida rural. Assim, nasceu o projeto “Caminhos das Tecnologias”, um laboratório voltado à socialização de práticas com comunidades rurais e áreas de reforma agrária, demonstrando que é possível viver no campo com dignidade e sustentabilidade.

Nesse contexto, o MLLC atua na formação e capacitação de homens, mulheres e jovens que vivem e dependem do campo, com enfoque na construção de uma visão crítica sobre o

mundo e sobre suas histórias. Como destaca Caldart (2004), isso é decisivo para conformar a visão e a postura de uma pessoa ou grupo social diante de sua própria história e do mundo ao seu redor.

Por essa razão, o MLLC trabalha para fortalecer a identidade camponesa, encorajar as famílias a ressignificar suas memórias violentadas e buscar justiça para seus familiares, além de construir estratégias de permanência no campo. Ao mesmo tempo, o Memorial instiga a classe camponesa a lutar politicamente e a se organizar social e institucionalmente, promovendo reflexões sobre as contradições do passado e as alternativas para o futuro.

As memórias ainda existentes são esmiuçadas para expor as contradições do passado recente, como descreve Nora (1993): o percurso da memória, carregado de experiências de vida, nutre a luta e a "vontade de memória". Dessa forma, os camponeses se posicionam como protagonistas da história do Brasil, atuando como atores sociais na luta política do campo.

Com a ampliação de sua atuação, o MLLC adota uma postura que reflete “uma memória que se tornou, ela mesma, objeto de uma história possível” (Nora, 1993). Essa abordagem fomenta um movimento contra-hegemônico, inserido na disputa entre as classes sociais. O MLLC, assim, se configura como um instrumento físico e político moldado na concepção da luta entre essas classes, promovendo a ascensão crítica dos trabalhadores, sejam eles diretamente envolvidos ou não.

Por isso, as atividades do MLLC, conduzidas por camponeses, fazem do espaço uma ferramenta de luta por justiça de transição, verdade e reparação histórica. A gestão feita pelos próprios camponeses é essencial, pois eles assumem o desafio de estudar, socializar memórias com o público e buscar histórias que foram silenciadas.

Nesse processo, o MLLC está organizando um acervo que vai além do físico, com o objetivo de constituir uma memória social que revele à sociedade que “defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo” (Gonçalves, 2015, p. 213).

Costurar esse acervo, para os camponeses, representa a reconquista de um espaço que lhes foi negado. O acervo da memória social camponesa possibilitará a criação de um local para pesquisa e estudo das lutas do campesinato, reunindo materiais produzidos na luta pela reforma agrária no Brasil. Além disso, o espaço será um símbolo de inspiração para fomentar novos trabalhos, preservar estudos e fortalecer a memória das lutas passadas e atuais do campesinato.

O MLLC realiza exposições museológicas na Casa Memória, que são guiadas e coordenadas pelos próprios camponeses. As visitas percorrem a estrutura física da casa e atravessam seus cômodos, apresentando jornais da época, fotografias das lideranças

camponesas e artefatos utilizados por homens e mulheres envolvidos nas lutas. Cada elemento exposto carrega fragmentos das memórias e histórias de famílias que tiveram suas vidas marcadas por violações. As paredes da casa, já impregnadas de memórias históricas, agora abrigam materiais do período de atuação das Ligas Camponesas, contribuindo para a visibilidade das ações daquele tempo e estimulando o senso crítico dos visitantes.

O MLLC restabelece o que Nora (1993, p. 19) define como “uma brecha entre o presente e o passado”, demonstrando como as memórias podem conduzir à conscientização das identidades e revelar traços de continuidade entre passado e presente. Essa relação é capaz de reconduzir e atualizar o que Nora (1993, p. 19) chama de “alucinação artificial do passado”. Esse movimento tem a força de reafirmar questões essenciais que corroboram a construção de uma consciência individual e coletiva ao longo das décadas.

Essa ação só é possível mediante o enfrentamento das memórias confinadas, pois, como afirma Nora (1993, p. 9), “a memória não se acomoda a detalhes que a confortam”. Entretanto, a memória, por si só, não é suficiente. É necessário caminhar em conjunto com a história, buscando conexões com o passado por meio das estruturas físicas, das narrativas e das lembranças reprimidas. Dessa forma, o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas se consolida como um verdadeiro Lugar de Memória.

Na luta política dos camponeses pelo reconhecimento do campo como espaço de vida, reprodução social, cultura, diversidade e organização, homens, mulheres e jovens assumem o protagonismo de sua própria história. Essa luta também incide sobre as políticas educacionais, conforme os interesses das comunidades camponesas. A Educação do Campo, nesse sentido, é compreendida em um sentido amplo, com o objetivo de integrar questões relacionadas ao trabalho, à cultura, ao conhecimento e às lutas sociais dos camponeses, em um embate de classe entre diferentes projetos para o campo (Caldart, 2012).

Segundo essa autora:

Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade por vir, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação (Caldart, 2012, p. 259).

É como ferramenta de luta política que suas/eus protagonistas atualizam e aprimoram áreas relacionadas ao contexto das/os camponesas/es e assim ampliam a Educação no conjunto

das/os trabalhadoras/es (Caldart, 2012), além de fomenta-los como principais personagens da construção pedagógica do campo, da mesma forma que constrói as/os camponesas/es como interlocutores da ação pedagógica da vida no campo. Por isso, as/os camponesas ativos na luta política são “frutos”, mas também “cultivadores” de uma pedagogia reflexiva, organizativa e transformadora, do mesmo modo que associam a educação do campo a “formação” dos integrantes sociais.

A preocupação em compreender mais profundamente como acontece os processos de formação humana e as tentativas de identificar, em cada circunstância histórica, quem são os principais personagens da cena pedagógica, quem são, afinal, os sujeitos educativos, tem sido uma das constantes na história da educação e das teorias pedagógicas.(CALDART, 2004, p. 318).

O MLLC, como espaço concreto de formação humana, construído na pedagogia da luta pela terra, é forjado na indignação contra as injustiças sociais sofridas pelas famílias camponesas. Nesse contexto, os protagonistas educativos estão em constante construção, e sua história já se apresenta como questionadora de uma ordem social excludente. Por isso, torna-se essencial compreender o significado da educação e das pedagogias que nos cercam, orientando ações futuras.

Diante do exposto, e em consonância com as posições de Caldart (2004), relatadas em seu livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, trago à análise uma nova categoria: os lugares de memória camponesa, com destaque para o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC). Este memorial reúne "os elementos materiais, históricos e sociais da formação humana" (Arroyo *et al.*, 1991). O espaço, em si, configura-se como um ambiente de pedagogia da luta e da organização dos camponeses e camponesas.

Sem dúvida, meu interesse em analisar esses conceitos deriva de minha formação enquanto camponês, moldado pela concepção da luta pela terra e na terra, bem como da percepção da carência de análises voltadas ao estudo dos lugares de memória do campo e da identidade camponesa, especialmente quando atrelados à área de Educação do Campo. Tal interesse culminou no esforço de elaboração deste trabalho.

Durante a pesquisa, tornou-se evidente a importância da inter-relação entre os conceitos abordados para provocar reflexões sobre memórias, formação humana e o destaque do lugar de memória do campo como ferramenta essencial para dialogar com o passado das famílias camponesas. Nesse sentido, a atuação do MLLC assume esses conceitos como parte integrante das lutas dos homens e mulheres do campo, especialmente na disputa por narrativas e memórias.

Sua materialidade atua como propulsora da consciência camponesa na luta por direitos, cidadania e políticas públicas afirmativas no campo.

Assim, o MLLC, enquanto estrutura física representativa de um passado recente, que acumula memórias individuais e coletivas, desempenha um papel crucial na provocação das memórias adormecidas dos camponeses e camponesas da região. O estímulo às memórias, concebido como um canal "aberto à dialética das lembranças", evidencia o quanto a bagagem contida nelas tem o potencial de conduzir os camponeses ao passado, reduzindo a distância criada pela narrativa hegemônica dos "vencedores".

Os trabalhos desenvolvidos pelo MLLC traçam um percurso que nos insere nesse passado recente, iluminando a memória histórica de resistência camponesa. Isso é viabilizado por meio de sua atuação que transcende o espaço físico. Nos últimos anos, a instituição tem se afirmado como uma entidade camponesa, carregada de simbolismo dentro do campesinato. Essa postura tem provocado debates significativos na sociedade, perceptíveis na forma como o MLLC conduz suas atividades cotidianas.

Todo o trabalho realizado é fruto de um planejamento estruturado em curto, médio e longo prazo. Por exemplo, o MLLC definiu sua missão, visão, eixos estratégicos e valores baseados na identidade camponesa e em suas memórias históricas. Paralelamente, cultiva uma pedagogia vinculada à experiência histórica das organizações camponesas. Quando essa pedagogia se conecta à prática memorialística, preocupada com a realidade em que está inserida, observamos a consolidação de um conceito fundamental para a atuação da instituição: a Pedagogia das Memórias Camponesas.

Essa movimentação é visível nos trabalhos mais recentes do MLLC, especialmente na tentativa de diminuir o distanciamento entre a memória histórica camponesa e a história oficial da região, na relação entre comunidades e assentamentos e o MLLC, e no envolvimento deste com as pautas de permanência no campo. A partir das visitas guiadas, emergem questionamentos sobre o silenciamento histórico da região, particularmente no que se refere ao Movimento das Ligas Camponesas e seus algozes.

Ademais, as Celebrações dos Mártires da Luta pela Terra, realizadas em 2 de abril (data do assassinato de João Pedro Teixeira), mobilizam diversos setores da sociedade, incluindo movimentos sociais urbanos e rurais. Essa data foi reconhecida como o Dia da Memória Camponesa no Estado da Paraíba. Além disso, a Semana das Ligas Camponesas, uma atividade educativa, alcança sua quinta edição neste ano.

Todas essas ações estão intrinsecamente ligadas à Educação Popular, à Educação do Campo, à Museologia Social, aos Direitos Humanos, à Agroecologia e a outras áreas do

conhecimento, criando um movimento que sustenta a Pedagogia da Memória Camponesa. Essas iniciativas serão aprofundadas no capítulo que analisa a construção do MLLC.

CAPÍTULO 2

2.1 Território em disputa e o berço das Ligas Camponesas na Paraíba

“ A Liga nasce, como uma flor, por cima dessa podridão” (Francisco Julião, 1962, p. 33).

Neste capítulo pretendemos dialogar sobre o território camponês em Sapé/PB, uma vez que iremos analisar territorialmente o lugar onde ocorreu os primeiros passos das Ligas Camponesas da Paraíba, datados de 1954, no território de comunidades e povos tradicionais, composto pelas Comunidades de Beira Rio, Chã de Barra, Barra de Antas e Sítio Bonito todas as margens do rio Gurinhém, zona rural do município de Sapé/PB. Uma vez que, “Os sistemas de projeção de um lugar ou de um conjunto de lugares não foram, talvez, suficientemente analisados sob o ângulo do poder, isto é, na perspectiva de uma comunicação social que assegure a ligação entre os objetivos intencionais e as realizações” (Raffestin, 1993, p. 145), no território camponês. Na medida que o território camponês revela suas raízes, simultaneamente expõe seu poder sobre o território. Deste modo, Souza (2000) reflete que:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta – mas cada espaço seria, enquanto território, território durante o tempo todo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade *sócio-espacial*, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas território e, por tabela, como poder controlador desse território (Souza, 2000, p.84).

É importante refletir sobre o que Sousa (2000) destacou em relação ao poder controlador do território, tendo em vista que dessa forma podemos entender o poder que o território impõe sobre o espaço. Isso ocorre porque os protagonistas (camponeses e camponesas) conduziram ações que revelaram as organizações do campesinato no município de Sapé/PB, por meio da Liga Camponesa. Assim, ao compreender e apropriar-se das raízes de suas identidades, geram, naturalmente, uma reação no entorno do controle sobre o território camponês. Essas relações se expressaram e ainda se expressam no campo das disputas sociais e políticas na região, ou seja, no espaço das territorialidades.

Outro ponto importante é o impacto direto que a ideia de território possui no contexto das comunidades envolvidas neste estudo, pois “a construção da realidade é um instrumento de poder” (Raffestin, 1993, p. 145). Essa construção tomou diversas formas e provocou

silenciamentos e/ou resistências nos aspectos das lutas contra as violações coloniais. Conjunturalmente, essas reações motivaram as mobilizações para a criação das Ligas Camponesas, mas a história oficial as conduziu ao esquecimento e ao silenciamento no território. Isso se deve ao fato de que “[...] nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo [...] de sua ação” (Raffestin, 1993, p. 150).

Os poucos pesquisadores e as informações disponíveis tendem a não considerar o fator histórico que esses povos e comunidades carregam em seus territórios. Por isso, as observações de Sousa (2000) nos ajudam a analisar de forma mais precisa e a conduzir, em uma escala mais eficaz, a configuração do território, que está em constante formação.

[...] território existem e são construídos (e desconstruídos) dentro de escala temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território a sua forma mais grandiloquente e carregada de cargas ideológica: o “território nacional” (Souza, 2000, p.81).

Compreendendo que o potencial do conceito de território pode ser acionado para construir ou desconstruir, além que, quando o pesquisador se coloca diante de um território que já tem uma produção histórica elaborada e realizada (Raffestin, 1993), como no caso do território camponês e que suas potencialidades histórica podem ser conformadas ao patrimônio e suas memórias, estimulando fatores sociais, políticos, centrados na Luta Pela Terra e por Reforma Agrária. É nesse sentido que buscamos considerar a possibilidade da formação de um território camponês, mesmo com poucos trabalhos dessa região sobre o tema da historiografia camponesa e seus territórios, sobretudo, no que tange as Ligas Camponesas e a formação de suas territorialidades.

Na Paraíba, parece não haver dúvidas de que a Liga Camponesa começou através da ação de João Pedro Teixeira, em torno de 1954. A figura deste líder tem representado na luta contra a opressão, um exemplo, uma lição. Efetivamente a contextualização histórico-social, assim como os dados biográficos disponíveis nos mostram que não apenas condições objetivas mas também subjetivas contribuíram a criação da Liga Camponesa. Nas contínuas buscas que João Pedro se lançou para sobreviver, encontrou também “lições de unidade operária”, as quais, insistentemente, procurou traduzir na prática, marcando com isto os passos da Liga de Sapé (AUED, 1981, 24).

Contudo, é importante avaliar os passos dados no contexto das décadas de 1940 à 1960, na Paraíba, uma vez que vivíamos uma sociedade sobre aspirações coloniais, condições que colocava qualquer ações dos homens e mulheres do campo e do movimento das Ligas

Camponesas, na linha de frente do embate contra hegemônico daquele momento histórico, sendo este, também, um dos motivos para criação de uma instituição e como parte das estratégias de fortalecimento do movimento camponês “Após muitas e muitas reuniões, esses camponeses aprovaram a ideia da criação de uma Associação. Essa Associação foi fundada no terreiro da nossa casa. Infelizmente, foi rapidamente desmanchada, pela mão do latifúndio” (Rocha, 2016, p. 74 – testemunho de Elizabeth Teixeira), fato que demonstrou o quanto “sua criação, ocorrida no quintal da casa de João Pedro, era frágil e suscetível demais aos desmandos do proprietário da terra, assim como da polícia” (AUED, 1981, 24) - *e a uma sociedade refém do latifúndio*.

Não foi fácil para o camponês quebrar as correntes e liberta-se de toda a dominação que lhe foi imposta há muitos anos, quase desde que o Brasil foi descoberto. No entanto. Nem todos os camponeses aceitavam essas correntes, alguns poucos, pouquíssimos, não se curvaram ao cabresto. (Elizabeth Teixeira *apud* Rocha, 2016, p. 74).

Elizabeth Teixeira testemunha que os camponeses comprometidos “havia decidido acordar seus companheiros para a luta. Queriam acabar com a escravidão” (Rocha, 2016, p. 74 – testemunho de Elizabeth Teixeira) e em fevereiro de 1958, no Grupo Escolar Estadual Gentil Lins, no município de Sapé, foi fundada a Associação que já contava com mais de 1.500 associados (Rocha, 2016 - testemunho de Elizabeth Teixeira) e registrada em Cartório, no dia 10 de janeiro de 1959, com Sede na cidade de Sapé a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, segundo a única carteirinha de associado encontrada. Sabemos que até chegar a sua criação, existe toda uma conjuntura sobre a realidade do campesinato na época. Ainda assim, a historiografia tem buscado formular um debate em torno da fundação e sobre as causas e consequências do surgimento da Liga Camponesas de Sapé nos contextos de 1954 – 1964.

Na Paraíba, preponderava a dominação do bloco agroindustrial e o movimento pela organização do campesinato aconteceria, inicialmente, a reboque, das idéias de Pernambuco. Observadores apressados teimavam em reduzir o nascimento das Ligas Camponesas à necessidade de transferência da legislação trabalhista aos homens do campo. Na verdade, as aspirações das Ligas paraibanas eram mais elementares. Como não havia nem sindicato, nem Junta de Conciliação nas áreas de conflito, a luta pelos direitos humanos assumiria dimensão prioritária (Benevides, 1985, p.94).

A partir da observação de Benevides (1985), é possível compreender que o campesinato sapeense aprisionado ao latifúndio na década de 1950 e 1960, carregava resquícios de violações que beiravam a escravidão, pois, o contexto e as condições de vida das famílias camponesas sem-terra e “dependentes” dos latifundiários da época era de servidão e exploração,

por exemplo: cambão, barracão, foro, morador de condição; formam um conjunto de métodos que gerava uma extração da força de trabalho das famílias camponesas, como nos traz Francisco Julião (2004):

Cambão, finalmente, é o dia de trabalho que o dono da terra exige do camponês, cada semana, pelo sítio que ocupa, um miserável sítio de um ou dois hectares, quando muito, se é condiceiro, assalariado agrícola, trabalhador braçal, jornaleiro ou eiteiro. Mas se trata de foreiro, arrendatário ou parceiro, é o que cada um desses entrega ao latifúndio, sem remuneração, durante certa época do ano, além da renda paga em dinheiro ou em produto (Julião, 2009, p. 16).

Buscando refletir sobre o território camponês, causas e consequências da formação da Liga Camponesa em Sapé, observamos que o latifúndio é uma estrutura forjada na violência e conforme os camponeses em seus territórios se atrevem em buscar meios de organização e se reconhecer como sujeitos que assumem livremente a direção de suas lutas, ocorre que se intensificam as violações.

É nessa fase que surgem os primeiros mártires da luta pela reforma agrária. Crimes são praticados, diariamente, pelos latifundiários, cuja a polícia privada age sob vistas complacentes e com a própria conivência da polícia do governo. A ordem, a lei, a paz, são invocadas, como se o latifúndio não fosse a subversão da ordem, como se o capanga não fosse a negação da lei, como se o silêncio imposto pelo terror fosse a paz. (Julião, 1961, p. 32).

A dimensão da imposição do silêncio atravessou e atravessa mais de meio de século e as comunidades que compõem o território camponês, berço das Ligas Camponesas da Paraíba, até este tempo, continua a ser silenciada, não mais pela violência direta, mas pelo não acesso do território a políticas públicas de mitigação das desigualdades, meios que deveriam lhes ser de comum ou que lhes define conceitualmente e socialmente, mas devido ao empobrecimento vigente, reforço a proximidade com o que nos traz Milton Santos e Maria Laura Silveira:

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do no espaço geográfico (M.Santos, 1987; M. L. Silveira, 1997 *apud* Santos, Silveira, 2006, p. 21).

Com algumas ressalvas, em razão que, o fator histórico do não acesso à terra configura a maioria do território, sendo de suma importância observar o espaço através dos problemas enfrentados na realidade da estrutura comunitária e o dinamismo que configurar o alcance da

cidadania, motivo pelo qual podemos aferir a que nível de empobrecimento chegou o território. Diante da história de resistência que a própria historiografia tende a cometer alguns equívocos quando analisamos as Ligas Camponesas em Sapé, em especial antes, durante e depois do movimento, em pouco observar a realidade do local onde germinou a Liga e germina a luta pela sobrevivência na terra, consta que:

No decorrer dos anos sessenta, constavam-se mudanças profundas nas relações de produção no interior do sistema latifundiário paraibano culminando com expropriação definitiva do camponês e sua consequente expulsão da terra. Esse processo adquiriu feições próprias na resistência esboçada pelo campesinato através da criação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais (Benevides, 1985, p. 72).

Essa resistência tem seu corpo jurídico formalizado a partir do Decreto nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, que dispõe sobre a sindicalização rural, e da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que trata do repouso semanal remunerado e do pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos. Essas garantias foram, e continuam sendo, elementos propulsores na formação de espaços de debates sobre a realidade do campo, como exemplificado pelo Congresso Camponês em 1950 e 1951. Isso resultou na Primeira Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, em 1953, e na Segunda Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, bem como na constituição da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Essas iniciativas legitimaram a fundação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (Ligas Camponesas de Galileia), em Vitória de Santo Antão, no Engenho Galileia, em 1955, e da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé (Ligas Camponesas de Sapé). Ambas foram formalizadas como Pessoas Jurídicas e tinham finalidades beneficentes, visando apoiar as famílias camponesas que o Estado não garantia com serviços e recursos básicos. “Tais reivindicações fazem parte de um movimento de libertação com vistas a substituir sistemas e práticas de opressão e exploração por estruturas e relações baseadas na justiça e no respeito aos direitos humanos para todos” (Mbaya, 1997, p. 18).

Percebemos que a dinâmica social dos camponeses está centrada na libertação das amarras históricas e políticas das violências coloniais, com o objetivo de garantir que as transformações no campo sejam baseadas no acesso à terra e na garantia de direitos. Isso já está instituído em vias reguladoras, mas frequentemente é negado pela estrutura socioeconômica e pelas forças políticas que moldam a realidade social do campo. Até hoje, as estratégias da burguesia agrária visam colocar em dúvida a própria realidade, suas garantias e suas memórias

históricas, o que resulta numa disputa narrativa no contexto do campesinato, como afirma Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos de manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

O campo da memória tem muita fragilidade, porém, muito potencial quando carregado de consciência na luta social por defesa, garantias, território ou elaboração dos direitos sociais. Dentro desse conteúdo é incessável a intervenção dos Direitos Humanos na formação do território camponês imbuídos da práxis social camponesa, o que remete a outra dinâmica ou até, uma ação com mais intensidade participativa para dar conta do poder da cidadania dentro da formação do território no campesinato, quando colocados em relação à força de sua resistência histórica.

Há, entretanto, uma relação lateral que lembra um esforço de solidariedade, cooperação. Essas duas relações reencontram-se no direito internacional dos direitos humanos e pode-se dizer sumariamente que a relação vertical marca o lugar dos direitos civis e políticos, os quais dizem respeito às relações entre o cidadão e o poder (Mbaya, 1997. p 28).

De acordo com Mbaya todo o movimento é um esforço que envolve a solidariedade e a cooperação, tendo que encontrar forças externas ao *localismo* e ao direcionamento jurídico, pois sozinha não é o suficiente, diante do tamanho da luta histórica em relação a conquista do lugar de direitos que o contexto apresenta, no caso das Ligas Camponesas paraibanas, Benevindes (1985) relata que:

A origem dessas organizações só pode ser entendida como o rompimento da luta camponesa com o localismo paroquial e seu conseqüente questionamento da estrutura de dominação, no caso da Paraíba simbolizada pelo atrelamento do aparelho governamental ao Grupo da Várzea. Trata-se de meditar em que condições históricas se desenvolveu o projeto do campesinato pelo controle da terra. Essas reflexões levam à procura das condições concretas em que se travou a luta de classes no interior de uma sociedade regionalmente desigual engendrando conflitos diferenciados (Benevindes, 1985 p. 91).

A partir dessa dinâmica que levou ao questionamento do poder é que o território como lugar de direitos no campesinato é colocado no centro das reflexões e potencializado numa perspectiva de debates e enfrentamento na sociedade em espaços públicos e políticos sobre as diversas formas de violências e abandono do Estado na questão do território no campesinato paraibano. Neste sentido ficou *evidente que o desenvolvimento permite o exercício mais*

completo dos direitos humanos e que quanto mais a miséria reinar, muitos deles continuarão na ilusão.

Desta forma, o desenvolvimento deve ser por completo. Este ângulo da luta por garantias de reprodução da vida no território do campesinato perpassa condições e acesso a itens que são vitais no centro das comunidades camponesas, é a realidade enquanto grupo social que os seres humanos ativamente absorvem culturas individuais e coletivas, por isso Mbaya acerta em afirmar que:

Na realidade, o direito ao desenvolvimento e os direitos humanos, como algo individual, não são contraditórios. É preciso distinguir entre o direito ao desenvolvimento como direito dos povos e o mesmo direito como pertencente ao homem. Ambos devem ser igualmente afirmados (Mbaya 1997, p.29).

Por outro lado, as forças hegemônicas da burguesia agrária atuam de forma a separar o entendimento do desenvolvimento como um direito humano e utilizam seu capital político, social e econômico para subverter a lógica da cooperação entre os povos, alinhando-os a uma divisão social que é produto da colonização e que, ainda hoje, “permanece imaculada a hegemonia colonizadora, uma vez que, se na teoria fora criado um laço entre brancos e negros, a prática reservou-lhes a exclusão social” (Felix, 2020, p. 51).

Além de tornar esse campo uma estratégia com impacto histórico na memória dos povos e comunidades, afeta diretamente as iniciativas sociais, como apresenta Félix: “[...] a subalternização de grupos atende de forma sistemática e estratégica aos interesses imperialistas e a divisão étnico-racial assume o papel de instrumento para a depreciação da história e memória dos povos que deram origem à nação” (Felix, 2020, p. 51).

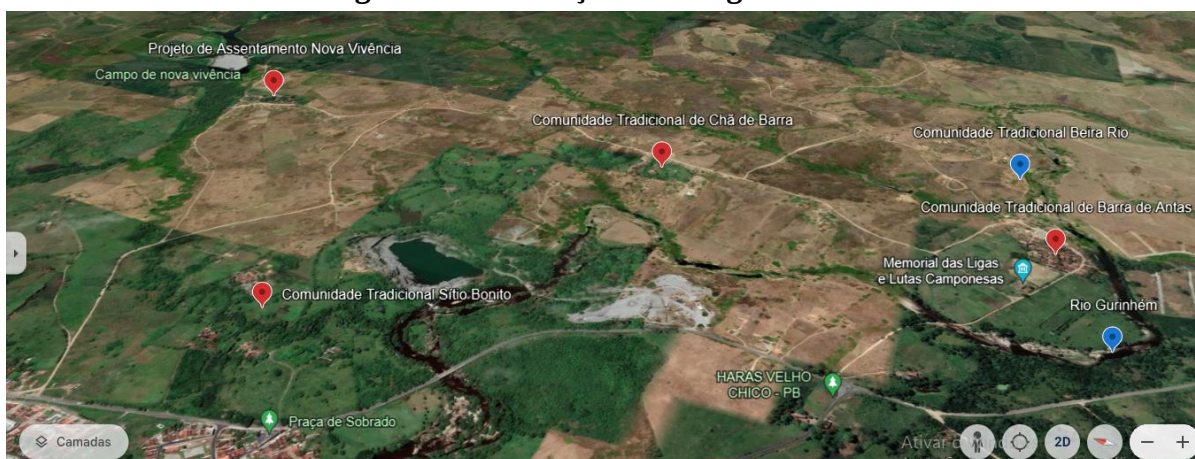
A depreciação de uma memória histórica ocasiona, nas estruturas da sociedade, o apagamento das valorosas ações populares referentes à construção da identidade nacional, principalmente da identidade camponesa. É nesse espaço da inserção da identidade camponesa na história nacional que buscamos a reparação histórica e a garantia do território camponês, direitos sociais negados e até mesmo narrados por outras óticas.

Em contraponto, temos a tentativa do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas no território camponês, que busca incorporar as históricas lutas do campesinato à narrativa da história nacional.

2.2 O Memorial como Patrimônio Cultural e sítio de memória e consciência

A sede do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, instalada na casa onde viveu a família de João Pedro e Elizabeth Teixeira até a ditadura civil-militar 1964, localiza-se na comunidade tradicional de Barra Antas, berço da Liga Camponesa em Sapé/PB, na região da Várzea paraibana, a aproximadamente 60 km da capital do Estado. Mas o memorial não se limita ao espaço da casa e conta, em seu território, com uma área de 7 hectares, que foi desapropriada e tombada pelo governo do Estado da Paraíba como patrimônio cultural do Estado, conforme Decreto nº 38.899, de 19 de dezembro de 2018, após ações e movimentações dos camponeses e camponesas associados a grupos sociais locais envolvidos na criação do memorial e no desejo de preservar a memória do movimento das Ligas Camponesas na região.

Imagem 01: localização no Google do MLLC



Fonte: reprodução internet, 2024.

Na imagem 01, podemos ver a dimensão do território camponês onde o MLLC está localizado, cortado pelo rio Gurinhém, pela rodovia PB-073 João Pedro Teixeira, composta por diversas comunidades e povos tradicionais e assentamentos da reforma agrária que conformam o território que fica na divisa entre o município de Sapé e Sobrado, ambos na Paraíba. É importante frisar que este território é composto, em sua maioria por famílias sem terra ou pequenos posseiros.

No Parecer que analisou a solicitação de tombamento de Carlos Alberto Azevedo, o antropólogo e conselheiro responsável pela avaliação, faz uma observação para a relevância do “lugar de memória política de um povo que lutou pelo pedaço de terra que tinha direito”. E, apesar de reconhecer que a “modesta casinha rural” de João Pedro Teixeira detinha “pouco

valor arquitetônico”, questiona, o porquê de as minorias, historicamente, terem sido desprezados nos processos de patrimonialização da memória estadual ou nacional:

O povo, Senhores Conselheiros, não pode ter também direito de registrar (tombar) seus feitos heroicos, suas lutas contra a burguesia agroindustrial do Vale da Paraíba? ... Uma pergunta incômoda para alguns: por que não se tomba a nível estadual e federal o patrimônio das minorias: ciganos, quilombolas, camponeses notórios, operários revolucionários, que lutaram por um Brasil melhor? Quanto ao nosso patrimônio, com bela arquitetura já faz parte dos fatos urbanos das cidades – falta ser representada a memória coletiva (expressão de Aldo Rossi). Mas os tempos mudaram: é tempo de inclusão em todos os sentidos – inclusão cultural, social, histórica-, queremos um Brasil diversificado como ele o é. Queremos um Brasil híbrido, aberto para o mundo – sem preconceitos (Carlos Alberto Azevedo – Parecer de 18/03/2013, no Processo Iphaep/PB nº 0435/2010).

A contestação proposta pela pergunta do Conselheiro do Iphaep relaciona-se às matrizes de poder do latifúndio na Paraíba, de gênese colonialista, que invisibilizam os processos de patrimonialização das minorias no Brasil. A elite agrária sempre inibiu ou jamais reconheceu as referências culturais das minorias sociais ou grupos subalternizados na formação de uma identidade nacional. Ao privilegiar grupos sociais hegemônicos, que detêm o poder político e econômico, a constituição de uma memória nacional enviesada contribui para a manutenção das desigualdades sociais.

Lilia Schwarcz (2019), em suas reflexões, enfatiza que a formação do Brasil está entrelaçada com a linguagem da escravidão, pilar fundamental da desigualdade estrutural em nosso país. Darcy Ribeiro (2002, p. 212) acrescenta que “a estratificação social gerada historicamente tem também como característica a racionalidade resultante de sua montagem como negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida”. Os marcadores das desigualdades sociais brasileiras cooptam o projeto de cidadania e fazem parte do cenário da invenção da história do Brasil e da memória nacional.

O fato é que a memória histórica de João Pedro Teixeira e das Ligas Camponesas se materializou no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, reconhecido como patrimônio cultural do Estado da Paraíba. O MLLC possui poucos materiais, o que está relacionado às perseguições e tentativas de apagamento das memórias aos quais os camponeses e camponesas foram submetidos na luta por cidadania, acesso à terra e pela rejeição à subordinação ao latifúndio. São tentativas violentas de silenciamento que não apagam as feridas sofridas. Pelo contrário, aqueles que se apropriam das narrativas consagradas pela história oficial se beneficiam dos silenciamentos impostos.

Dessa forma, os fatos na memória das famílias camponesas incluem casas saqueadas, destruídas, incendiadas e familiares violentados. Durante a ditadura civil-militar de 1964, a busca por camponeses associados às Ligas intensificou-se, e as condições de repressão faziam com que muitos camponeses, por medo, se desfizessem de objetos e documentos para não serem descobertos pela repressão. Isso destaca a dificuldade, até hoje, de encontrar materiais e objetos referentes às Ligas Camponesas.

A polícia mandava o proprietário passar o trator sobre casas de moradores famintos, injustiçados, sem indícios de qualquer criminalidade. Os grupos de proprietários de terra, de todo modo, perseguiram os camponeses e, na maioria dos casos, era pra matá-los. (José Hemínio Dionísio, em VAN HAM, 2006, p. 31)

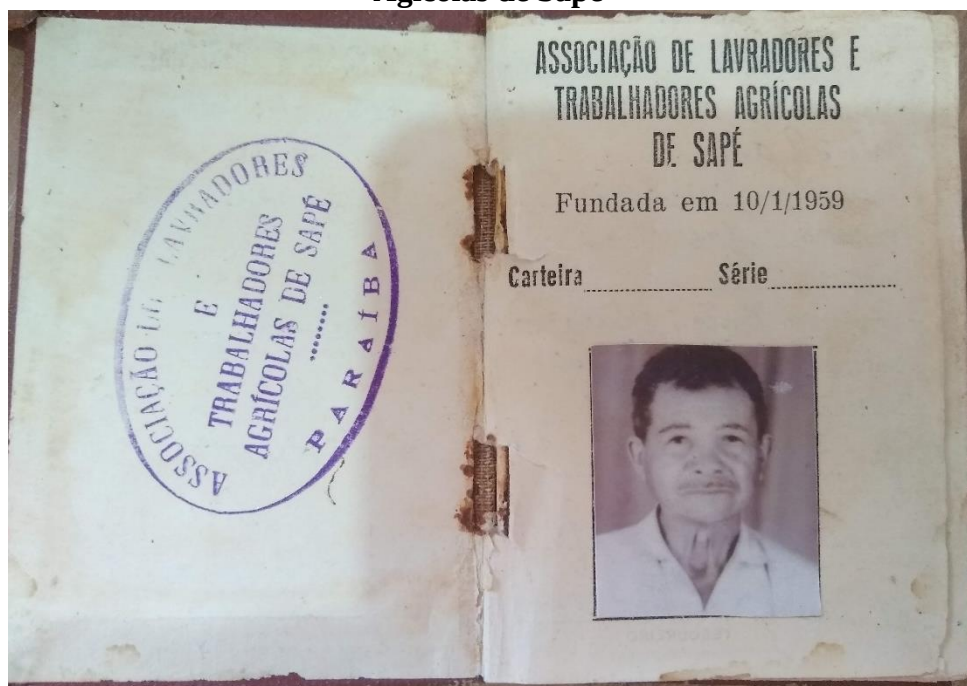
Até hoje, eu não soube onde foi ficando nada, roupa dele, roupeiro de João Pedro, eu não tive direito a nada da minha casa com o Golpe Militar, só os filhos que estavam uns na casa de papai, outros lá, somente, mas nunca chegou uma pessoa pra dizer: “Olha, Elizabeth, aquela mesa grande onde João Pedro reunia, aquela documentação dos sem terra, das Ligas Camponesas, aquele retrato de João Pedro..., nada. Nem retrato meu, nada. Até hoje, ninguém me deu, eu não tive direito a nada da minha casa, não... Os meninos não sabe de nada do que tinha dentro de casa” (Elizabeth Teixeira, em VAN HAM, 2006, p. 35).

Em termos de objetos históricos que nos remetem as Ligas Camponesas o Memorial se encontra com alguns itens musealizados, em especial uma carteirinha de filiado e um microfone da época, como relata Padre Herminio:

[...] neste pequeno Memorial João Pedro Teixeira lá que a gente conseguiu, fazer a reforma, começamos a juntar um pouco de material, tu te lembra Alan? Foi o que a primeira coisa? Compraram uma estante de vidro... (Alan Florêncio confirma as observações) [...] Parece que tem ainda lá, aquela estante de vidro para colocar alguns livros, publicações, o que mais? O microfone, a carteirinha, única que a gente encontrou da Liga Camponesa é... se juntou um pouco de material e depois alguns quadros, banner, alguns...fotos...(Entrevista com Padre Herminio, 2020).

A dificuldade em conseguir objetos que dimensionem o que representem a memória das Ligas Camponesas em Sapé, reforça ainda mais necessidade e a importância da casa em si como um patrimônio histórico cultural do campesinato, em especial, as memórias das lutas camponesas no país. Ou seja, a própria casa constitui-se como um acervo do campesinato e como um lugar de memória do campesinato que precisa ser conservado, preservado e vivenciado, pois representa a força da memória camponesa, dos homens e mulheres que não se submeter a um sistema capitalista de exploração que perpetua as injustiças sociais e nela se reproduz.

Imagem 02: Carteira de associado da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé



Fonte: Acervo do MLLC; Autor – Weverton Rodrigues, 2024.

Na imagem 02, vemos a fotografia de um documento histórico, possivelmente um dos poucos registros que datam a criação da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé/PB. O Memorial iniciou, em 2015, a construção do Centro de Formação, Educação Popular e Agroecologia Elizabeth Teixeira, concluído em 2017.

O Centro de Formação é o local onde são realizadas atividades voltadas para a formação em Agroecologia, Educação Popular e em áreas do conhecimento demandadas pelo território. Além disso, é onde se encontra um acervo, uma biblioteca e parte da estrutura destinada à salvaguarda dos equipamentos de memória.

No ano de 2018, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Sapé, o Centro abrigou uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para moradores e moradoras da comunidade tradicional de Barra de Antas. Em 2019, essa perspectiva continuou, resultando na alfabetização de mais de 50 pessoas. É também no Centro de Formação que são realizadas formações voltadas para públicos diversos, por meio da educação do e no campo, educação popular e história e memória.

Em 2018 e 2019, o Centro ofereceu cursos nas áreas da agroecologia, economia solidária, produção orgânica e tecnologias sociais de baixo custo. Além disso, serviu como espaço para atividades culturais relacionadas ao campesinato, como a celebração dos/as mártires da terra que atuaram nas ligas camponesas.

Imagem 03: Sede do Memorial (dir) ao lado do prédio do Centro de Formação, Educação Popular e Agroecologia Elizabeth Teixeira (esq).



Fonte: Acervo do MLLC (2022), Autor: Weverton Rodrigues.

O Memorial comporta espaços de uso coletivo destinados que buscam atender às demandas e necessidades dos moradores/as de Barra de Antas e comunidades circunvizinhas. Um deles é um campo de futebol, construído com a finalidade de oferecer um espaço de lazer. Janicleide Alves (2014) destaca que, com essa ação, o Memorial se empenha na promoção dos direitos sociais e culturais da comunidade, incluindo o direito ao lazer.

O direito de acesso à terra aos camponeses e camponesas de Barra de Antas, é uma ação de extrema importância desenvolvida pelo Memorial é o uso de parte do terreno para o roçado coletivo, destinado a famílias camponesas que fizeram parte da ocupação da fazenda Antas e que historicamente foram negadas o acesso a terra e agora passas a usufruir ter um pedaço de terra para trabalhar.

Hoje são mais de 20 famílias que plantam no roçado coletivo do Memorial, cada família com seu espaço delimitado e organizado coletivamente com a participação da equipe da instituição. Gilmar e Ozenildo, responsáveis pela zeladoria do Memorial e da organização do roçado coletivo, explicam como funciona e o que lá se planta. É importante observar nas falas as estratégias que orienta o universo cultural dos povos do campo da região:

É um roçado coletivo. Tem 18 pessoas trabalhando no coletivo, então cada um tem sua parte de roçado pra trabalhar, cada um faz seu roçado... É dividido 10 braça pra cada, se torna um pedaço bom. Digamos, se torna uma conta pra cada um, de uma a duas contas. [E explica o que é uma conta] Uma conta pela medida é 12x12, 12 braça enquadra, se torna uma conta... Uma braça, vc corta um pedaço de pau da sua altura, no conhecimento da gente isso torna uma braça. É uma conta que a gente, na usina mesmo a gente já trabalhou. Hoje não é conta mais, hoje é tarefa, é uma quadra. Então o apontador vai, mede aquela quadra e você trabalha ali o dia todo, naquela frente ali...

Tenho um roçado ali também... No meu roçadinho eu sempre gostei e gosto de fazer minhas plantas, de maniva de macaxeira, de pé de fruta... pé de pinha, graviola, pé de manga, laranja, limão, jaca, manga, acerola, bananeira, de tudo tenho plantado um pouco. (Gilmar Estevão da Silva, entrevista concedida em 28/02/2023).

Eles colhem milho, batata, semente de inhame, macaxeira. Logo no início da chuva teve um que aproveitou pra plantar semente de feijão macassa, tá colhendo. Tá sobrevivendo daí, porque trabalho tá fraco. Ele tá vendendo o feijãozinho verde no comércio. Ele tá vendendo de boiada, que já é outro preço (Ozenildo Ramos da Silva, relatos da reunião no MLLC em 17/04/2023).

O MLLC é um sítio de memória e consciência, pois engloba a musealização da memórias das Ligas e das Lutas Camponesas, promovendo o território onde está localizado, reforçando a valorização sócio-histórica, ações de preservação e educação atreladas aos direitos humanos e à justiça de reparação. O MLLC, inclusive, conseguiu aderir-se oficialmente, em 2019, à Rede Latino- americana e do Caribe de Sítios de Memória – Reslac, que, por sua vez, integra a Coalização Internacional de Sítios de Consciência. O Memorial passou a ser o único sítio de memória e consciência do Nordeste brasileiro e ligado à memória e às lutas dos povos camponeses a fazer parte dessa rede e integrar a Coalizão.

Atualmente, uma importante conquista é o reconhecimento da instituição como Ponto de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, conforme certificação datada de 22 de maio de 2023. O Programa Pontos de Memória, é uma política pública constitutiva do Ibram que visa reconhecer e apoiar práticas e processos museais de grupos sociais historicamente invisibilizado e de extrema importância para a formação da memória nacional.

2.3 A resistência da memória histórica camponesa no território

Estabelecer “*uma brecha entre o presente e o passado*” é uma tarefa em potencial para os lugares de memórias e sítio de consciência e que as “*aproximações históricas e científicas da memória*” (Nora, 1993) obtém forças e simetrias para formação da consciência, esse campo de atuação requer:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memórias (Nora, 1993, p. 7).

Assim, podemos compreender o tamanho do desafio que é a tentativa de buscar a reparação histórica por meio da memória e da história, investindo na problematização de um território a partir de sua identidade camponesa e inserindo-o na identidade nacional. As lutas advindas das minorias sociais nos campos territorial, social e político, no caso do Brasil, ainda apresentam dificuldades que se tornam quase intransponíveis. Por isso, focaremos em uma luta potencial que valoriza o movimento agrário proporcionado pelas Ligas Camponesas na Paraíba, sua luta contínua e o acesso a algumas ferramentas de reparação ou tentativas de reparação coletiva para os camponeses.

A ONG Memorial das Ligas e Lutas Camponesas está localizada na comunidade tradicional e ribeirinha de Barra de Antas, em um território camponês composto por comunidades, assentamentos da Reforma Agrária e um conflito pela terra que já dura mais de 25 anos na fazenda Antas, às margens do rio Gurinhém, em Sapé, na Paraíba.

O acampamento na fazenda Antas começou em 1997 e surgiu como forma de reparar simbolicamente a luta das famílias posseiras que não tiveram acesso à terra como outras famílias na década de 1960, buscando mitigar as desigualdades sociais ainda muito presentes nesse território. A comunidade tradicional de Barra de Antas é o berço das Ligas Camponesas paraibanas, surgidas em 1958, mas suas lideranças foram rapidamente perseguidas, violentadas e assassinadas, como ocorreu com Alfredo Nascimento em março de 1962 e João Pedro Teixeira em abril do mesmo ano.

Essa comunidade, devido ao seu potencial histórico, tem sido alvo de empobrecimento como parte das políticas de invisibilidade e apagamento histórico em relação à sua contribuição para a história do Brasil. Diante dessa realidade, a comunidade enfrenta diversas formas de violência social e tem seus direitos reprimidos. No entanto, é o direito humano ao desenvolvimento que dá propósito aos direitos do povo. Nessa lógica, o não desenvolvimento representa uma estratégia para amordaçar essa comunidade.

Se “a utilidade da afirmação do direito do indivíduo ao desenvolvimento está em que este não seja conduzido de modo a desprezar o ser humano e, em vista disso, vemos surgir uma relação dialética entre a comunidade e o indivíduo” (Mbaya, 1997), é no campo dessa dialética que a comunidade tradicional de Barra de Antas, o Memorial e o Território Camponês têm construído suas ações de resistência, tanto na política, quanto na cultura, no patrimônio e nos direitos sociais.

Nesse contexto, em 2017, por meio de uma mobilização conjunta entre a Comissão Pastoral da Terra, a ONG, a comunidade e o território, foi possível levar ao Ministério Público Federal uma audiência pública para discutir a realidade camponesa dessa região. Na ocasião,

foram mobilizados secretários municipais de Sapé e secretários estaduais da Paraíba. Foi proposto e elaborado um estudo antropológico sobre o território, que identificou os aspectos do perfil da comunidade ribeirinha e resultou na emissão de um parecer que reconheceu a comunidade como uma comunidade tradicional ribeirinha.

O caráter tradicional da comunidade da Barra das Antas, a partir de todas as considerações históricas, socioculturais e conceituais acima, se evidencia pelos usos, costumes e conhecimentos específicos estabelecidos na relação com o território, mas fundamentalmente pela peculiar organização coletiva e mobilizatória construída ao longo de sua história particular de lutas no campo, todas, construtivas de sua identidade (PARECER TÉCNICO nº 04/2017 – SEAP/CRP5/ISF).

Em 2018, o Estado da Paraíba atendeu a uma solicitação feita pela sociedade civil em 2013 e baixou o Decreto de Tombamento da casa onde viveram João Pedro, Elizabeth Teixeira e seus 11 filhos, quando eram líderes das Ligas Camponesas de Sapé/PB. Em ato do Poder Executivo, por meio do Decreto nº 38.899, de 19 de dezembro, no Artigo 1º, “Fica homologada a Deliberação N.º 0001/2013, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos e Culturais – CONPEC, de 10 de abril de 2013, declaratória do tombamento da casa e da propriedade rural na qual viveu João Pedro Teixeira, localizada no município de Sapé – PB”, assinado pelo governador do Estado, Ricardo Coutinho.

Ainda em 2018, o Presidente da República sancionou a Lei nº 13.598, de 8 de janeiro, que determina a inscrição do nome de João Pedro Teixeira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. No Artigo 1º, lê-se: “Inscreva-se o nome de João Pedro Teixeira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília”.

Em 2021, a ONG Memorial das Ligas e Lutas Camponesas solicitou à então deputada estadual Estela Bezerra, do Partido dos Trabalhadores, o reconhecimento de Utilidade Pública. Por meio do Poder Legislativo, foi sancionada a Lei nº 11.947, de 10 de maio de 2021. No Artigo 1º, está escrito: “Fica reconhecida de Utilidade Pública a Organização Não Governamental Memorial das Ligas Camponesas, localizada no povoado Barra de Antas, na zona rural do município de Sapé, neste Estado”.

Ainda em 2021, em parceria com o vereador Davyd Matias, do Podemos/PB, a ONG solicitou o reconhecimento de Utilidade Pública pelo município de Sapé. A proposta foi apresentada na Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito através da Lei nº 1.401/2021. No Artigo 1º, lê-se: “Fica declarado de Utilidade Pública, nos termos da Lei Municipal de Sapé, o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas”.

Nesse sentido, devemos notar a importância da criação de Projetos de Lei para fortalecer e legitimar as ações cotidianas da luta política. Mbaya (1997) acerta ao afirmar que:

Para uma sociedade, os critérios chamados direitos humanos são normalmente definidos no bojo de um sistema jurídico (legislação ou direito costumeiro). A idéia de correlação entre o regime jurídico e o estado de desenvolvimento correspondente é justa. De acordo com a análise unilateral freqüentemente aplicada aos problemas do *Terceiro Mundo*, o conjunto das estruturas jurídicas de um país é determinado por seu nível de desenvolvimento e integração; entretanto, para além disso, conviria examinar também seu inverso: graças à sua maneira de estruturar a proteção dos direitos fundamentais, um regime jurídico influi sobre o nível de desenvolvimento e de integração do país (Mbaya, 1997, p.11).

A luta travada dentro de sociedades em desenvolvimento, nos moldes capitalistas, só avança socialmente incorporando agendas da luta política, estruturas jurídicas, desenvolvimentos e proteção aos direitos fundamentais no bojo da sociedade. Deste modo, concordaremos com Mbaya quando narra que “A universalidade dos direitos humanos é, então, a manifestação fundamental de seu caráter objetivo”. Assim, caminharemos na direção da ação concreta no que rege as pautas da luta social.

[...] Da conversa de “pé de pau”, na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no terço, no enterro, na briga de galo, no eito, na palha de cana ao boletim escrito em linguagem singela em tom evangélico, como o “Guia” o “ABC”, o “Recado”, a “Cartilha”, a “Carta de Alforria”, tudo o que a experiência indica e a imaginação sugere, é usado como meio para despertar, atrair, unir e organizar os camponeses em Ligas. (Julião, 1961, p. 33).

Por esse caminho é que, ainda em 2021, como forma de reconhecer o debate no dentro da sociedade, tentar inserir na grade curricular das escolas do ensino público municipal a história do campesinato e suas lideranças é que solicitamos a Vereador David Matias a elaboração de uma lei que garantisse ser instaurada a história do município de Sapé e seu colaboradores/as histórico. Em acordo foi sancionada a:

Lei 1.402 de 27 de setembro de 2021 que inclui em seu o ensino de História e Cultura de Sapé no Currículo Escolar do ensino fundamental I [...] “Ligas Camponesas e as pessoas de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira, João Alfredo Dias (Nego Fuba) e demais lideranças das Ligas Camponesas, Aparecida Melo, entre outros.” (Lei nº 1.402 de 27 de setembro de 2021)

A educação é um dos caminhos pelos quais podemos fortalecer a identidade nacional dos brasileiros/as. Sabemos que ela, por si só, não fertilizará a consciência, mas, ao cultivarmos as experiências das lutas sociais nos centros das organizações, produziremos sementes de criticidade para colher os frutos da solidariedade e cooperação entre os povos. Por isso,

fortalecer uma memória histórica com consciência é uma tarefa extremamente fecunda. Isso se torna um potencial quando o caminho e a prática estabelecem sincronia e consciência de classe.

Silenciosos e ocultos... Momentos marcantes que o experimento da vida nos permite vivenciar. As memórias, as incertezas e a esperança de que um novo paradigma possa surgir, trazendo àqueles/as que necessitam, de alguma forma, participar do processo de reconstrução da vida. Afinal, todos somos capazes de nos educar, ou seja, desenvolver a autonomia, a solidariedade e as competências necessárias para usufruir do mundo que nos cerca como elementos fundamentais e futuros — sendo, assim, protagonistas de nossa própria história. Assim, devemos fazer com que homens e mulheres sejam capazes de modificar sua forma de agir a partir das experiências vividas.

A educação não deve surgir apenas como uma atividade rotineira ou como um simples processo de instrução, mas, acima de tudo, como uma fonte de inspiração para aqueles/as que constroem saberes. Esse saber transcende a aprendizagem escolar e se torna um processo permanente de aprendizado e transformação ao longo da vida.

Para a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”. Esse direito deve ser compreendido como uma das condições essenciais e base fundamental para o entendimento das necessidades básicas de aprendizagem, potencializando o desenvolvimento pessoal e social.

CAPÍTULO 3

3.1 Do Memorial João Pedro Teixeira (MJPT) á ONG Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC): derrubando as cercas do latifúndio e suas memórias na paraíba

Este capítulo pretende observar o processo de construção do atual Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), pois consideramos ser uma das frentes de lutas do campesinato paraibano, pois com ela se revelou e revela a ruptura de um elo de identidade colocado sobre a narrativa do latifúndio e das elites políticas dos municípios e suas forças, produzindo uma adequação da história e da memória na região da Várzea da Paraíba. Um conjunto de condições históricas possibilitou a criação do MLLC retirando do silenciamento um elo vivo das memórias das Ligas Camponesas em Sapé. Neste trabalho utilizaremos o termo testemunho para aqueles e aquelas que de alguma forma vivenciaram e/ou colaboraram no processo de criação do MLLC.

Imagem 04 – camponeses e camponesas na sede do acampamento Antas.



Fonte: Acervo do MLLC, 2005.

Na imagem 04 vemos camponeses e camponesas reunidos/as na sede do acampamento Antas. Nesse processo de Luta pela Terra vemos a forja do Memorial, a abertura de uma condição que identificamos ser os primeiros passos para criação do MJPT que aconteceu em 1997, quando camponeses e camponesas acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) ocupam a fazenda Antas. Obviamente que isso ocorre dentro de um contexto de lutas e transformações, por isso, segundo Mitidiero (2008) “A história desse acampamento começou quando um grupo de moradores de Barra de Antas se reuniram com a intenção de arrendar terra das fazendas vizinhas para o cultivo de lavouras típicas da região”.

Este processo de ocupação da fazenda Antas contribuiu na conscientização dos acampados que passa então a “sacralizar aquela terra e criar um símbolo a partir do sangue de João Pedro Teixeira e outros mártires que perderam a vida lutando por reforma agrária e justiça social no campo” (Mitidiero, 2008, p. 420), criando circunstância propícias que levaram para o centro do acampamento a importância da memória histórica de João Pedro Teixeira e a atuação das Ligas Camponesas, temas que em seguida resultaram em uma série de atividades na região e edificando o primeiro pilar da criação do Memorial João Pedro Teixeira.

Imagem 05- reunião de celebração nos 40 anos do assassinato de João Pedro Teixeira



Fonte: Acervo do MLLC, 2002.

A imagem 05 apresenta uma das reuniões para a construção da celebração dos 40 anos do martírio de João Pedro Teixeira, que ocorreu no Centro Social Urbano, na cidade de Sapé/PB, em 2002. O objetivo dessa reunião foi programar as atividades que ocorreriam durante o encontro. Na imagem, é possível observar a diversidade das pessoas presentes, participantes desse momento histórico de construção.

É importante destacar que, em 2001, em uma reunião preparatória para os 40 anos do martírio de João Pedro Teixeira entre os Movimentos Populares, no dia 02 de abril de 2002, surgiu a ideia de organizar a cartilha *João Pedro Teixeira: Vivo na memória e nas lutas dos pobres*, publicada em João Pessoa pela editora Ideia, em 2002 (Irmã Tonny, 2006). Essa cartilha foi fundamentada em uma série de testemunhos extraídos das gravações de 30 fitas, conduzidas por Irmã Tonny.

Compreendemos esse conjunto de atividades como o segundo pilar para a criação do Memorial, pois essa dinâmica proporcionou as bases necessárias para a concepção do Memorial João Pedro Teixeira.

Esse percurso passou a ser documentado em diversos materiais e registros analisados neste trabalho, fundamentado no acervo bibliográfico e histórico do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, que inclui atas, fotos, cartas, livros, matérias de jornais, fitas com gravações de 40 testemunhos de camponeses que viveram a experiência das Ligas Camponesas, conduzidas por Irmã Tonny. Além disso, esse acervo contém registros do processo judicial da ocupação da fazenda Antas, feita pelos moradores e moradoras camponeses do território, a compra do salão comunitário pela Paróquia de Sapé/PB, bem como a instalação do espaço memorialístico, o primeiro Memorial João Pedro Teixeira, entre outros documentos musealizados.

Foto 06 - Caminhada nas ruas de Sapé, na celebração dos 40 anos do mártirio de JPT



Fonte: Acervo MLLC, 2002.

Na imagem 06 observamos uma caminhada dentro da cidade de Sapé, quando camponeses e camponesas levantaram faixas e bandeiras na caminhada até o cemitério da cidade, uma das atividades nos 40 anos do martírio de João Pedro Teixeira. Notemos que o município de Sapé, no Estado da Paraíba, reconhecido como berço das Ligas Camponesas no Estado é também a região de maior influência dos latifundiários, visto que nessa localidade se encontrava um ambiente propício para reprodução dos moldes de vida coloniais do monocultivo, da *plantation* e, assim, foram erguidas grandes Usinas e Engenhos, preparando o território para que se instalasse os mais violentos representantes da burguesia agrária do Estado.

Zênia Chaves de Araújo Melo (2021), em sua pesquisa trata das origens do Grupo da Várzea, um grupo de *herdeiros de oligarquias e fazedores de fortuna*, a onde relata que:

Ao final dos anos 1950 e até, aproximadamente, meados dos anos 1980, na Paraíba, o termo Grupo da Várzea era imediatamente relacionado à riqueza, ao poder político e aos conflitos agrários. Tratava-se, então, de algumas famílias possuidoras de vastas extensões de terras e usinas de processamento de cana de açúcar situadas na várzea do Rio Paraíba (daí o termo Grupo da Várzea), em especial nos municípios de Santa

Rita, Sapé, Cruz do Espírito Santo, Alagoa Grande, Itabaiana e Pilar (Brasil de Fato Paraíba, 2021).

Nessa região quase quatro décadas depois dos embates ferozes e desiguais entre as Ligas Camponesas e latifundiários, com a conivência de parte da sociedade da época, laço este que resultou na intensa tentativa de eliminar qualquer traço que troxesse a memória e a história do maior movimento agrário do século XX, as Ligas Camponesas, acabou justamente o fortalecendo.

É sobre o surgimento e sua trajetória que continuamos a versar nas páginas seguintes, reconhecendo o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas como uma ferramenta de luta pela identidade de classe e por reparação histórica aos povos do campo.

Para entender melhor o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas hoje, é preciso concebê-lo como um processo, pois desde a época de sua inauguração em 2003, encontramos poucas matérias jornalísticas ou algum tipo de comunicação que nos reporte à abertura, na época do Memorial João Pedro Teixeira.

Mas, o testemunho de Padre Hermínio Canova, a membros da Diretoria do Memorial das Ligas Camponesa, no dia 25 de agosto de 2020, em seu sítio na comunidade de Antas do Sono, no município de Sobrado/PB, nos ajuda organizar um pouco dessa memória, refletindo o que ele chama da pré-história do Memorial.

Pronto, a gente poderia contar um pouco de pré-história do Memorial João Pedro Teixeira que depois se tornou Memorial Ligas Camponesas... Eu lembro o seguinte, fevereiro de 2002, eu cheguei em Sobrado e.... tinha que acompanhar as comunidades de Sobrado, de Areia Vermelha, de Barra de Antas e outras em colaboração com Padre José Martins que era o Pároco de Sapé. Barra de Antas, Sobrado era paróquia de Sapé, naquele tempo. Então, cheguei logo lá em Barra de Antas, tinha o acampamento... claro, já conhecia... o acampamento na terra da Santa, na terra da Igreja, não é? Toda aquela história. Pronto, então... então... eu vi logo lá em Barra que... junto com as pessoas que tavam lá que era necessário uma reforma da Igreja, claro, fazia tempo, a capela precisava de uma. Mas, logo a gente conversou lá que, mais que da reforma da Igreja, precisava de um salão comunitário, pra fazer uma reunião, uma assembleia, uma catequese, os encontros, as atividades, é... precisava de um salão. você se lembra Alan que a primeira ideia era construir ai lado da igreja, um terreno aí. Fazer um pequeno salão paroquial. Mas, depois saiu aquela proposta de... de... aquela casa na frente da capela que foi casa do motor da energia elétrica, depois foi escola do município de Sapé, mas naquele tempo quando cheguei lá morava um senhor [Manoel de Terto]. Seu Manoel, morava lá. Eu entendi que... se tu te lembra (Alan Florêncio), ele tinha recebido aquela casa como indenização da prefeitura... não sei...uma indenização, a prefeitura deu pra ele, ele morava lá, dormia lá. Mas, a ideia... a proposta era que ele queria vender e sair de lá. Então, já pensou vamos comprar, vamos comprar esta casa e adaptar a um centro de encontro, salão comunitário(Acervo do MLLC, 2020).

A memória de Pe. Hermínio, que contextualiza sua inserção no território e analisa os desdobramentos, na realidade da época, para se conseguir criar as condições em que a

Comunidade melhorasse seus processos organizativos, a partir de um local de referência é demonstrado em seu testemunho. Além de trazer luz sobre algumas realidades, entre elas, as condições que os acampados da Fazenda Antas viviam. Pe. Hermínio traz evidências sobre o papel da Igreja com participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua relação com o acampamento e a Comunidade, na compra da casa onde foram armazenados documentos memorialísticos sobre as Ligas Camponesas e seus lutadores/as.

Essa relação e envolvimento é analisado, também, por Marcos Mitidiero (2008) em sua Tese de Doutorado *“A AÇÃO TERRITORIAL DE UMA IGREJA RADICAL: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba”* que traz um pouco da *“memória dessa terra”*, quando ele observa as condições da Comunidade e as atuações da Comissão Pastoral da Terra no conflito de Antas:

De fato trata-se de um povoado que vive em condições calamitosa de vida: os casebres estão em condições deploráveis, não há posto de saúde, escola, saneamento básico e acesso a transporte público. A grande maioria que habita esse povoado está desempregada e, quando encontra trabalho, são serviços temporários nas fazendas e municípios vizinhos, onde realizam o que eles chama de “trabalho alugado” (Mitidiero, 2008, p. 415).

Mitidiero (2008) analisa as condições dos/as moradores/as como *posseiros e trabalhadores volantes*, assim como, compartilha os olhares da época para a comunidade de Barra de Antas. Segundo Mitidiero (2008):

Agentes Pastorais que atuam na região da várzea paraibana consideram Barra de Antas “a ponta da ponta de rua”, ou seja, enquanto a “ponta de rua” caracteriza-se como uma precária continuação das periferias das cidades, Barra de Antas seria essa precária periferia localizada entre as propriedades rurais da região (Mitidiero, 2008, p. 415).

Nesse processo Janicleide Alves (2014), em seu trabalho *“Memorial das Ligas e Lutas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos”* também discorre seu olhar sobre a realidade da Comunidade, quando relata que:

Cercada por terras férteis, Barra de Antas, hoje, abriga um total de 140 famílias que vivem em situação precária pela deficiência dos serviços de saúde, educação, moradia, lazer, saneamento básico e alimentação, ou seja, não usufruem plenamente dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais. (Alves, 2014, p. 96).

Além de não terem acesso a todos os Direitos Sociais, conforme a Constituição brasileira em seu Artigo 6º em que *“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição, ainda vivenciam*

realidades que provocam a saída de seu contexto histórico da Comunidade, como observa Alves (2014):

Embora o êxodo rural ocorra em menor quantidade do que nas décadas de 1980/1990, parte da população jovem desta Comunidade ainda migra para os grandes e pequenos centros em busca de emprego, ao passo que outra sobrevive da aposentadoria e do Bolsa Família, programa do Governo Federal de auxílio às famílias em situação de miséria. (Alves, 2014, p. 95).

Buscar analisar parte do processo histórico do MLLC, sem olhar o contexto que condicionou sua criação, é não fazer justiça à comunidade Barra de Antas, ao acampamento Antas e as memórias dos processos de lutas camponesas na região da Várzea paraibana por acesso a terra, justiça social, econômica, ambiental e histórica.

Para isso, vale refletir sobre o contexto das retomadas da Luta pela Terra na região da Várzea paraibana, que em meados dos anos de 1990, foi simbólico para as Lutas camponesas, pois, diversos conflitos agrários vieram à tona, e essa herança veio a conformar o MLLC, dando à instituição a tarefa histórica de lutas por Memória e História do campesinato, e concomitantemente enfrentando o que Fernando Costa (2021) nos chama a atenção:

Os problemas são decorrentes do processo de construção do território paraibano, que se deu de forma desigual ao longo do tempo, privilegiando aqueles que sempre possuíram um maior poder aquisitivo. As questões são estruturais e merecem ser analisadas, merecem ser discutidas e o mais importante, merecem ser resolvidas. A falta de serviços básicos faz com que a população acabe permanecendo em uma eterna recessão (Costa, 2021, p. 49).

A observação de Costa (2021), é muito importante para compreendermos as direções e escolhas que o nosso país seguiu, pois quando olhamos a realidade de muitas comunidades e seus problemas estruturais, vimos que o fator que também rege a formação do território é a desigualdade, uma vez que o poder aquisitivo e a posse são questões que estruturam a narrativa da formação territorial.

Por isso, pensamos que a caminhada do MLLC pode trazer luz sobre o que Ricoeur (2003) chamou de *crimes imprescritíveis* cometidos pela história oficial e, que o dever da memória e dos espaço de memória é combater as lacunas causadas pela história oficial. E essa configuração só é possível se apelarmos por políticas de memória e principalmente as políticas públicas de caráter social, econômico e ambiental para classe camponesas. Tudo isso devem ser:

colocados sob o título da reapropriação do passado histórico por uma memória instruída pela história, e ferida muitas vezes por ela, uma vez que, “defender, preservar

e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural” (Gonçalves, 2015, p. 213).

Compreender a re-existência do território berço das ligas camponesas, na Paraíba, só é possível se acumularmos e reapropriarmos de nosso passado, pois por ele é possível nos orientar para o presente e para compreensão do contexto. Deste modo, dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 31/12/2017, nos oferece informações gerais sobre o contexto nos municípios da Várzea paraibana, nos anos de 1990, o início dos Projetos de Assentamento e número de assentados/as.

Tabela 1 - Assentamentos da Várzea Paraibana

Superintendência Regional Paraíba - SR 18 Assentamentos - Informações Gerais						
NOME	CIDADE	CAPACIDADE DO ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA TOTAL DO ASSENTAMENTO	DATA DE CRIAÇÃO	
PA ENGENHO SANTANA	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	55	53	370.604	1/26/1995	
PA CAMPOS DE SEMENTES E MUDAS	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	45	44	207	5/17/1996	
PA MASSANGANA I	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	131	130	983.7328	7/2/1996	
PA MASSANGANA II	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	158	152	1.325.68	7/2/1996	
PA MASSANGANA III	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	131	128	796.1227	7/2/1996	
PA DONA HELENA	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	105	97	762.27	7/2/1996	
PA SANTANA II	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	56	56	370	12/9/1996	
PA CORVOADA-I	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	40	40	152.61	12/12/1996	
PA CANUDOS	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	113	107	1179	12/21/1996	
PA URNA	ITABAIANA	19	19	162.1214	3/8/1989	
PA SÍTIO SALOMÃO	ITABAIANA	9	9	106	4/28/1998	
PE FAZENDA SANTO ANTONIO	ITABAIANA	22	21	125.05	10/25/2001	
PA ALMIR MUNIZ DA SILVA	ITABAIANA	30	24	417.5	3/25/2004	
PA PAU BRASIL	ITABAIANA	14	14	226.1831	7/28/2010	
PA NOSSA SENHORA APARECIDA I	ITABAIANA	30	30	672.5389	3/18/2011	
PA TIRADENTES	MARI	160	159	1.719.70	12/27/2000	
PA ZUMBI DOS PALMARES	MARI	85	85	1.176.53	10/8/2004	
PE BARRA DE SÃO JOSÉ	PILAR	14	14	48.207	2/8/1996	
PA NOVA CONQUISTA	PILAR	109	109	781.448	10/21/2005	
PA PRATO CHEIO	PILAR	5	5	39.4787	11/3/2011	
PA CHICO MENDES	RIACHÃO DO POÇO	120	108	1.770.60	12/28/1999	
PA AGUAS TURVAS	SANTA RITA	32	32	376.346	6/10/1987	
PA DOM JOSE MARIA PIRES	SANTA RITA	23	23	139.1436	10/1/2009	
PA AMARELA I	SÃO MIGUEL DE TAIPU	54	54	523.25	10/13/1995	
PA AMARELA II	SÃO MIGUEL DE TAIPU	42	42	523.45	11/10/1995	
PA NOVO TAIPU	SÃO MIGUEL DE TAIPU	60	60	800	12/21/1998	
PA ANTONIO CONSELHEIRO	SÃO MIGUEL DE TAIPU	120	119	930.14	5/18/2000	
PA AGUA BRANCA	SÃO MIGUEL DE TAIPU	73	73	523.45	7/20/2005	
PE MARAVALHA	SÃO MIGUEL DE TAIPU	44	44	234.7567	9/22/2005	
PA 21 DE ABRIL	SAPE	60	59	362	12/2/1996	
PA PADRE GINO	SAPE	62	57	466.3	12/9/1996	
PA BOA VISTA	SAPE	122	121	1165	12/19/1996	
PA SANTA HELENA	SAPE	206	205	3.251.90	5/7/1998	
PA NOVA VIVENCIA	SAPE	48	48	600	5/26/1998	
PA RAINHA DOS ANJOS	SAPE	49	48	577	12/29/1999	
PA VIDA NOVA	SAPE	68	68	505	12/9/1997	
TOTAL		2514	2457	24.370.116		

Fonte: INCRA, 2017.

Nesta tabela acima, é possível ter uma dimensão do momento histórico que vivia as Lutas Camponesas, nos anos de 1990, sobretudo, na zona da mata paraibana, quando mais de

24.370 mil hectares foram beneficiar 2.457 famílias sem terra em diversos municípios na região. Especialmente no município de Sapé/PB, um município de 313.674 mil hectares, onde apenas 6.927,2 hectares foram para beneficiar as famílias sem terra. Isso equivale a 2,21% das terras sapeense que foram destinadas para 606 famílias que desenvolvem a agricultura familiar camponesa no município.

Esses dados nos ajuda a entender o quão ainda temos de lutar para que nossa classe tenha de fato seus direitos garantidos, tanto pelo acesso a terra, como para se permanecer nela, além que esse contexto histórico é fundamental para compreender o processo de constituição do MLLC.

Outro ponto importante que vale destacar, antes de continuar no processo de constituição do MLLC, é o que destampa o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba que revela sobre o município em que o MLLC está localizado:

[...] em 1961, Alfredo Nascimento, líder camponês da Fazenda Miriri, em Sapé, foi assassinado pelo sargento da PM Manuel Pereira da Silva “Peito de Aço”. Na mesma ocasião os camponeses mataram o sargento. Esse acontecimento marca o início de violências sistemáticas contra os camponeses. Ainda em 1961, Pedro Fazendeiro foi atingido por tiros de arma calibre 45, na perna e omoplata, em pleno centro de Sapé. “os camponeses João Beleza e Domingos, elouqueceram após uma sessão de tortura praticada pelo administrador do Engenho Corredor, conhecido como Chicão”. Em 1962, ocorreu o assassinato de João Pedro teixeira, divisor de águas na história das ligas da Paraíba (CEVPM-PB, 2017, p. 292).

O Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), ainda demostra que uma das cidades de maior movimentação das Ligas era Sapé/PB:

Um dos locais de maior atuação das Ligas Camponesas na Paraíba era a cidade de Sapé e região circunvizinhas. Lá também foi organizado um epicentro da repressão. O coronel Luiz de Barros, nomeado pelo governador Pedro Godim pouco antes do golpe militar, foi o dirigente dessas ações repressivas (CEVPM-PB, 2017: 290).

A região da Várzea era de fato o epicentro das lutas camponesas e não por acaso o “relacionamento entre o Exército em João Pessoa, principalmente a oficialidade do 15º Regimento de Infantaria, e o grupo de latifundiários” é descrito no Relatório Final da CEVPM-PB, uma vez que, “o Exército mantinha os proprietários sempre informados sobre as movimentações da Ligas e até mesmo discutiam juntos a possibilidade do golpe militar” 1964 (CEVPM-PB, 2017, p. 290).

Alves (2014) pontua que dois acontecimentos foram fundamentais para o surgimento do MLLC, um deles é: o Seminário Memória Camponesa⁶, realizado em abril de 2006, com a participação de líderes camponeses ainda vivos e de familiares dos mártires homenageados no evento; o outro é: o lançamento do livro *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar*⁷..., organizado pela Irmã Tony (2006). Porém, destaco que os eventos citados são condicionantes que resultaram a partir de um fator histórico que é o processo de retomada da Luta pela Terra que ocorreu nos anos de 1990.

Quando famílias camponesas encontraram as condições históricas de reivindicarem o direito ao acesso a terra, através das ocupações em fazendas e usinas falidas e/ou que não cumpriam sua função social. É Nesse processo que o campesinato e sua memória histórica encontra circunstância favoráveis que possibilitaram a criação do MLLC e concomitantemente inserem no centro do debate as Ligas Camponesas e suas lideranças.

Imagem 07 - lançamento da cartilha e Celebração dos 40 anos do mártirio de João Pedro Teixeira



Fonte: Acervo do MLLC, 2002.

A imagem 07 demonstra alguns camponeses que vivenciaram o período das Ligas Camponesas, junto a Elizabeth Teixeira recebendo a cartilha sobre João Pedro Teixeira, na celebração dos 40 anos de seu martírio. No testemunho de Alder Júlio à equipe do MLLC, ele compartilha a importante tarefa da Irmã Tonny para a criação do MLLC, a priori com os

⁶ <https://www.ligascamponesas.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Seminario-Memoria-Camponesa-1-Mesa.pdf>

⁷ <https://www.ligascamponesas.org.br/wp-content/uploads/MEMORIAS%20DO%20POVO%20-%20Joao%20Pedro%20Teixeira%20e%20as%20Ligas%20Camponesas%20na%20PB.pdf>

testemunhos de aproximadamente 40 camponeses/as que resultou numa Cartilha e em nossa análise na criação do Memorial João Pedro Teixeira – MJPT, e como esse trabalho de retomada da memória do líder camponês foi e é importante para o campesinato na região.

[...] Foi um livro coordenado pela Consulta Popular [Livro João Pedro Teixeira: vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores (2002)]. Na época a gente trabalhava muito lá, e era a comemoração dos 40 anos do martírio de João Pedro Teixeira, uma oportunidade muito relevante, porque reuniu gente que veio de muitas partes do Nordeste e de fora do Brasil... Por isso esse livro também foi feito nessa direção, um livro coletivo, lembrando essa data. Outra parte também é esse livro anterior, evidentemente a esse, que é “Eu marcharei na tua luta” [Refere-se ao livro “Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira (1997), organizado por Lourdes Bandeira, Neide Miele e Rosa Maria Godoy]. Todo mundo compreende o papel que ela desempenhou, ao lado de João Pedro Teixeira, ao lado de Nego Fuba, ao lado de Pedro Fazendeiro, que tiveram um papel muito importante na Liga Camponesa de Sapé. A mais importante de todo o Nordeste. Aqui, Elizabeth Teixeira, a partir dessa entrevista feita por três professoras da Universidade Federal da Paraíba, Neide Miele, Lourdes Bandeira e Inês Ayala [aqui ele confunde uma das autoras], que é uma entrevista marcante. É claro que Elizabeth tem outras entrevistas também importantes, mas essa é uma primeira que marca uma oportunidade grande. São essas memórias que ajudam a gente a entender o papel da criação e da fundação do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas na Paraíba. Isto em 2006. A comemoração dos 40 anos do martírio de João Pedro foi um pouco antes, foi em 2002. A partir daí, uma equipe passou a trabalhar de uma maneira muito próxima e suscitou também a vontade de um grupo inicial. Desse grupo faziam parte, por exemplo, a Irmã Tonny, que hoje está na Holanda, mas que passou muito tempo entrevistando camponeses e camponesas por esta região aqui. Ela tinha uma admiração grande à figura de João Pedro Teixeira. Ela tratou de fazer 40 entrevistas, que é coisa forte, junto aos trabalhadores e trabalhadoras que acompanharam essa repressão às Ligas Camponesas desde antes do martírio de João Pedro Teixeira. E nós chegamos em conjunto a publicar essas memórias, são 40 entrevistas aproximadamente, reunindo nesse livro aqui, do qual a Irmã Tonny é a organizadora e do qual também fizemos parte... “Deixa o povo falar...”. Eu tenho a impressão que isso ajuda à direção ao encaminhamento da construção da fundação desse memorial, lá em 2006. (Alder Júlio em, Atila, 2024, p. 146).

Alder Júlio, que é professor aposentado da UFPB, foi membro da equipe que transcreveu os testemunhos dos camponeses e camponesas que moldaram a Cartilha sobre o líder camponês João Pedro Teixeira e é um dos organizadores do livro “Memórias do Povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas – deixemos o povo falar”, de 2006. Ele relaciona outros importantes momentos para formação da ideia que resultaria no Memorial, alinhados com ações ainda mais anteriores, desenvolvidas no decorrer da preparação da celebração dos 40 anos de martírio de João Pedro Teixeira.

Foto 08 - Caminhada ao túmulo de JPT nos 40 anos do assassinato.



Fonte - acervo do MLLC, 2002.

A imagem 08 acima é citada por Alder Júlio, quando ele menciona a caminhada que ocorreu da praça João Pessoa em Sapé até túmulo de João Pedro Teixeira, no cemitério Nossa Senhora da Assunção, atividade que fez parte do cronograma de atividades, nos 40 anos do matricídio de João Pedro Teixeira. Movimentar a memória de João Pedro Teixeira para as Lutas da atualidade, representa parte de uma memória histórica de grupos e famílias camponesas que a história oficial nega e, dar visibilidade às lutas coletivas e a importância de suas lideranças na história do campesinato paraibano. Esta foi a tônica dos trabalhos de base empreendidos pela Irmã Tonny nas comunidades da região que fez parte da germinação do Memorial João Pedro Teixeira.

Imagem 09 - Irmã Tonny entrevistando os camponeses



Fonte: acervo do MLLC, 2002.

Nesta imagem 09, podemos observar o empenho da Irmã Tonny em ouvir os testemunhos das famílias que viveram o período de atuação das Ligas Camponesas. Ao analisar a imagem 05, fica evidente que esse resgate das memórias proporciona momentos de reapropriação tanto da história coletiva quanto individual. Como afirma Ricoeur (2008, n.p.), “falamos da memória não só em termos de presença/ausência, mas também em termos de lembrança, de rememoração”. Dessa forma, colocamos no centro das discussões o reconhecimento das lutas proporcionadas pelas Ligas Camponesas e, ao mesmo tempo, a continuidade dessa luta surge “em razão do forte espírito de luta dos integrantes do MLC e de seus apoiadores, que fertilizam a oposição ao esquecimento da batalha da classe camponesa travada nas décadas de 1950 e 1960, além de fortalecer a luta pela terra e pelos direitos humanos” (Alves, 2014, p. 95).

O processo de criação do MLLC, ao trazer à tona memórias que foram submetidas ao silenciamento, reflete as reflexões de Pollak (1989) sobre as “memórias subterrâneas”. Essas memórias permaneceram no silêncio devido às violências, repressões e negações enfrentadas pelos camponeses e camponesas que tentaram se organizar coletivamente, reivindicando condições dignas para o exercício de sua cidadania. Isso demonstra que a experiência da criação do MLLC transcendeu a ausência real do passado, estando presente na realidade das terras da várzea paraibana.

Dessa forma, quando a classe camponesa, ao longo de seus processos históricos, se levanta e organiza, cria condições para fortalecer suas identidades e impulsiona suas comunidades a estabelecer novas relações. As comunidades, antes oprimidas, violentadas, silenciadas e excluídas do acesso às políticas públicas, ao desenvolverem suas próprias ferramentas de luta, conseguem emergir, neste caso através do MLLC, no “campo museal”. Assim, tornam esse espaço uma importante ferramenta de poder e um instrumento político em suas lutas pela terra, pela dignidade, pela cidadania e pelo direito à memória e à história” (Tolentino, 2024, p. 150).

Imagem 10 – abertura da Celebração dos 40 do Martírio de João Pedro Teixeira

Fonte - Acervo do MLLC, 2002.

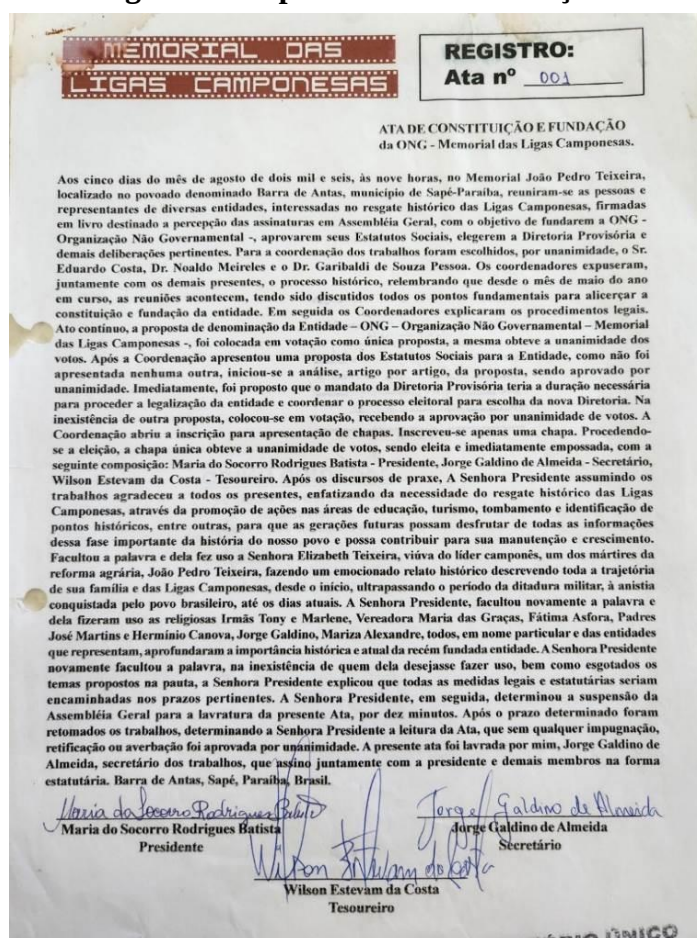
A imagem 10 reproduz o momento de abertura da Celebração, nela participam (da esquerda para direita) a professora Rosa Godoy, Irmã Tonny e Juliana Teixeira que discursa para os participantes. No evento podemos ver as bandeiras dos Movimentos Sociais do Campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Assim, as transformações do MLLC, desde sua criação, como produto dos camponeses e camponesas que o constroem e reconstroem a todo momento (Santos, 2008), pode ser compreendida, na unidade de classe entre os movimentos sociais do campo e a partir da tarefa histórica de fazer memória das lutas ancestrais do campesinato.

A partir, também, desse momento histórico em que a classe trabalhadora se reuni em torno da memória dos camponeses, é possível identificar o conjunto de ramificações que possibilitou a organização de um espaço de preservação de memória camponesa que traduz um momento muito importante para história do campesinato. Esse momento condicionou o que a posteriori iremos dialogar, que é o processo de institucionalização do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e o terceiro pilar dessa construção.

3.2 Memória Institucional do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

Busca agora sistematizar o contexto em que o MLLC se lançou a institucionalidade, com base nas fontes reunidas no acervo do Memorial, a partir de 2019, quando membros da Diretoria é recém eleita para o triênio 2019-2022, e em seguida eleita para o triênio 2022-2025, composta por camponeses e camponesas da região que se lançaram a construir o MLLC. Deste modo, se ampliou os trabalhos pelo fortalecimento institucional do Memorial, além de que esse processo contribuiu na formação dos trabalhadores e trabalhadoras, na organização documental, uma vez que muitos dos documentos institucionais não se encontrava em ordem cronológica e até alguns deles não estavam no próprio acervo do MLLC. A partir dos documentos que obtivemos acesso, buscaremos estruturar cronologicamente uma memória institucional do MLLC.

Imagem 11 - cópia da Ata de Fundação e Posse



Fonte - Acervo do MLLC, 2022.

A imagem 11 descreve que, em sua Ata de Constituição e Fundação, registrada no Cartório Zé Feliciano, na cidade de Sapé/PB, o Memorial das Ligas Camponesas foi constituído em 5 de agosto de 2006. Na ocasião, na sede do Memorial João Pedro Teixeira, localizada no centro da comunidade tradicional de Barra de Antas, “reuniram-se pessoas e representantes de diversas entidades”.

Nesse sentido, é relevante nomear, em acordo com a Ata, todos aqueles e aquelas que compuseram esse momento histórico para o campesinato, através da lista de presença de aprovação do Estatuto e da diretoria provisória. Assim, podemos observar a presença das seguintes pessoas:

- Maria da Graça da Costa Batista – Vereadora em Sobrado/PB pelo PT
- Jorge Galdino de Almeida – Presidente do SINDSERVE
- Garibalde de Souza Pessoa – Advogado e vereador em Sapé/PB pelo PT
- Wilson Estevam da Costa – Barra de Antas
- Mariza Alexandre da Silva – Professora no município de Sapé/PB
- Cândido Alan Florêncio do Nascimento – Barra de Antas e acampamento Antas
- Padre Hermínio Canova – CPT Nacional
- Padre José Martins – Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Sapé/PB
- Noaldo Meireles – Assessoria jurídica da CPT em João Pessoa e membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos
- Betânia Vieira de Meireles – Moradora de Cuba de Baixo, bairro do município de Sapé/PB
- Alda Lúcia de Meireles – Aluna da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Barra de Antas
- Maria da Penha Silva – Aluna da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Barra de Antas
- Ana Justino de Oliveira – Aluna da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Barra de Antas
- Maria do Socorro Rodrigues Batista – Antas do Sono, Sobrado/PB
- Antonia Maria Van Han (Irmã Tonny) – Comissão Pastoral da Terra (CPT/João Pessoa)
- Maria de Fátima Asfóra – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
- Elizabeth Altino Teixeira – Líder das Ligas Camponesas na Paraíba
- Helena W. S. M. Burges (Irmã Marlene) – Comissão Pastoral da Terra (CPT/João Pessoa)
- Francisco de Ipojuca Nogueira – Jovem

- Eduardo da Silva Costa – Barra de Antas, Sapé/PB

Com esse público diverso presente, foi constituída uma diretoria provisória:

- **Presidenta** – Maria do Socorro Batista Rodrigues
- **Secretário** – Jorge Galdino de Almeida
- **Tesoureiro** – Wilson Estevam da Costa

De acordo com a Ata, todos os presentes estavam interessados no “resgate histórico das Ligas Camponesas, por meio da promoção de ações na área de educação, turismo, tombamento e identificação de pontos históricos, entre outros, para que as gerações futuras possam ter conhecimento dessa importante história e contribuir para sua manutenção e crescimento”.

É importante destacar também a fala de Maria do Socorro Rodrigues Batista, primeira mulher presidenta do Memorial, que mencionou a presença de Elizabeth Teixeira entre os participantes. Como era de se esperar, Elizabeth Teixeira, uma das protagonistas das Ligas Camponesas em Sapé e viúva de João Pedro Teixeira, utilizou sua habilidade oratória para fazer um relato emocionante. Ela descreveu a trajetória de sua família e das Ligas Camponesas, desde o seu surgimento, passando pela ditadura militar, pela anistia conquistada pelo povo brasileiro, até os dias atuais.

Reforçamos, então, a complexidade do desafio de identificar e encontrar documentos do Memorial das Ligas Camponesas desde sua fundação, ou seja, desde o momento em que foi criado um espaço para preservar a memória de João Pedro Teixeira e das Ligas Camponesas em 2003. Esse esforço faz parte do trabalho de institucionalização que o Memorial tem atravessado desde 2019, especialmente no que se refere à composição da diretoria e ao fortalecimento do dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras que tornam a instituição ativa e eficaz em sua missão e objetivos.

Foto 12 - Sede do Memorial João Pedro Teixeira



Fonte: acervo do MLLC; Autor - Marcos Mitidiero, 2004.

O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, atravessou em sua história diversos momentos de altos e baixos em seus processos, assim como conviveu com algumas alterações de nomes. Padre Hermínio Canova e Alan Florêncio fazem a memória do nome e da inauguração em 2003 do Memorial João Pedro Teixeira (MJPT) conforme imagem 12, vemos a sede do Memorial, localizado no centro da comunidade, em frente a Igreja da comunidade tradicional Barra de Antas, município de Sapé/PB, numa casa doada pela paróquia de Sapé, na época que tinha o Pe. José Martins como paroco do município e Pe Herminio como pároco do município de Sobrado/PB e da comunidade de Barra. Alves (2014) decreve um pouco desse processo de construção do MJPT:

[...] na época, não existia nem o Memorial, existia um grupo de pessoas, como Irmã Tonny, Irmã Marlene, Padre Hermínio tentando resgatar a história de João Pedro Teixeira. E aí me chamaram, junto com Eduardo, para gente apoiar essa ideia. Então foi feita uma pesquisa (Irmã Tony) e, na época, Padre Hermínio me chamou (2003), para gente iniciar a reforma de um centro da Paróquia da Comunidade, pra gente fazer o Memorial, né? Ter um espaço pra gente arrecadar material das Ligas Camponesas e da início a história do Memorial. E aí foi surgindo a documentação, foi surgindo pessoas querendo participar do Memorial, querendo fazer articulação sobre o Memorial e pedir desapropriação da casa. E aí em 2006 foi fundada (a gente tinha toda documentação em mão), foi fundada a direção do Memorial, né, da ONG. Que hoje a gente não chama de ONG, a gente chama de Memorial mesmo, Memorial das Ligas Camponesas (Alan Florêncio, em Alves, 2014, p. 102).

Nesse testemunho citado por Alves (2014), podemos observar um breve relato do processo de formação pelo qual passou o Memorial das Ligas Camponesas, os protagonistas

dessa construção e a constituição de uma ferramenta respaldada pela comunidade, pelo acampamento e pelos grupos populares. Esses elementos, legitimados pela história e pela memória, buscavam criar um espaço dedicado à preservação da memória histórica das Ligas Camponesas.

No testemunho, percebemos que, antes da formalização do MLLC, houve a elaboração de diversas entrevistas conduzidas pela irmã Tonny, com o apoio de moradores e acampados da comunidade. Esse processo também foi um fator essencial para a articulação dessas memórias em um local fixo.

Entre os elementos que condicionaram a conjuntura da época para a formalização do MLLC, destaca-se a Luta pela Terra. Embora não seja explicitamente mencionado no testemunho de Alan Florêncio, esse processo é um dos pilares fundamentais para a condição conjuntural da criação do MLLC e está intrinsicamente ligado ao entrevistado, embora não discutido em sua fala. Assim, poderíamos refletir sobre diversos pontos de vista que dependem de fatores distintos.

Dessa forma, ao não encontrar no relato a relevância da Luta pela Terra como elemento central no processo de formalização do MLLC, decidimos refletir mais detalhadamente sobre os passos dados pela diretoria da instituição. Isso é abordado nos materiais institucionais até a criação do Plano Museológico do MLLC (2022-2027) e na exposição de curta duração *Barra Antas: Terra onde Luto e Danço* (2022).

Ao perceber que um fator crucial para a criação do MLLC é o processo da Luta pela Terra, mas não encontrar referências a isso no antigo Estatuto Social do MLLC, na Ata 001 (Constituição e Fundação da ONG), na Ata 002 (Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal da ONG) e nos materiais informativos em jornais, somos levados a questionamentos instigantes. Questões essas que não teremos como responder aqui hoje.

Especialmente o jornal, como instrumento de comunicação, deveria conter informações relevantes sobre a importância dessa Luta pela Terra, considerando que a região onde o Memorial surgiu, desde 1996, vivenciava um cenário de aproximadamente 32 anos depois do golpe civil-militar a retomada de mobilizações tendo como bandeira de lutas a reforma agrária, tema que fermentou as Ligas Camponesas de 1954-1964.

Foto 13 – Jornal Informativo do Memorial das Ligas Camponesas



Fonte – Acervo do MLLC; Reprodução do autor, 2024

Na imagem 13, referente ao primeiro editorial do Jornal Informativo do Memorial das Ligas Camponesas, observamos que a energia que descrevia aquele momento histórico não estava orientada por uma perspectiva que evidenciasse as lutas camponesas travadas na região. Pelo menos, as descrições apresentadas não reforçam essa temática. Outro ponto relevante identificado é que, mesmo com camponeses e camponesas integrando a diretoria, o jornal não destaca seus posicionamentos, algo de grande significado naquele período.

Por outro lado, a eleição realizada para constituir a diretoria e o conselho fiscal que conduziria a ONG por três anos simbolizava as manifestações resultantes da continuidade das lutas camponesas, desde as Ligas até as lutas contemporâneas. Esse processo representava um marco histórico no município de Sapé/PB, pois, 43 anos após a ditadura, formalizava-se uma organização da sociedade civil com o objetivo de "resgatar a história das Ligas Camponesas". Esse evento foi um símbolo importante para o campesinato, considerando que, naquele momento, havia sete assentamentos de reforma agrária no município.

Ainda que esse simbolismo estivesse presente, expresso pela criação de uma ferramenta memorialística — no caso, o Memorial —, a eleição e posse da diretoria refletiam uma coordenação que projetava trabalhos voltados para elevar a história do município. Contudo, na prática, verificou-se uma paralisação da instituição entre 2007 e 2010. Isso se evidencia na existência de apenas uma ata encontrada nos arquivos da ONG e na ausência de documentos desse período, conforme identificado durante a organização do acervo.

Entretanto, algumas mudanças começaram a ocorrer com o mandato da nova diretoria, eleita para conduzir e coordenar os trabalhos da instituição no triênio 2010-2013. A eleição ocorreu em 10 de janeiro de 2010, durante uma plenária realizada na Câmara Municipal de Sapé, na qual foram aclamados os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e os suplentes, sendo eles:

Presidente: LUIZ DAMÁSIO DE LIMA – Secretária: JOSIANE DE SOUZA SERAFIM – Tesoureira: MARIA DO SOCORRO RODRIGUES BATISTA – Diretor de Comunicação: JORGE GALDINO DE ALMEIDA – Diretor de Projetos: NOALDO BELO DE MEIRELES – Conselheiros Fiscais: CÂNDIDO ALAN F, DA SILVA, JOILSON RIBEIRO DA SILVA e JULIANA ELIZABETH TEIXEIRA DO NASCIMENTO e os suplentes do Conselho Fiscal: MARIA DAS DORES DA SILVA, ERALDO ADELINO PEQUENO e MARIZA ALEXANDRE DA SILVA (Ata 003 da Eleições e Posse Diretoria e Conselho Fiscal da ONG Memorial das Ligas Camponesa, 2010).

Com a nova Diretoria eleita, observamos a intensidade das ações que o Memorial começa a encabeçar. Isso é demonstrado em alguns documentos que compõe o acervo do MLLC, mas continuamos a perceber a fragilidade de organização dos arquivos, pois para termos melhor acesso a uma cronologia com fonte documentais foi preciso solicitar os arquivos que estavam sobre posse do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IHPAEP), então requisitamos uma cópia de todos os cinco volumes para incluí-los no acervo na instituição, assim, verificarmos com eficácia os passos do Memorial que não encontrávamos em seu acervo.

Deste modo, temos os arquivos institucionais requeridos como referência, mas não só eles, pois identificamos a oralidade dos que passaram pela instituição como jogo de relações entre documentos e testemunhos fundamental para correlacionar a trajetória do MLLC. Por exemplo, Antonio Alberto Pereira faz um relato em Alves (2014) sobre a primeira tentativa junto ao Estado da Paraíba de tombamento da casa onde viveu a família Teixeira e em anexo enviado um dossiê “o que representa as ligas camponesas e a memória de João Pedro Teixeira no imaginário da sociedade” (João Pessoa, Memorial das Ligas Camponesas, Requerimento, 2010) como justificativa para pleitear o reconhecimento dessa memória histórica.

Em vista dessa dinâmica que a coletividade envolvida projetava, ou seja, que a diretoria do Memorial se lançava a ensejar uma nova frente de luta para fortalecimento do campesinato na região, agora pela memória histórica e na formalização de uma ferramenta como referência dessas lutas, no caso do Memorial das Ligas Camponesa.

Um fato importante que ocorreu nessa caminhada, foi ainda em 24 de março de 2010, numa Assembleia Extraordinária em que houve uma alteração da diretoria quando:

[...] Juliana Teixeira passaria a ocupar o cargo de secretária substituindo Joseane de Souza Serafim e João Muniz da Cruz Filho como diretor de Projetos, substituindo Noaldo Belo de Meireles ; Rogério Leandro de Oliveira substituindo Jorge Galdino de Almeida da Direção de Comunicação e Iranice Gonçalves Muniz (do Núcleo de Direitos Humanos da UFPB) como assessora jurídica SILVA (Ata 004 da Primeira Assembléia Extraordinária da ONG Memorial das Ligas Camponesa, 2010).

Essa reconfiguração da diretoria é expressa na descrição da Ata 004 em que “a primeira no cargo de secretária, o segundo no cargo de Diretor de Comunicações e o terceiro no cargo de Diretor de Projetos, tendo em vista as renúncias dos ocupantes anteriores”, essa realidade traduz o envolvimento direto dos movimentos sociais do campo na estrutura da diretoria, um potencial para os desdobramentos seguintes do Memorial.

Nessa Assembleia identificamos um conjunto de relações que influenciaram no ritmo do trabalho, próximo do dia 02 de abril, nesse caso, da celebração dos 46 anos do martírio de João Pedro Teixeira, “foi informado que Paulo Maldos (assessor do presidente Lula) estará no evento do dia dois de abril de dois mil e dez e participará de uma reunião com o prefeito de Sapé” João Clemente e a Diretoria do Memorial.

Dado esse contexto, fica evidente a dinâmica produzida com a participação dos movimentos sociais e pessoas engajadas nas lutas populares na condução das articulações políticas do Memorial.

Foto 14 - jornal informativo do Memorial das Ligas Camponesas



Fonte – Acervo do MLLC, reprodução do autor, 2024.

Na imagem 14 presenciamos, na capa do jornal informativo uma fotografia do diálogo de parte da diretoria do Memorial acompanhado pelo “Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, Paulo Roberto Martins Maldos, enviado pelo presidente Lula especialmente a Sapé para acompanhar o processo de desapropriação o imóvel” (ONG Memorial das Ligas Camponesas. ONG e Governo Municipal discutem desapropriação da casa de João Pedro. Informativo Memorial das Ligas Camponesas, Sapé/PB, 2010, Edição 01, Maio/Junho 2010. p. 5). Inclusive, no mesmo mês, foi publicado no Diário dos Município o Decreto que Declara de Utilidade para fins de desapropriação a área:

Art. 1 Área rural, com as benfeitorias inclusas... [...] Art. 2ª área descrita no artigo precedente destina-se a conservação da residência do líder camponês JOÃO PEDRO TEIXEIRA, transformando-a em memorila das história da Liga Camponesas, bem como a construção de edifício público para preservação da história do município, construção de habitações populares e área de esporte e lazer (SAPÉ. Decreto nº 2.212/2010, de 15 de junho de 2010. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA QUE INDICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, Prefeitura Municipal de Sapé, em 15 de junho de 2010).

Os documentos nos mostram uma rapidez nos diálogos, porém percebemos que as relações com o governo municipal estancaram, após a publicação do decreto. Isto demonstra os desafios que é trabalhar com memória, no município de Sapé/PB, uma vez que, a memória das Ligas Camponesas e suas lideranças não são bem aceitas, até hoje, nas estruturas de governo, pois familiares das oligarquias agrárias transitam sobre essas estruturas.

Foto 15 – discurso de Elizabeth Teixeira em 2011 quando o governador Ricardo Coutinho prometeu entregar a chave da casa.



Fonte – Acervo do MLLC, 2011.

A imagem 15 nos apresenta Elizabeth Teixeria discursando no 49^a aniversário de morte de seu marido, João Pedro Teixeira em frente a casa onde residiu de 1954-1964, a frente do governador do Estado da Paraíba Ricardo Coutinho e do companheiro histórico das Ligas Camponesas, Agassiz de Almeida. Nesse evento em 02 de abril de 2011 o Governador prometeu entregar a chave da casa a dona Elizabeth, como descreve Alves (2014):

Então, nós começamos a organizar uma luta para desapropriação da casa onde morreu João Pedro e toda sua família. Só que não conseguimos. Com o governo Maranhão não foi possível, a diretoria tentou... Com o governo de Sapé também não foi possível. Foi quando em 2011, se não me engano, a direção, o grupo, resolveu, então ir a Ricardo Coutinho pra ver que ele poderia dar, porque a ideia era a desapropriação e o tombamento. E o governador atendeu imediatamente as nossas reivindicações. Ele percebeu a importância da nossa reivindicação e já foi na celebração dos 49 anos. Ele já esteve presente lá, em um ano, quer dizer em 2012, no dia 02 de abril, no dia do cinquentenário da morte de João Pedro, então, nessa celebração ele nos dá, desapropria, consegue a desapropriação da casa, entrega a chave já com bastante documento. (Antonio Alberto Pereira, em ALVES 2014, p.106).

É de grande relevância observar o testemunho citado por Alves (2014), no qual é possível identificar o percurso realizado pela diretoria do MLLC para alcançar o tombamento da casa, além de apresentar o requerimento destinado ao IPHAEP, elaborado em 20 de novembro de 2010 e recebido pela instituição em 6 de dezembro de 2010. No requerimento enviado ao final do governo de José Maranhão (PMDB), o MLLC enfatiza: “O Brasil inteiro tem conhecimento do que aconteceu com a família do líder camponês João Pedro Teixeira [...] em 2 de abril de 1962”.

Outro ponto relevante destacado no documento é a continuidade das lutas camponesas sob uma perspectiva memorialística: “Estamos cientes de que a memória das ligas camponesas deve continuar viva... e é com espírito histórico, político e social que o Memorial [...] vem requerer o tombamento da casa” (REQUERIMENTO, IPHAEP, 2010).

Nesse contexto, é possível identificar momentos que nos conduzem a um exercício de reflexão sobre a trajetória institucional que atravessa desde o Memorial João Pedro Teixeira, passando pelo Memorial das Ligas Camponesas, até o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Esses marcos históricos representam desdobramentos importantes para a preservação e valorização da memória histórica das ligas e das lutas camponesas no território, consolidando essa ferramenta como um espaço de resistência e de valorização do campesinato.

Desde o início da sua gestão, em 2011, o governador Ricardo Coutinho se preocupou com a memória histórica e procurou meios para viabilizar o memorial. À época, os organizadores já haviam solicitado o tombamento da área e da casa onde morou o líder João Pedro Teixeira – solicitação atendida via Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep). (Governador inaugura Memorial das Ligas Camponesas em Sapé. Governo do Estado da Paraíba. 2012⁸).

Na época os veículos de comunicação do Governo do Estado da Paraíba publicizaram em suas redes essa informação, em um ato que envolveu diversos movimentos sociais do campo e da cidade que ocorreu, onde hoje é o campo de futebol, e assim festejaram a entrega da chave da casa histórica onde foi o QG da Liga Camponesa em Sapé e a casa onde João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira e seus onze filhos e filhas viveram.

⁸ Acesso em 03/10/2024. <https://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-20701.html>.

Foto 16 - Sede do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas



Fonte – Acervo do MLLC, 2014.

No testemunho citado por Alves (2014) não identificamos a dinâmica que ocorreu para mudança de nome do Memorial João Pedro Teixeira para Memorial das Ligas Camponesas, porém, vemos a proposta de alteração na Ata 001 de Constituição e Fundação que no documento descreve a “denominação da Entidade – ONG – Organização Não Governamental - Memorial das Ligas Camponesas - , foi colocado em votação como única proposta, e a mesma obteve a unanimidade dos votos”.

Neste sentido, o que identificamos é que mesmo com a constituição de uma Entidade Jurídica em 2006, o que vemos é que o local da sede continuou ser chamado de Memorial João Pedro Teixeira, ou seja, a ONG Memorial das Ligas Camponesas usou como sede a comunidade de Barra, não o prédio onde ficava localizado o Memorial João Pedro Teixeira, conforme antigo Estatuto Social em seu Art. 2º datado de 2006.

Um outro documento importante para constituição da entidade foi seu primeiro Estatuto Social, nele observamos uma segunda data de criação do MLLC, conforme Estatuto a “ONG Memorial das Ligas Camponesas, fundada em 16 de junho de 2006”. Dentro desse contexto de 2006, percebemos esse dois momentos que formalizam a criação da entidade. No mesmo ano, de 28 a 29 de abril ocorreu o Seminário da Memória Camponesa, mas qual relação tem o seminário com a formalização do MLLC?. Não identificamos nos arquivos encontrados na ONG, mas é possível analisar que o seminário é uma das condições que potencializaram a ideia de formalizar juridicamente o Memorial. Nesse sentido é factível identificar esse momento como uma ligação direta para o fortalecimento institucional da organização.

Seguindo os trâmites processuais motivados pelo requerimento de tombamento, o Governo do Estado da Paraíba no dia 14 de julho de 2011, através do Decreto nº 32.257, assinado pelo então governador Ricardo Coutinho, *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel rural que menciona e adota outras providências*, ficando declarada a desapropriação do território que incluía a casa onde morou a família Teixeira e uma área destinada à instalação do Museu Histórico das Lutas Camponesas no Nordeste.

Por outro lado, no dia 03 de fevereiro de 2012, na Comarca de Sapé/PB, é expedido o **Auto de Imissão de Posse Provisória**, tendo como autor o Estado da Paraíba, requerendo a Jorge Rodrigues dos Santos e Severino Pereira Bastos a Posse de imóveis rurais, já devidamente descritos nos Decretos Expropriatórios nº 32.257 e nº 32.889, na certidão de registros de imóveis de Sapé e no memorial descritivo citados nos autos do Estado da Paraíba, na pessoa do Procurador José Morais de Souto Filho.

No dia 17 de fevereiro de 2012, o Diretor Executivo do IPHAEP, Anibal V. De L. Moura Neto, enviou a chefia da Divisão de Fiscalização, Infração e Multas, o despacho solicitando a inspeção do imóvel objeto do processo 0435/2010. Assim, no dia 08 de fevereiro de 2012, os técnicos da Coordenadoria de Arquitetura e Ecologia (CAE/IPHAEP), Darlene Karla Araújo, Chefe da Divisão de Fiscalização, Infração e Multas e Pedro Freire de Oliveira Rossi, Coordenador Adjunto da Comissão Permanente para o Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, realizaram em conjunto com os técnicos da Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento da Paraíba (SUPLAN), Maria da Penha do Nascimento Lima Oliveira e Sueine Caldas da Silva, a vistoria na casa onde viveram João pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira. Resultando no Laudo de Vistoria /CAE/04.02.12, Processo IHPAEP Nº 0435/2010, assinado em 24 de fevereiro de 2012, por Karla Araújo e Pedro Rossi.

Conforme Despacho do Diretor Executivo do IPHAEP, Anibal V. de L. Moura Neto, que encaminhou ao conselheiro, Carlos Alberto Azevedo, representante do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), no CONPEC, relatando “o presente processo, objetivando o Tombamento do imóvel objeto deste, a ser submetido à apreciação do referido conselho, quando da próxima sessão”, no dia 12 de março de 2013.

Observamos que no Despacho emitido traz o processo de Tombamento do Memorial das Ligas Camponesas e as terras que o circundam, estava sendo colocado em discussão, perante o Conselho de Proteção dos Bens Culturais da Paraíba (CONPEC). Logo, no dia 18 de março de 2013, foi emitido o Parecer favorável ao Tombamento, assinado por, Carlo Alberto Azevedo, reforçando que o pedido foi requerido no dia 20 de novembro de 2010. Além de trazer

o valor histórico das Ligas Camponesas para história e a memória do Estado da Paraíba, expondo a importância dos militantes de esquerda para esse processo histórico, ressaltou:

a importância do lugar de memória – memória política de um povo que lutou pelo pedaço de terra que tinha direito [...]o povo, senhores conselheiros, não pode ter também direito de registrar (tombar) seus feitos heróicos, suas lutas contra a burguesia agroindustrial do vale da Paraíba? E o maior líder camponês, de expressão nacional, local e regional não terá direito também a ser registrado nos livros do Tombo, registrar o seu lugar de morada? Sei do pouco valor arquitetônico de sua modesta casinha rural (construção vernácula típica) muito semelhante à casa de Chico de Mendes, também morto pelas forças cegas da opressão. A casa de Chico hoje é um Memorial. (Parecer do Conselho de Proteção dos Bens Culturais da Paraíba - CONPEC, 2013).

Contudo, a deliberação referente ao processo 0435/2010, que tratava do tombamento da casa onde viveram o líder camponês João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira, foi deferida na Sessão n.º 1.121, realizada em 10 de abril de 2013, na sala das sessões do Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). A aprovação foi unânime, com base no relato do conselheiro Carlos Alberto Farias de Azevedo, sustentado pela documentação apresentada pelo então presidente do Memorial das Ligas Camponesas, Luiz Damásio (Luizinho), ao Conselho de Proteção dos Bens Históricos e Culturais (CONPEC), órgão deliberativo do IPHAEP.

No entanto, o tombamento da casa e das terras circundantes foi oficialmente publicado somente cinco anos após a deliberação do CONPEC, por meio do Decreto n.º 38.899, de 19 de dezembro de 2018, sancionado pelo governador do Estado da Paraíba, Ricardo Coutinho, e publicado no Diário Oficial do Estado.

Em 2017, foi realizado um estudo sobre a tradicionalidade da comunidade Barra de Antas, localizada na zona rural do município de Sapé/PB, por meio do Ministério Público Federal da Paraíba (MPF/PB) e do Sistema Pericial. Esse estudo contou com representações da Associação da Comunidade, da ONG Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O reconhecimento da tradicionalidade da comunidade foi oficializado pelo Parecer Técnico n.º 04/2017 - SEAP/CRP5/ISF, com base em considerações históricas, socioculturais e conceituais.

No ano de 2018, o nome de João Pedro Teixeira foi inscrito no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, por meio da Lei n.º 13.598/2018 (decorrente do PLC 134/2015). Nesse mesmo ano, o Memorial recebeu o Termo de Cessão de Uso n.º 01/2018, pelo qual o Governo do Estado da Paraíba conferiu à ONG a competência legal para a administração da casa sede por 50 anos, com possibilidade de renovação por igual período.

Após conversas com a coordenadora da Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência, em 2018, a diretoria do Memorial compreendeu que as ações que vem desenvolvendo sobre as memórias das ligas camponesas é um trabalho de caráter preservacionista e inerente à pesquisa, aos direitos humanos, à valorização da memória nacional, constituindo-se como um sítio de memória. Ao ser apresentado à *International Coalition of Sites of Conscience*, a diretoria aceita que a instituição museológica apresente o pedido de filiação à rede global de instituições de memória e direitos humanos. Esta vinculação foi oficializada no ano seguinte (2019), de modo que o Memorial passa a integrar a rede regional desta Coalizão, a *Red Latinoamericana y Caribeña de Sítios de Memoria* – RESLAC.

Ainda em 2018, o MLLC se vincula à Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência, participando de seu primeiro Seminário de Pesquisa e Documentação em Sítios de Memória, realizado na Fundação Casa de José Américo, João Pessoa/PB. Em fevereiro de 2019, o Memorial e outros sítios de memória do Brasil, membros da *Coalition* foram convocados para um seminário na cidade de São Paulo, que resultou na criação da Rede Brasileira de Lugares de Memória - REBRALUM.

Essas articulações nacionais e internacionais fortaleceram a imagem e o trabalho desenvolvido no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Com isso recebeu apoios e um deles foi o financiamento, no ano de 2021, pela *Coalition International Sites of Conscience*, do projeto de requalificação museológica da instituição. Esse incentivo resultou, entre outros produtos, nas primeiras discussões para elaboração do Plano Museológico do MLLC e na exposição de curta duração “*BARRA DE ANTAS: terre onde luto e danço*”, aberta ao público no dia 02 de 2022, na Celebração dos Martíres da Luta pela Terra

Em 2021, no bojo da requalificação institucional, o Memorial conseguiu: o Título de Utilidade Pública pelo Estado da Paraíba, por meio da Lei nº 11.947 de 10 de março de 2021 e pelo município de Sapé/PB, Lei nº 1.401/2021 de 27 de setembro de 2021; a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Sapé (ACT 001/2021), que estabeleceu uma parceria entre as instituições por um período de dois anos, para contratação de profissionais e manutenção da instituição. As mais novas conquistas referem-se ao reconhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais do município de Sapé/PB (através da Lei Nº 1482/2023, demanda proposta entre o MLLC e as Comunidade de Barra de Antas, Beira Rio e Chã de Barra) e à Certificação do Memorial como um Ponto de Memória, atribuído pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM no ano de 2023.

Foto 17 – Ao lado esquerdo: Centro de Formação, Educação Popular e Agroecologia Elizabeth Teixeira; ao lado direito: a casa onde viveu João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira.



Fonte – Acervo MLLC; Reprodução do autor, 2024.

Na imagem 17 já observamos o Memorial na atualidade como, reivindica um trecho de sua missão em “contribuir com a afirmação da identidade do povo campo”, pois as lutas camponesas do passado se reproduzem até hoje e os anseios sociais dos grupos campesinos atuais no país, como o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), entre outros. Mas, sobretudo, a inserção das lutas na Paraíba e das comunidades e assentamentos da região. Inclusive eu, historiador do MLLC, já apresentei uma perspectiva sobre essa questão na publicação de Atila (2024):

Lembro que em conversa com pessoas mais antigas, surge o Memorial João Pedro Teixeira na perspectiva de fazer memória ao grande líder camponês, mas diante da dinâmica social que tem essa região, só a história de João Pedro Teixeira não comportava a história dos camponeses da região. Aí se viu a mudança do nome do memorial para Memorial das Ligas Camponesas. Só que uma coisa que foi percebida é que, diante do tamanho da mobilização e da efervescência, da resistência, da organização dos camponeses, só as Ligas não comportavam. O que as Ligas construíram existe até hoje praticamente. A gente tem 314 assentamentos da reforma agrária e é impossível falar dos assentamentos sem falar das Ligas e sem falar dessa construção histórica das Ligas Camponesas. E pós ditadura, os assentamentos da reforma agrária. São experiências que foram possíveis por conta das Ligas Camponesas. E foi anexada mais uma nomenclatura pra poder comportar tudo, né. Tudo o que a gente referencia ao campesinato paraibano, desde as Ligas e as lutas. Por isso a gente chama Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, para tentar comportar a história do passado e o presente também, mas sem dúvida na perspectiva de futuro para as novas gerações conhecerem também as suas histórias. (Weverton Rodrigues em, ATILA, 2024, p. 153).

Desde seus primeiros passos, partindo do processo de Luta pela Terra, dos testemunhos colhidos pela Irmã Tonny junto com os/as camponeses/as que produziram a retirada do silenciamento da memória de João Pedro Teixeira, o Memorial atravessou diversos processos de transformações. Por isso, tampouco, o MLLC de hoje se mantém da mesma forma como foi descrito por Alves (2014). “Como a memória, o Memorial não é cristalizado, ele é dinâmico e reflete as subjetividades, conflitos e até mesmo as contradições dos sujeitos sociais que o constroem e o ressignificam” (Atila, 2024, p.154).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória apontada na conclusão dessa análise requer algumas observações, no que diz respeito ao Memorial como uma ferramenta de conscientização e formação humana, nesse caso, como uma organização da classe camponesa, atuando pedagogicamente com a memória histórica do campesinato. Esse caminho, além de questionar por qual motivo a história do campesinato é negada, e conseqüentemente não faz parte da formação de nossa sociedade, nos revela a importância desse instrumento de memória social para formação de uma consciência política, que objetive criar as condições que coloque a classe camponesa na base da identidade nacional.

Um passo importante ao olhar para o MLLC, é entender que ao ser uma instituição que trabalha com memória social, exige dele métodos de atuação. Esta ressalva surge durante a pesquisa, uma vez que ao refletir sobre as memórias e as instituições camponesas que atuam com essa especificidade no campesinato da região, identificamos poucas entidades que salvaguardem materiais históricos. Isso faz com que o Memorial detenha um acervo bibliográfico e histórico.

Identificamos que a instituição tem inerentemente um acervo bibliográfico e histórico e vem tentando fortalecer, mas o que esse processo expôs foram diversas fragilidades no que diz respeito ao fomento, formação dos trabalhadores e trabalhadoras, critérios de manuseio, conservação, organização entre outras questões técnicas. Mesmo sem o grupo ter formações técnicas, é visível o compromisso da equipe que cuida das instituições com todo material que envolve

Outro resultado importante da pesquisa foi a possibilidade de compreender o território camponês conceitualmente, pois esse território foi onde surgiu a primeira Liga Camponesa do Estado da Paraíba e é composto por assentamentos, comunidades e povos tradicionais no município de Sapé. Esse processo nos ajudou a investigar e identificar a importância dos trabalhos de memória desenvolvido pelo MLLC, no fortalecimento das identidades camponesas como dispositivo de conformação das lutas realizadas por seus moradores.

Todo esse processo de fortalecimento da memória histórica, conectada com a identidade camponesa, só foi possível olhando a história e a institucionalização do Memorial. Deste modo, analisamos também as condições da conjuntura que possibilitaram a criação do MLLC. Pouco analisado pelos trabalhos que foram examinados, a pesquisa trouxe luz sobre os pilares fundamentais da edificação da ONG, desde as Ligas Camponesas ao processo de Luta pela Terra que vivia a região, até a ocupação da fazenda Antas e posteriormente, os 40 anos de

martírio de João Pedro Teixeira, a retomada de diversos testemunhos de sobrevivente das ligas camponesas que resultaram na cartilha e no livro, por conseguinte, a formalização da ONG, o tombamento da casa onde viveram João Pedro e Elizabeth Teixeira e a criação de seu Plano Museológico.

Esse conjunto de condições levantados e analisados através da pesquisa trouxe uma realidade do município em que está localizado o Memorial, no que tange as estruturas de poder que ainda permanecem sobre dominação das elites agrárias e a invisibilização que as lutas sociais enfrentam nesse ambiente. Dessa forma, o município de Sapé, ou seja, a configuração política nesse contexto reafirma as tentativas de apagamento da atuação das ligas e das lutas camponesas e suas memórias pelas estruturas de poder.

Diante disso, essa pesquisa traz relevantes contribuições para academia, organizações do terceiro setor, museus de base comunitárias, lugares de memória, associações, movimentos sociais populares, tendo o fortalecimento da identidade camponesa como base para reivindicar a justiça de transição, o acesso à terra e a reparação histórica dos povos do campo, uma vez que os trabalhos desenvolvidos e analisados refletem a importância da aproximação da academia com os setores que por alguma forma sofrem o processo de invisibilização nas estruturas da sociedade.

Por isso, os resultados apontados desta pesquisa buscaram criar as condições de ampliar o estudo sobre a memória social em espaços que atravessaram diversas formas de violações dos direitos humanos, especialmente, na várzea paraibana, em vista que essa região ainda sofre impactos desde a colonização da Paraíba pelos portugueses atravessando vários momentos em sua formação social. Esse histórico produziu e produz diversas formas de violências, especialmente, no seio do campesinato.

Mesmo com avanços de algumas políticas públicas, identificamos diversas problemáticas dentro do contexto de criação do MLLC. Uma delas que a pesquisa nos ajudou a refletir bastante é sobre o direito à memória e a autodeterminação que as identidades camponesas não exerce plenamente nessa realidade, pois, as elites agrárias nunca se desprenderam das estruturas de poder. Sendo este, um condicionante para que o campesinato na região não obtivesse força política.

Assim como, a correlação de forças para o campesinato poucas vezes os favoreceram na história da região. Podemos citar aqui alguns momentos emblemáticos como o período das Ligas Camponesas (1954-1964) e a retomada das Lutas Camponesas através das ocupações no processo de Luta pela Terra nos anos de 1990. Esses fatores são, no que aponta a pesquisa fatores que criaram as condições para criação do MLLC. Sendo esses momentos históricos

circunstâncias em que os camponeses e camponesas agiram, e se moveram, no jogo de forças nos município da Várzea Paraibana.

A região em que o MLLC está localizado ainda sofre impactos direto da violência imposta aos camponeses, herança do pacto da ditadura militar e latifundiários, essa condição nos limita adentrar nas estruturas de poder buscar e informações mais profundas sobre os olhares das lideranças políticas e comunitárias que compõem cargos ou não no poder municipal, já que muitas pessoas que chegaram numa posição de liderança foram cooptado no meio do caminho.

Além desse fator que transita na realidade em que a pesquisa foi elaborada, isso reflete as condições, as adversidades sociais que ainda predominam nessa região, pois a violência histórica anda lado a lado com a maioria dos representantes “democraticamente” eleitos.

Refletimos sobre a importância do território camponês o processo de institucionalização, as limitações que foram identificadas na caminhada do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, que refletem situações complexas em grande parte do Teceiro Setor e a disputa pela memória na região. A princípio, enquanto camponês, é fato que historicamente nossa classe sempre foi olhada como um grupo que deveria ser extraída a força de trabalho, isso nos conduz a refletir sobre a importância de prepararmos nossas instituição e seus trabalhos para tecer meios que conscientizem as comunindades, assentamentos, acampamentos, associações, cooperativas, ONGs e todas as organizações da sociedade civil, pois nossas Lutas, também, são travadas dentro do processo organizativo, no qual estamos submetidos na realidade.

Desta forma, ao identificar alguns problemas reais no MLLC, observamos que muitas organizações de base comunitária vivem um contexto que beira o abandono, no que se refere à sua organicidade. Muitas das pessoas que compõem essas organizações não tiveram o direito básico de estudarem, condição que é fundamental para cuidarem de suas organizações de forma política e consciente, muitas vezes os grupos não detem o conhecimento do processo organizativo e nem as habilidades e/ou técnicas de cuidarem documentalmente das memórias das organizações ou não detem um espaço que possam salvaguardar os documentos da instituição. Essa realidade, nos revela a precariedade que são guiadas nossas orgnizações camponesas que refletem as estruturas de poder.

Dito isso, vamos as observações da realidade do MLLC. Primeiramente, a instituição quando começamos a fazer um levantamento patrimonial e catalogação de seu acervo bilbiográfico e histórico, lá em 2019, foi observado a necessidade de preparar tecnicamente um

grupo de camponeses e camponesas para os trabalhos desenvolvidos no Memorial, pois identificamos que só a vontade coletiva não era suficiente para coordenar a instituição.

Esse caminho nos fez olhar para dentro, analisando, é claro, a realidade de cada pessoas envolvida e seus diversos contextos. Porque não era justo cometer os mesmos equívocos identificados naquela época. De certo modo, a pesquisa nos ajudou a aprofundar a identificação das problemáticas que o Memorial atravessou em sua história, no tocante a uma instituição que trabalha com a memória.

Esta pesquisa tem ajudado a compreender o tamanho do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e sua importância para o contexto histórico do campesinato, além de identificar seu papel junto aos movimentos sociais do campo e as comunidades no entorno da instituição, assim como, os trabalhos desenvolvidos pela instituição tem fortalecido a identidade e o território camponês onde está localizado o MLLC. E, mesmo compreendendo as adversidade institucionais que são produtos do tempo, assim como, das pessoas que os fazem, é notório os desafios e as problemáticas vivenciadas por quem e por aqueles/as que fizeram a instituição nesses seus 21 anos.

Parte dos questionamentos que a pesquisa propocionou, e ainda proporciona, vem dos desafios de fazer uma instituição camponesa forte e que sua atuação seja a ligação entre institucionalidade, sem ser presa as essas burocracias e suas bases sociais, políticas, economicas, ambientais e, sobretudo, sua autonomia.

Contudo, a caminhada que este trabalho oportunizou é, também, o olhar social sobre o território em atuação e como a instituição reflete sua missão, visão, eixos estratégicos e valores na condução de um objetivo comum. E é fruto de um trabalho dedicado a compreender a conjuntura em que estamos inseridos, bem como viabilizar estratégias que possibilitem o Memorial cumprir sua função social e política, no que tange uma perspectiva de Justiça e Reparação aos povos e comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária.

O percurso incentivado pelo andamento da pesquisa tem uma inquietação coorelacionada com a organização do acervo e a busca de financiamentos e fomentos para a instituição, pois nessa caminhada identificamos a fragilidade institucional do MLLC. Esse é um dos motivos de tentar organizar cronologicamente a memória e a história da criação do MLLC, no qual alguns arquivos não se encontravam sobre a tutela da instituição, desde 2019 quando chegamos na instituição.

As críticas através da pesquisa são muitas, pois, a instituição por mais de duas décadas se viu estrangulada financeiramente e institucionalmente pela falta de estratégias que possibilitasse pensar a curto, médio e longo prazo.

Visamos no processo de fabricação do MLLC essas adversidades, produzidas por não termos camponeses/as preparados para conduzir a continuidade dos trabalhos. Deste modo, continuamos analisando a tarefa histórica do MLLC no tensionamento da história oficial, pois, as memórias camponesas são profundamente o resultado de muita re-existência histórica no campesinato.

.

REFERÊNCIAS

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba. UFPB: João Pessoa, 2014.

ANDRADE, Manuel Correia de. As tentativas de organização das massas rurais. As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). In organização WELCH, Clifford A. (et al). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. 1. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 73-87.

ARROYO, Miguel González. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

ASFORA, Raimundo. Discurso de Raimundo Asfora no velório de João Pedro. In: AIRES, José Luciano de Queiroz, et. al (org.). **Liga Camponesa de Sapé: Barra de Antas, ontem e hoje**. João Pessoa: CCTA, 2023, p. 94-98.

AUED, Bernadete Wrublevski. Nos caminhos da cisão – 1986. In STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 77-106.

AUED, Bernardete Wrublevski. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro--PCB--e ligas camponesas, 1955-64, 1986**.

AZEVEDO, Carlos et al. A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. In: **Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, Brasília/DF. IV. p. 1-16. Nov. 2013.

BANDEIRA, Lourdes; MIELE, Neide, GODOY, Rosa (Orgs). **Eu Marcharei na tualuta: a vida de Elisabeth Teixeira**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. **Tradução de Luis Anterero Reto e Augusto Pinheiro**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENEVIDES, Cezar Augusto Carneiro. **Camponeses em marcha: estudo das Ligas Camponesas paraibanas (1960-1964)**. 1985. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1985.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BRITO, Ana Paula Ferreira de. **Quando o cárcere se transforma em museu: processos de transformação de centros de detenção em sítios de memória no Cone Sul (1990- 2018)**. 2019. 320 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRITO, Ana Paula. **Escrachos aos torturadores da ditadura: ressignificando os usos da memória**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

_____. **Museologia de memórias traumáticas: a produção acadêmica da museologia brasileira sobre a ditadura (2014-2020)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

_____. **Quando o cárcere se transforma em museu: processos de transformação de centros de detenção em sítios de memória no Cone Sul (1990-2018)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CAYER, Nelson A.; SCHENIER, Teresa C. Casas históricas e museus-casa: conceitualização e desenvolvimento. In **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 16, nr. 2, Belém, 2021, p. 1-17.

CHAGAS, Mário. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: **Museologia Social. Cadernos do Ceom**. Ano 27, nº 41. Chapecó: Unochapecó, 2014, pp. 9-22.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34. Rio de Janeiro: Iphan, 2012, pp. 147-165.

CONSULTA POPULAR/PB. **João Pedro Teixeira: vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores**. João Pessoa: Ideia, 2002.

de ALMEIDA, Mauro William Barbosa. "Narrativas agrárias e a morte do camponato." *RURIS (Campinas, Online)* 1.2 (2007).

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos.** Brasília: Liber Livro, 2004.

Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (org. Roseli Caldart)

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo.** Rio de Janeiro: UFRJ-Iphan, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 39 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GARCIA JR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia. **Camponato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil.** In: organização GODOI, Emilia P.; MENEZES, Marilda A.

GENARO, Eduardo G.; GOMES, Ramonildes A. Quando as regras da *morada* geraram revolta: uma reinterpretação da emergência das Ligas Camponesas (1955-1964). In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, jan/jun, 2022, p. 1-33.

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/1677> Acesso em: 24. Out. 2023.

IANINI, Octávio. A utopia camponesa (1986). In: organização WELCH, Clifford A. (*et al*). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** Vol. 1. São Paulo:Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 135- 144.

Instituto de Colonozição e Reforma Agraria da Paraíba (INCRA/PB). Disponível em : https://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=18&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1 Acessado em: 27. Jan. 2024.

JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil.** Recife: Bagaço, 2013.

JULIÃO, Francisco. Carta de alforria do camponês. (1961). In: STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 197-207.

JULIÃO, Francisco. O ABC do camponês. (1958). In: STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 193-196.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 1924. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4131021/modresource/content/1/LE_GOFF, acessado em: 20. Nov. 2020.

LIMA, Alane *et al.* **Plano museológico do Memorial da Ligas e Lutas Camponesas: 2023-2027**. João Pessoa: Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, 2023.

MARIN, Rosa A. **Diversidade do campesinato: estratégias de reprodução social**. Vol. 2. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 213-243.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil – 1969. In: STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 21-76.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, São Paulo, 1993, p. 7-28.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. (1977). In: organização WELCH, Clifford A. (*et al.*). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. 1. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 203-215.

PARAÍBA. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [*et al.*] – João Pessoa: A União, 2017.

PARAÍBA. **Decreto nº 38.899, de 19 de dezembro de 2018. Homologa a Deliberação Nº 0001/2013 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC/IPHAEP, declaratória do Tombamento da casa onde viveu João Pedro Teixeira, Sapé, Estado da Paraíba**. Diário Oficial do Estado da Paraíba, nr 16670, João Pessoa/PB, dez. 2018.

PARAÍBA. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade**. João Pessoa, s/d. –PCB, 1955-1964. 1981. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76751> Acesso em: 22. Nov. 2020.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Museologia decolonial: os Pontos de Memória ea insurgência do fazer museal**. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Ciências

Sociais, Educação e Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa: 2018.

PESSOA, Vitor Gadelha. **As Ligas Camponesas na Paraíba: história e memória.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. UFPB: João Pessoa, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *In: Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PRIMO, Judite. **Museus ,hibridação cultural e nova territorialidades.** Cadernos de Sociomuseologia. v 46. 2013.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Ayala A. **Elizabeth Teixeira: mulher da terra.** João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2009.

SAUER, Sérgio; SARAIVA, Regina C. F. Violência, repressão e resistências camponesas: reflexões e (re)construções a partir da Comissão Camponesa da Verdade. *In: Retratos de Assentamentos.* V. 18, nr. 2, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TOLENTINO, Átila B. **A ferida colonial, os museus e as luta no campo: insurgências e práticas decoloniais no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas.** João Pessoa, 2024.

TOLENTINO, Átila B. **Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal.** Sillogés, v. 1, n. 1, p. 41–60, 2018.

VAN HAN, Antônia M. (Ir. Tonny) *et al* (orgs.). **Memórias do povo. João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba. Deixemos o povo falar....** João Pessoa: Ideia, 2006.

VARINE, Hugues. Entrevista de Hugues de Varine concedida a Mario Chagas. *In: Museologia Social. Cadernos do Ceom.* Ano 27, nº 41. Chapecó: Unochapecó: 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *In: RESR, Piracicaba/SP.* Vol. 52.

ANEXOS

ANEXO I – Parecer Técnico N° 04/2017 – SEAP/CRP5/ISF

6. CONCLUSÃO: O CARÁTER TRADICIONAL DA COMUNIDADE DE BARRA DAS ANTAS

A exemplo de outras comunidades tradicionais Brasil afora, a comunidade de Barra das Antas utiliza o seu território tradicional e seus recursos naturais como condição para a sua reprodução física, socioeconômica e cultural.

O caráter tradicional da comunidade da Barra das Antas, a partir de todas as considerações históricas, socioculturais e conceituais acima, se evidencia pelos usos, costumes e conhecimentos específicos estabelecidos na relação com o território, mas fundamentalmente pela peculiar organização coletiva e mobilizatória construída ao longo de sua história particular de lutas no campo, todas, construtivas de sua identidade.

Que, a comunidade ribeirinha de Barra das Antas seja destinatária de políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais, especialmente aquelas ligadas a seus direitos de regularização territorial com fundamento constitucional e convencional, nos termos do enunciado da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal emitido em 09/10/2014:

- 3. Impõe-se a atuação do MPF pela implementação de políticas públicas destinadas às comunidades tradicionais, independente da regularização fundiária e de qualquer ato oficial de reconhecimento.*
4. Os direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais têm fundamento constitucional (art. 215, art. 216 e art. 231 da CF/1988; art. 68 ADCT/CF) e convencional (Convenção nº 169 da OIT)⁵

É o Parecer.

João Pessoa, 31 de julho de 2017.

Respeitosamente,

IVAN SOARES FARIAS
Analista do MPU/Perícia/Antropologia

⁵ Plenária de aprovação dos Enunciados do II Encontro Temático Quilombola, 9 de outubro de 2014, 6ª CCR MPF. Disponível na internet em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-detrabalho/gt-comunidades-tradicionais/docs/docs_enunciados/enunciados-encontro-tematico-quilombola-1

ANEXO II – Decreto 38.899 de 19 de dezembro 2018 que homologa o tombamento



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DA PARAÍBA

Nº 16.770

João Pessoa - Quinta-feira, 20 de Dezembro de 2018

Preço: R\$ 2,00

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 38.899 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.

Homologa Deliberação Nº 0001/2013 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC/IPHAEP, declaratória do Tombamento da casa onde viveu João Pedro Teixeira, Sapé, Estado da Paraíba.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 40, do Decreto Estadual Nº 7.819, de 24 de outubro de 1978, bem como o Ofício nº 1055, da Diretoria Executiva do IPHAEP, datado de 13 de dezembro de 2018, e

CONSIDERANDO que o Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – CONPEC/IPHAEP, ao apreciar proposta de Tombamento da casa onde viveu o líder camponês João Pedro Teixeira, incluindo a propriedade rural, que compreende 4,83 hectares, na qual aquela se encontra, denominada Sítio das Antas do Sono, localizada no município de Sapé – PB, reconheceu os significativos valores históricos e culturais de sua preservação, para a compreensão da composição arquitetônica do referido bem;

CONSIDERANDO, ainda, que o referido bem tem um estimado significado cultural, haja vista nele ter residido um dos maiores líderes da revolução camponesa do nosso Estado.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Deliberação Nº 0001/2013, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC, de 10 de abril de 2013, declaratória do Tombamento da casa e propriedade rural na qual viveu João Pedro Teixeira, localizada no Município de Sapé - PB.

Art. 2º Para efeito do Tombamento a que se refere o artigo anterior, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP - tomará as providências cabíveis, em cumprimento à legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 19 de dezembro de 2018; 130ª da Proclamação da República.


RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

Decreto nº 38.900 de 19 de dezembro de 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 11.057, de 27 de dezembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/ 1756/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 38.000.000,00** (trinta e oito milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

- 31.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DOS RECURSOS HÍDRICOS, DO MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
31.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DOS RECURSOS HÍDRICOS, DO MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
18.544.5004.1737.0287- IMPLANTAÇÃO DO CANAL ACAUÁ/ARAÇAGI	4490.51	158	38.000.000,00
TOTAL			38.000.000,00

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá a conta do Excesso de Arrecadação da Receita de Demais Transferências de Convênios da União, em relação aos recursos oriundos do Repasse da União, por meio da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, do Ministério da Integração Nacional, através da Portaria nº 156, de 30 de setembro de 2011, creditados na Conta nº 12.285-8, do Banco do Brasil S/A, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 19 de dezembro de 2018; 130ª da Proclamação da República.


AMANDA ARAÚJO RODRIGUES
Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Decreto nº 38.901 de 19 de dezembro de 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5º, incisos II e III, da Lei nº 11.057, de 27 de dezembro de 2017, combinado com o artigo 1º, incisos I, III e IV, § 2º, inciso II, da Lei nº 11.190, de 28 de agosto de 2018, e tendo em vista o que consta dos Processos SEPLAG/1684/1693/1736/2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 72.972.640,00** (setenta e dois milhões, novecentos e setenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma abaixo discriminadas:

- 09.000- SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO
09.201- PARAÍBA PREVIDÊNCIA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
09.272.0002.0731.0287- ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DA SAÚDE	3190.01	100	6.120.000,00
TOTAL DO ORGAO			6.120.000,00

- 22.000- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
22.101- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
12.122.5046.4217.0287- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO	3190.11	112	5.442.297,00
12.361.5006.2326.0287- FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	3390.39	112	15.385.622,00
12.361.5046.4974.0287- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL	3190.11	112	23.515.001,00
12.362.5046.4976.0287- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO MÉDIO	3190.11	112	5.442.300,00
TOTAL DO ORGAO			49.785.220,00

- 30.000- ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
30.101- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
10.122.5046.4197.0287- ENCARGOS COM ÁGUA, ENERGIA E TELEFONE DA SAÚDE	3390.39	110	2.716.355,00
12.122.5046.4196.0287- ENCARGOS COM ÁGUA, ENERGIA E TELEFONE DA EDUCAÇÃO	3390.39	112	5.869.554,00
TOTAL DO ORGAO			8.585.909,00

- 30.102- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
28.846.0000.0703.0287- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3390.92	100	4.000.000,00
TOTAL DO ORGAO			4.000.000,00

- 31.000- SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DOS RECURSOS HÍDRICOS, DO MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
31.204- COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
16.482.5003.4269.0287- CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE CASAS POPULARES NA ÁREA URBANA	3390.45	100	1.000.000,00
TOTAL DO ORGAO			1.000.000,00

- 31.207- FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
19.122.5046.4195.0287- ENCARGOS COM ÁGUA, ENERGIA E TELEFONE	3390.39	100	8.621,00
19.122.5046.4216.0287- MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3390.30	100	6.903,00
	3390.33	100	15.000,00
	3390.39	100	10.509,00
	3391.39	100	3.648,00
	4490.52	100	2.260,00

ANEXO III – Plano Museológico do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas.

1 2023



Plano Museológico do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

BRITO, Ana Paula (Org.). Alane Maria Silva de Lima; Ana Paula Ferreira de Brito; Átila Bezerra Tolentino; Cosmo Galdino dos Santos; Josilene da Silva Oliveira; Sandra Valéria Felix de Santana; Weverton Elias Santos Rodrigues. Sapé, Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, 2023.

2027

ANEXO IV – Volume I do processo de tombamento do MLLC sobre tutela do IPHAEP.

GOVERNO DA PARAIBA

CAPA DE PROCESSO

Nº PROCESSO 0435/2010

INTERESSADO

Memorial das Brigas Camponesas

ASSUNTO

Solicita tombamento da casa onde viveu o líder camponês João Pedro Teixeira, com a sua família, situada próximo ao povoado de Barra de Antas no município de Sapé/PB.

Abertura - 09/12/2010

ANEXOS

Apens. proc. nº 0196/2014

EM REDE

VOL I

OBSERVAÇÕES

SISTEMA PROTOCOLO

0435/2010

118

Pw. 0435/2010

a de Antas - Sapé/PB